

DIEGO HERNÁNDEZ NILSON

**A ALBA E A LUTA PELA HEGEMONIA NO CONTINENTE
AMERICANO:
UMA TOPOLOGIA DO DISCURSO BOLIVARIANO.**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia Política
da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Mestre em Sociologia Política.
Orientador: Prof. Dr. Raúl Burgos.

Florianópolis
2012

Hernández Nilson, Diego

A ALBA e a luta pela hegemonia no continente Americano
[dissertação] : uma topologia do discurso bolivariano /
Diego Hernández Nilson ; orientador, Raúl Burgos -
Florianópolis, SC, 2012.

209 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. Bolivarianismo. 3. Hegemonia.
4. Ernesto Laclau. 5. Teoria do Discurso. I. Burgos, Raúl.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Sociologia Política. III. Título.

Diego Hernández Nilson

**A ALBA E A LUTA PELA HEGEMONIA NO CONTINENTE
AMERICANO: UMA TOPOLOGIA DO DISCURSO
BOLIVARIANO.**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de “Mestre” e aprovada na sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Florianópolis, 27 de março de 2012.

Prof. Dr. Ricardo Gaspar Müller
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Raúl Burgos
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Daniel De Mendonça
Universidade Federal de Pelotas

Prof.^a Dr.^a Eloise H. Livramento Dellangelo
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedicado aos que penam lutando.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao pessoal que apoiou minha decisão de vir a estudar no Brasil: meus pais Martha e Jorge, Helena, Valentina, a galera de Montevideú, os colegas do Programa de Estudos Internacionais da Universidad de la República (UdelaR), e as faculdades de Ciências Sociais e de Humanidades e Ciências da Educação da UdelaR.

Ao meu orientador Raúl Burgos, quem aceito orientar minha pesquisa e foi um importante apoio durante todo o processo.

Aos meus novos amigos na ilha: Chico, Bohemia, Glauco, Jerry e Lucas.

Ao programa PEC-PG do MRE e do CNPq, cuja bolsa me permitiu iniciar meus estudos de pós-graduação no Brasil.

Guitarra (fragmento)

Cógela tu guitarrero,
límpiale de alcohol la boca
y en esa guitarra, toca
tu son entero

El son del querer maduro,
tu son entero;
el del abierto futuro,
tu son entero;
el del pie por sobre el muro,
tu son entero...
(GUILLÉN, 2006)

RESUMO

O objetivo da dissertação é analisar o movimento bolivariano, liderado pela Venezuela, enquanto projeto de construção de uma nova hegemonia na América Latina e o Caribe. Tal projeto se constrói discursivamente em oposição à histórica hegemonia pan-americana liderada pelos Estados Unidos (EUA). Para isso é estudada a ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos de nossa América) como organização internacional que facilita a alinação de países e sociedades latino-americanos em relação ao movimento bolivariano, gerando novas modalidades de construção de sentido, assim como novas vias e regras de relacionamento internacional. A pesquisa analisa os discursos de mandatários nas reuniões de Cúpula da ALBA, e, apelando à teoria do discurso de Ernesto Laclau, identifica nesse conjunto os três passos previstos pelo autor na configuração de um desafio hegemônico: (1) o estabelecimento de um antagonismo face ao imperialismo dos EUA que é identificado como o poder hegemônico institucionalizado, e a dicotomização do espaço social americano através da construção de uma fronteira entre esse poder e o resto da comunidade (América Latina e o Caribe); (2) a articulação contingente entre diversas demandas sociais, características da América Latina e do Caribe, cuja insatisfação é atribuída ao imperialismo dos EUA; e (3) a formação de um campo popular, através da expressão positiva dessas demandas numa nova identidade, no caso a identidade bolivariana. A pesquisa conclui que o movimento bolivariano consegue gerar elementos para permitir uma nova lógica de construção de sentido, configurando assim estruturalmente um campo de luta pela hegemonia. Porém, também são destacados vários problemas nessa tarefa, especialmente ligados à identificação de diversas unidades com o bolivarianismo.

Palavras-chave: Bolivarianismo. Hegemonia. Laclau. Teoria do Discurso.

ABSTRACT

The dissertation research the Bolivarian Movement, headed by Venezuela, as a new hegemonic project, still under construction, at Latin America and the Caribbean. This hegemonic project is discursively constructed in opposition to the historic Pan American hegemony, led by the U.S. In this way, the Bolivarian Alliance for the Peoples of Our America (ALBA) is approached as an international organization that seeks to align the Latin American countries and societies behind the Bolivarian Movement. The ALBA generates new ways of sense-making, as well as new norms of international relations. The research analyzes the speeches at the ALBA's presidential summits, using the Ernesto Laclau's Discourse Theory, and identifying the three steps proposed by this author to the hegemonic construction: Firstly, the establishment of an antagonism against U.S. imperialism and the dicotomization of the hemispheric social space, through the definition of a boundary between the powerful country and the rest of continental community (Latin America and the Caribe). Secondly, the contingent articulation of a variety of social demands, which dissatisfaction are ascribed to the U.S. imperialism. Thirdly, the formation of a new popular field, through the positive expression on a new identity of this unified set of demands, in this case the Bolivarian identity. The dissertation concludes that the Bolivarian movement manages a new logic of sense-making, and therefore places the hegemonic struggle in a new structural field. However, it also identified some problems on this task, particularly in the difficulty to construct a Bolivarian identity shared by various social unities (countries, societies and social sectors).

Keywords: Bolivarianism. Hegemony. Laclau. Discourse theory.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Países governados pela esquerda e com presidente de esquerda reeleito na América Latina e o Caribe.....	33
Gráfico 2: Discursos considerados, por natureza dos textos.....	87
Gráfico 3: Discursos considerados, por ano de realização.....	88
Gráfico 4: Reuniões de cúpula da ALBA, por ano de celebração.....	89
Gráfico 5: Discursos considerados, por número de reunião de cúpula da ALBA.....	90
Gráfico 6: Discursos considerados, por país representado.....	90

LISTA DE DESENHOS

Desenho 1: Formas de expressão das demandas.....	121
Desenho 2: Formas da demanda pela solução ao problema da fome.....	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALALC: Área Latino Americana de Livre Comércio
ALBA: Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América
ALCA: Área de Livre Comércio das Américas
BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM: Banco Mundial
CELAC: Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL: Comissão Econômica Para América Latina e o Caribe
CDI: Carta Democrática Interamericana
CIA: Agência Central da Inteligência dos EUA
CIDH: Corte Interamericana de Direitos Humanos
CSN: Comunidade Sul-Americana de Nações
DDHH: Direitos Humanos
EUA: Estados Unidos de América
FARC: Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FMI: Fundo Monetário Internacional
FMLN: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional
FOCEM: Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul
FSLN: Frente Sandinista de Libertação Nacional
G-20: Grupo de vinte países industrializados e emergentes
IIRSA: Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
MINUTAH: Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MPNOA: Movimento de Países Não Alinhados
MVR: Movimento Quinta República
OEA: Organização dos Estados Americanos
ONU: Organização das Nações Unidas
OPEP: Organização de Países Exportadores de Petróleo
OPS: Organização Pan-Americana da Saúde
PDVSA: Petróleos de Venezuela Sociedade Anônima (empresa estatal venezuelana de exploração de hidrocarbonatos)
PSUV: Partido Socialista Unido da Venezuela
RRII: Relações Internacionais (em referência à disciplina)
SUCRE: Sistema Unitário de Compensação Regional de Pagos
TCP: Tratado de Comércio entre os Povos
TIAR: Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UNASUL: União de Nações Sul-Americanas
UNCTAD: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	23
2 O MUNDO DO BOLIVARIANISMO E SEUS ARREDORES.....	31
2.1 O GIRO À ESQUERDA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE.....	31
2.2 A HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS: O PAN-AMERICANISMO SOMOS TODOS.....	41
2.3 O PAN-AMERICANISMO DESAFIADO.....	50
2.3.1 A Unasul.....	52
2.3.2 A ALBA.....	54
2.3.3 A CELAC.....	57
2.4 BOLÍVAR DEPOIS DE BOLÍVAR.....	58
2.4.1 Bolívar antes de Chávez.....	58
2.4.2. O movimento bolivariano.....	62
3 COMO CONSTRUIR DISCURSIVAMENTE A HEGEMONIA INTERNACIONAL?.....	67
3.1 A HEGEMONIA QUE NÃO É.....	67
3.2 A TEORIA DE LACLAU LEVADA ÀS RRII: BOMBAS E PALAVRAS.....	72
3.2.1 O discurso.....	74
3.2.2 As demandas.....	75
3.2.3 A articulação.....	78
3.2.4 O antagonismo e a dicotomização do espaço.....	79
3.2.5 A identidade popular.....	83
4 TORNANDO OBSERVÁVEIS AOS DISCURSOS.....	87
4.1 A REPRESENTATIVIDADE DOS REPRESENTANTES... ..	87
4.2 DISSECANDO DISCURSOS.....	91
5 TOPOLOGIA DO DISCURSO BOLIVARIANO.....	95
5.1 A DICOTOMIZAÇÃO DO ESPAÇO HEMISFÉRICO.....	95
5.1.1 O antagonismo perante o imperialismo estadunidense....	95
5.1.2 A insatisfação das necessidades socioeconômicas.....	98
5.1.3 A soberania energética e o poder dos EUA.....	101
5.1.4 Agressões e ingerências dos EUA.....	107
5.1.5 O estabelecimento da fronteira e a exclusão dos EUA.....	113

5.2 A ARTICULAÇÃO EQUIVALENCIAL DE DEMANDAS.....	117
5.2.1 As demandas socioeconômicas.....	122
5.2.1.1 A Fome.....	122
5.2.1.2 A pobreza.....	129
5.2.1.3 As políticas sociais.....	135
5.2.1.4 O desenvolvimento.....	140
5.2.1.5 A economia alternativa.....	145
5.2.2 As demandas políticas.....	149
5.2.2.1 O envolvimento de militares na vida cívica e a reivindicação da luta política armada (guerrilha).....	150
5.2.2.2 A revolução e a refundação nacional.....	153
5.2.2.3 Os procedimentos plebiscitários e as reformas constitucionais.....	156
5.2.2.4 A reeleição de governantes.....	159
5.2.2.5 O socialismo.....	161
5.2.3 As novas demandas.....	164
5.2.3.1 A proteção e o cuidado do meio ambiente.....	165
5.2.3.2 O reconhecimento e o respeito à diversidade étnico-racial.....	170
5.3 A IDENTIDADE BOLIVARIANA E A CRIAÇÃO DO POPULISMO.....	176
6 CONCLUSÕES.....	185
REFERÊNCIAS.....	191
APÊNDICE A – Lista das cúpulas da ALBA.....	205
APÊNDICE B – Lista numerada dos discursos analisados.....	207

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar o movimento bolivariano liderado pela Venezuela, enquanto projeto de construção de uma nova hegemonia no continente americano. Tal projeto se constrói discursivamente em oposição à histórica hegemonia pan-americana liderada pelos Estados Unidos (EUA). Desde a ascensão ao poder do presidente Hugo Chávez, e, particularmente, depois de declarar-se socialista, a Venezuela vem desenvolvendo uma política exterior de constante desafio à hegemonia global dos Estados Unidos. Associada a isso, a agenda exterior venezuelana também inclui alianças com países da região (especialmente aqueles governados por presidentes de esquerda) e com outros países do resto do mundo que, de alguma forma, aderem ao desafiando aos EUA (Irã, Iraque, Líbia, Síria, Rússia, Bielorrússia, China).

Nesse contexto, no ano de 2004 Venezuela e Cuba lançam a ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas, posteriormente renominada Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América), organização à qual atualmente também aderem Antígua e Barbuda, Bolívia, Dominica, Equador, Nicarágua e São Vicente e Granadinas.¹ Essa organização internacional é interpretada nesta pesquisa como uma estrutura institucional da qual é possível gerar o alinhamento consentido que faz parte das dinâmicas hegemônicas. Como sublinha o principal teórico da hegemonia na disciplina das Relações Internacionais (RR.II.²), Robert Cox, as organizações internacionais são o mecanismo através do qual se expressam as normas da hegemonia e se desenvolve sua ideologia (COX, 2009). A pesquisa efetuada analisa os discursos das reuniões de cúpula da ALBA para tentar responder à seguinte pergunta: quais são as características determinantes do processo de construção de sentido proposto pelo movimento bolivariano no contexto da ALBA, na sua tentativa de desafiar a hegemonia pan-americana e gerar uma nova hegemonia emergente?

¹ Honduras também integrava a ALBA, até o golpe de Estado que derrubou o presidente Manuel Zelaya, no ano 2009.

² De acordo com o costume no campo acadêmico das Relações Internacionais, a expressão é escrita com letras maiúsculas ou com a sigla quando se faz referência à disciplina, e com minúsculas, para referir aos fenômenos de relações entre unidades sociais ou políticas desenvolvidas além dos limites de um Estado.

Para isso, apela-se à Teoria do Discurso (ou da hegemonia) de Ernesto Laclau (LACLAU, 1987, 2006, 2008, 2010; LACLAU e MOUFFE, 1987), que oferece um modelo elegante para operacionalizar as tentativas de formação de hegemonias, e a transição das hegemonias institucionalizadas à emergência dessas novas formações hegemônicas. Desde a segunda metade da década de 1980, Laclau vem propondo uma concepção da hegemonia baseada nas ideias pós-estruturalistas da contingência e da centralidade do discurso na realidade social, derivadas da virada linguística e sua influência nas ciências humanas e sociais (LACLAU e MOUFFE, 1987; LACLAU, 1987). Paralelamente, desde a década de 1990, a teoria das Relações Internacionais tem incorporado uma diversidade de conceitos novos, trazidos de outras disciplinas sociais (SODUPE, 2003; SALOMÓN, 2002). Dita tendência inclui a incorporação do sentido gramsciano no uso do conceito de hegemonia (COX, 1994; 2009), e a concepção discursiva da realidade em linha com as correntes pós-modernas e pós-estruturalistas (p. e. DER DERIAN, 1988; 1992; DER DERIAN e SHAPIRO, 1989).

A teoria de Laclau se apresenta como particularmente pertinente para a análise do movimento bolivariano. De fato, Laclau já fez, numa oportunidade, uma breve análise do bolivarianismo como processo de construção hegemônica ao interior da sociedade venezuelana (LACLAU, 2006a). No caso desta pesquisa, é de especial interesse a aplicação da teoria do discurso para analisar a projeção internacional do bolivarianismo, frequentemente desconsiderada com certo preconceito pelo seu caráter populista e excessivamente retórico, por exemplo em Castañeda (2006). Porém, o interessante da proposta teórica de Laclau é sua tentativa de resgatar o sentido positivo do populismo para levar a política, além da simples administração, como uma forma de regenerar a vida social: “O populismo é, simplesmente, um modo de construir o político” (2010, p. 11).

Ainda é necessário acrescentar que muitas, das características discursivas do populismo pelas quais o movimento bolivariano é criticado (imprecisão, retórica e indeterminação ideológica), são as mesmas que Laclau destaca como fonte de interesse para analisar o populismo como forma de estruturação da vida política, sempre que aceitemos abordar o fenômeno sem preconceitos (2010). Assim, por exemplo, em relação à questão ideológica, o autor propõe passar da análise das ideias ao rol que estas (performativamente) jogam num contexto cultural determinado.

la distinción entre un movimiento y su ideología
no sólo es imposible, sino también irrelevante; lo

que importa es la determinación de las secuencias discursivas a través de las cuales un movimiento o una fuerza social lleva a cabo su acción política global.” (LACLAU, 2010, p. 27).

O “retorno do populismo” ou “o neopopulismo” é um tema recorrente e de crescente atualidade nas análises da situação política da região (LODOLA, 2004; PARAMIO, 2006; LANZARO, 2007; SIMÕES REIS e MARCELINO VIEIRA, 2008). Nesta tendência se incluem enfoques críticos e preconceituosos para com o populismo (ARENAS, 2009), assim como aqueles mais otimistas ou benévolos (LACLAU, 2006a; ACOSTA ESPINOSA, 2004). Porém, muitas vezes estes estudos fazem ênfase na dimensão nacional do populismo, sem aprofundar na questão de por que esta volta ao populismo coincide em vários países da região, como uma onda similar às chamadas “ondas de democratização” (HUNTINGTON, 1994).

Esta dissertação parte da base de que não é suficiente analisar esses processos no nível nacional. Pelo contrário, em concordância com outras análises (LAGOS, 2006; VIOLA e LEIS, 2007), considera-se fundamental perceber as influências que exercem as lideranças de um país para o outro, na dimensão internacional, para compreender esta nova “onda” populista. Como afirma Laclau “Las perspectivas político económicas de América Latina son hoy más promisorias que en mucho tiempo, y Venezuela está jugando en relación con ellas [...] un papel fundamental.” (LACLAU, 2006a, p. 61). Essas influências aqui são explicadas como um processo hegemônico no nível internacional. Isso permite entender o interesse na aplicação da teoria de Laclau ao campo das RRII, especialmente no contexto da atual situação política da América Latina e do Caribe.

Acredita-se que o apelo à teoria de Laclau também permite superar muitos dos inconvenientes percebidos nas perspectivas da hegemonia mais comuns no campo das RRII (COX, 1994, 2009; ARRIGHI, 1997; KEOHANE, 1988). Estima-se que a obra de Laclau contribui para uma nova compreensão da hegemonia, ao oferecer uma operacionalização elegante no uso dessa categoria, baseada na concepção discursiva da realidade. Particularmente, supera dois problemas característicos da maioria dos enfoques da hegemonia, ao menos em RRII, (1) ao explicar performativamente o fundamento dos alinhamentos não coercitivos e (2) ao superar a centralidade conferida pela maioria das teorias da hegemonia às relações de produção na dinâmica histórica e à classe como sujeito privilegiado de câmbio.

Apelando ao corpus conceitual laclauiano, o projeto bolivariano é interpretado como uma tentativa de construção de uma nova hegemonia através de: (1) a dicotomização do espaço hemisférico, entre os EUA (líder poderoso da hegemonia institucionalizada, que chamamos pan-americanismo) e as sociedades da América Latina e do Caribe (cujas situações de carência são atribuídas ao poder dos EUA); (2) a articulação numa cadeia equivalencial de uma série de demandas insatisfeitas, que são discursivamente colocadas em antagonismo à hegemonia pan-americanista; (3) e eventualmente condensadas e expressadas positivamente numa nova identidade bolivariana.

Na pesquisa empírica realizada utilizando os discursos presidenciais nas reuniões de cúpula, estas três questões teóricas correspondem a uma série paralela de passos lógico-metodológicos nos quais é necessário avançar: identificar de que forma e em que medida o discurso bolivariano articula equivalencialmente demandas insatisfeitas da sociedade latino-americana e caribenha; descrever a constituição antagônica do bolivarianismo, como cadeia equivalencial, de face ao pan-americanismo liderado pelos EUA; e analisar se o bolivarianismo consegue constituir-se como um símbolo positivo de uma nova identidade popular, reconhecido por uma diversidade de elementos que a integrem.

Em resumo, o principal objetivo desta introdução é explicitar as duas ambições intelectuais que a dissertação tenta combinar: uma ambição teórico-metodológica e outra empírica. Em relação à primeira, o desafio consiste em aplicar a teoria do discurso de Laclau na análise de um processo de construção hegemônica no plano internacional. A contrapartida é a segunda ambição, de tipo empírico, que consiste na tentativa de interpretar a formação do bloco bolivariano na política latino-americana como um processo de construção hegemônica, ligado à liderança venezuelana promovida pelos governos do presidente Hugo Chávez.

O primeiro desafio estima-se sumamente sugestivo, já que na maioria das pesquisas que utilizam a teoria do discurso, sua aplicação restringe-se ao nível da política nacional (por exemplo, LACLAU, 2010, p. 250 e ss.; ÇELIK, 2000; CLOHESY, 2000; HART, 2007; HOWARTH, 2000). Até há um conjunto interessante de análises que abordam a situação política dos países da ALBA utilizando essa teoria

(LACLAU, 2006a; ACOSTA ESPINOSA, 2004; BROWN, 1990³). Essas perspectivas coincidem com a tendência tradicional da pesquisa social de descontar a coincidência entre estado e sociedade, aceitando então que o processo hegemônico manifesta-se por natureza no nível estatal: “sociological analysis has been shaped by an implicit acknowledgment that society must be subordinate to state.” (BIGO e WALKER, 2007, p. 4). Porém, algumas mudanças atuais, como o enfraquecimento do Estado e da ideia de soberania, tornam difícil pensar ainda na coincidência exata entre sociedade e Estado, assim como o processo hegemônico tenha sua manifestação predominante no nível nacional.

O próprio Laclau afirma que “em um mundo globalizado, temos uma dispersão de posições de sujeito, e, [...] o problema da unidade das identidades coletivas é um problema que se considera em termos radicalmente distintos.” (LACLAU, 2006, p. 21). Nesta linha, um comentarista do autor acrescenta:

hegemonia não é mais teorizada como tipologicamente limitada a alguma esfera ou domínio particular, tal como o Estado ou uma noção revista de Estado. Neste sentido, o desenvolvimento conceitual de hegemonia em Laclau é possível ser aplicado em qualquer nível, seja local, nacional ou mesmo global. [...] O presente contexto de globalização, contudo, criou desafios teóricos para uma série de conceitos, sendo hegemonia um desses. [...]. O conceito de hegemonia, a partir do trabalho de Laclau, mantém sua relevância analítica para a compreensão da forma como os discursos tornam-se dominantes e/ou desafiantes na arena global nos dias de hoje. (PESSOA, 2008, p. 142).

Como foi mencionado, tal desafio se sintoniza também com uma das mais interessantes tendências recentes da teoria das Relações Internacionais, que consiste na incorporação de contribuições teóricas de outras disciplinas, particularmente da sociologia política.

³ Esta última obra aborda o primeiro governo sandinista de Daniel Ortega, muito anterior à integração deste país à ALBA, mas com alguns interessantes paralelismos com a atual situação política nicaraguense.

Por outro lado, o desafio empírico consiste em analisar se no processo bolivariano de orquestração internacional entre vários países da América Latina e do Caribe liderado pela Venezuela, há uma tentativa de construção hegemônica. O movimento bolivariano é de enorme interesse pela sua capacidade de articular eficazmente tradições sociopolíticas que até o momento eram dificilmente compatíveis. O caso mais notório pode ser a articulação entre nacionalismo e socialismo, as duas principais vertentes de pensamento de esquerda na América Latina durante o século XX, mas de conflitiva relação (CASTAÑEDA, 1995). Mas também é impressionante a capacidade de articular duas tradições históricas totalmente diversas, embora sua proximidade espacial: a América Latina ibérica e o Caribe anglófono. Neste ponto, a situação geográfica da Venezuela, sem dúvidas, favorece sua capacidade articuladora. No caso do Caribe, sua tradição de esquerda resulta tremendamente alheia para a maioria dos sul-americanos, mas constitui uma experiência de grande valor, que pode ajudar-nos a compreender o significado atribuído à esquerda na maioria do Terceiro Mundo a partir do processo de descolonização.

De fato, isso não é mais que o outro lado da mesma moeda: para explicar o movimento bolivariano é necessário levar em conta a importância atual da lógica transnacional dos processos hegemônicos. Não é possível explicar as coincidências nos países da ALBA, geralmente associadas na ciência política latino-americana ao populismo (reformas constitucionais, reeleições de líderes, processos plebiscitários, ampliação das funções do Estado, incluindo a crescente intervenção na economia, implementação de novas políticas sociais e transferência de renda) como simples fenômenos nacionais que se desenvolvem paralelamente entre vários países do continente. Pelo contrário, a dissertação procura mostrar que sua coincidência deve-se a que são parte de um mesmo processo de construção hegemônica regional, e que a teoria do discurso resulta numa ferramenta útil para sua explicação.

A dissertação consta de seis capítulos, incluindo a presente introdução. No seguinte capítulo se apresenta o fenômeno de estudo, expondo o contexto político latino-americano recente e a evolução do tema da hegemonia no continente, para aprofundar depois nas principais características do movimento bolivariano. Nele descreve-se o processo bolivariano, os antecedentes do bolivarianismo como pensamento político, a situação política da Venezuela desde a ascensão de Chávez e a expansão inicial do bolivarianismo através da política exterior desse governo. O terceiro capítulo corresponde à apresentação do marco teórico utilizado (a teoria do discurso de Lalclau), depois de uma breve

menção aos antecedentes do uso do conceito de hegemonia em RRII. Neste contexto, além de apresentar a teoria de Laclau em seus próprios termos, se faz um esforço para sugerir linhas de aplicação no campo das relações internacionais. O quarto capítulo desenrola a metodologia de análise utilizada, incluindo um esforço por explicitar as dificuldades na colheita de fontes (discursos presidenciais nas reuniões de cúpula a ALBA) e na sua representatividade. Posteriormente, no quinto capítulo, se apresenta a análise feita, expondo a interpretação do movimento bolivariano como processo de construção hegemônica, e à luz da teoria de Laclau. Finalmente, são destacadas algumas conclusões da pesquisa.

2 O MUNDO DO BOLIVARIANISMO E SEUS ARREDORES

2.1 O GIRO À ESQUERDA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

Na década de 2000, a América Latina e o Caribe viveram importantes transformações políticas. As mesmas se evidenciam pela chegada ao poder de governos identificados com a esquerda política em vários países da região⁴, assim como pela continuidade da esquerda no poder durante vários períodos de governo, incluindo, em vários casos, a reeleição do governante.

Entre 1999 e 2011, a esquerda triunfou em processos eleitorais democráticos para a escolha de governos em 25 países da região, e manteve o governo por mais de um período na maioria deles (18), o que representa uma situação sem antecedentes na história da região. Este fenômeno político de grande interesse foi definido como o “giro à esquerda latino-americano” (*Latin America's left turn*) pelo historiador e ex-chanceler mexicano Jorge Castañeda (2006) ou a “terceira onda” das esquerdas latino-americanas pelo cientista político uruguaio Jorge Lanzaro (2007).

Embora a polêmica suscitada pela análise feita por Castañeda sobre as duas esquerdas latino-americanas, uma populista e a outra moderna, (ver, por exemplo, DUARTE VILLA, 2009 ou SIMÕES REIS e MARCELINO VIEIRA, 2008), o conceito de giro à esquerda foi aceito e utilizado por várias análises posteriores (LUNA, 2007; ARDITI, 2008; CAMERON, 2009). Castañeda afirma, no início do seu artigo

Starting with Hugo Chávez's victory in Venezuela eight years ago and poised to culminate in the possible election of Andrés Manuel López Obrador in Mexico's July 2 presidential contest, a wave of leaders, parties, and movements generically labeled "leftist" have swept into power in one Latin American country after another. (CASTAÑEDA, 2006, p. 1).

Certamente, o triunfo do Chávez em 1998 é um ponto de referência pertinente, pois até então só havia mais dois países da América Latina onde a esquerda governava e conseguia manter o governo ao cabo de ao menos um período eleitoral: Chile e Cuba (além

⁴ Evita-se a discussão ao respeito do que é esquerda, utilizando o critério de autodefinição: políticos e partidos autodefinidos como de esquerda.

de experiências excepcionais de algumas ex-colônias inglesas, como Guiana e Jamaica).

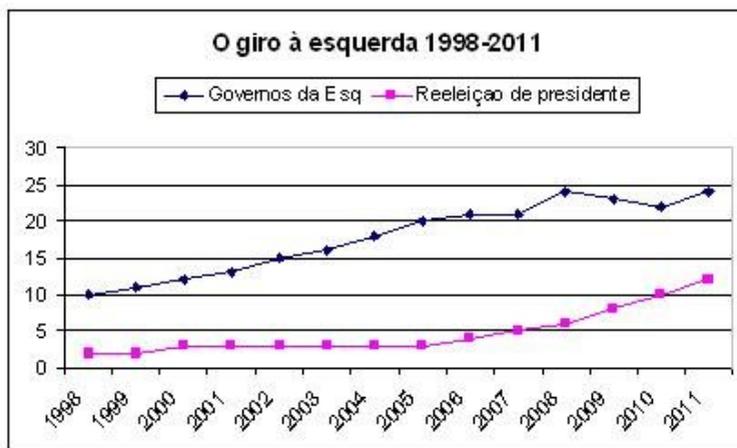
Chile manteve um governo da Concertação de Partidos pela Democracia durante duas décadas, desde a transição da ditadura de Pinochet à democracia (1990) até as eleições de 2010. Porém, a Concertação é uma coalizão ampla de partidos, cujos governos não se caracterizaram por introduzir políticas do que tradicionalmente é associado com a esquerda. Pelo contrário, durante o período de governo da Concertação desenvolveram-se mudanças de tipo neoliberal, o que se reflete, por exemplo, na crescente concentração da riqueza e a criminalização do protesto social (MOULIAN, 1997).

No caso de Cuba, o governo socialista está no poder há mais de meio século, desde o triunfo da Revolução Cubana em 1959 e a posterior adoção do comunismo (marxismo-leninismo) como doutrina do governo em 1961. Fidel Castro assume como primeiro ministro logo depois do triunfo da revolução, passando a ocupar o cargo de presidente desde 1976, cargo que mantém até 2011, quando transpassa o poder a seu irmão Raúl Castro. A experiência revolucionária cubana é referência para muitos projetos políticos da esquerda latino-americana. Aceitando a distinção proposta por Castañeda entre duas principais tradições da esquerda latino-americana, uma nacionalista e outra marxista (CASTAÑEDA, 1994), Cuba teve uma influência substantiva na segunda, o que acarretou o termo 'castrismo'. O castrismo adapta as ideias comunistas no contexto do Terceiro Mundo, e, particularmente, da América Latina, o que se reflete na atividade internacionalista ligada ao Movimento dos Não Alinhados, a luta pela descolonização e o apoio aos movimentos guerrilheiros de libertação nacional. Isso já se observava poucos anos depois da Revolução, na década de 1960, por exemplo, através de iniciativas como a Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS) ou a Tricontinental de Solidariedade Revolucionária (LAMBERG, 1968), fundamentais na tentativa de generalizar a luta armada revolucionária no Terceiro Mundo. Mais recentemente Cuba exerceu sua influência sobre atores político-partidários da região, como, por exemplo, na década de 1990, através do Foro de São Paulo (SUÁREZ SALAZAR, 2008). Mesmo assim, depois da queda do bloco socialista, a influência que Cuba conseguiu exercer no exterior foi bem menor que nas décadas anteriores, quando apoiou explicitamente movimentos revolucionários em vários países do continente americano.

Perante estes antecedentes, resulta surpreendente a importância atingida pelo giro na década de 2000. Como observa-se no Gráfico 1, é

impressionante a quantidade de países nos quais durante o período triunfa a esquerda. Ainda mais extraordinário é se levar em conta que, em todos os casos, isso acontece exclusivamente através de processos eleitorais democráticos, numa região historicamente caracterizada pela instabilidade política e o autoritarismo.

Gráfico 1 - Países governados pela esquerda e países onde o presidente de esquerda é reeleito.



Fonte: gráfico elaborado pelo autor.

Estima-se que seja conveniente descrever de forma relativamente exaustiva esse giro à esquerda, ainda que o fenômeno não seja o objetivo desta dissertação, e sua importância seja fundamentalmente contextual. É necessário gerar uma ideia acertada do escopo da mudança mais geral na qual se inscreve o bolivarianismo; assim como sublinhar a diversidade de situações que acontecem em regiões como América Central e o Caribe, essenciais para compreender o objeto de estudo, que são geralmente desconhecidas nos países do Cone Sul.

Depois da ascensão de Chávez, em 1999, o Brasil foi o seguinte país no qual a esquerda triunfa, com a eleição de Luiz Inácio “Lula” da Silva pelo Partido dos Trabalhadores (PT) (2003-2007). Lula foi reeleito para um segundo governo (2007-2011), e posteriormente Dilma Rousseff foi eleita para o período 2011-2014, também pelo PT. Poucos meses depois de Lula, Néstor Kirchner é eleito presidente na Argentina (2003-2007) pelo Partido Justicialista (peronismo), adotando políticas sociais, econômicas e de direitos humanos identificadas com a

esquerda.⁵ Kirchner é sucedido por sua esposa, Cristina Fernández (2007-2011), que é reeleita (2007-2011). Por sua vez, Hugo Chávez também já leva três mandatos no governo da Venezuela (1999-2001; 2001-2007 e 2007-2013), buscando atualmente sua terceira reeleição, além do seu triunfo no referendo revocatório de 2004 que tentou interromper seu segundo mandato.

Sem esquecer-se do panorama de mudanças no resto do continente, tem que ser sublinhado o valor do triunfo inicial da esquerda nestes três países pela sua enorme importância relativa no continente: “simbólicamente la elección de Lula, como la derrota de Carlos Menem frente a Néstor Kirchner en Argentina en 2003, fue la señal del cambio de clima político e ideológico en la región.” (PARAMIO, 2006, p. 64). Argentina, Brasil e Venezuela, junto com México e Colômbia, são os países com maiores recursos de poder na região (exército, PBI, território, população e capacidade de influência). Além disso, no que diz respeito ao êxito destes governos, observa-se que, nos três casos, a esquerda tem assegurado um terceiro período de governo, o que vai significar mais de uma década no governo, incluindo ao menos uma reeleição de presidente.

Na América do Sul, durante o período 2000-2011, a esquerda triunfa ao menos numa eleição de mandatário em todos os países, exceto Colômbia e Suriname. Depois dos triunfos na Venezuela, Brasil e Argentina, a esquerdista Frente Ampla (FA) triunfa no Uruguai em duas oportunidades consecutivas, ascendendo ao governo nos períodos 2005-2010 e 2010-2015. O FA é uma coalizão histórica de socialistas, comunistas, ex-guerrilheiros do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros e setores social-democratas e democrata-cristãos, fundada em 1971. Posteriormente Evo Morales triunfa na Bolívia em 2005, ocupando o poder no período 2006-2010 e sendo reeleito para o período 2010-2015. Morales ganha as eleições à frente do Movimento Ao Socialismo (MAS), e com um forte apoio de movimentos sociais vinculados a cultivadores de coca, populações indígenas, populações da cidade de El Alto e ativistas pelo acesso à água e contrários à construção de gasodutos. Morales é reeleito em 2009, assumindo seu segundo governo em 2010. No Equador, Rafael Correa chegou ao governo em 2007, com o novo partido Aliança País (AP, fundado em 2006), também

⁵ O anterior presidente Fernando de la Rúa (1999-2001) chegou ao governo à frente da Aliança, uma coalizão que incluía o esquerdista partido FREPASO. Porém, seu governo não é geralmente considerado de esquerda (GERVASONI, 2003).

com forte apoio das organizações indígenas, sendo reeleito em 2010 (em eleições adiantadas) para um novo período (2010-2013). Posteriormente Fernando Lugo foi eleito presidente do Paraguai para o período 2008-2013, sendo o candidato da Aliança Patriótica para a Mudança, uma coalizão *ad hoc*, ampla e heterogênea. Esta é a primeira vez em 61 anos que o Partido Colorado paraguaio perde uma eleição nacional, e a primeira vez na história que aceita passar o governo a um líder de outro partido. Finalmente, em 2011, Ollanta Humala assume o governo do Peru com o Partido Nacionalista Peruano, por um período que vai até 2016.

O panorama sul-americano é completado com os mencionados casos de Chile e Guiana. No Chile, antes de perder o governo nas eleições presidenciais de 2010, a Concertação ainda triunfa em mais duas eleições e atinge o governo para os períodos 2000-2006 e 2006-2010, levando à presidência os socialistas Ricardo Lagos e Michelle Bachelet, respectivamente. Entretanto, na Guiana, desde 1992, governa o socialista Partido Progressista do Povo, mantendo uma tradição de governos de esquerda que se inicia com a própria independência do país, em 1966.

Passando à América Central, no período 2000-2011, triunfam na Nicarágua e em El Salvador partidos políticos formados pelos grupos guerrilheiros de esquerda que até a década de 1980 mantiveram a luta armada. No primeiro desses casos, a Frente Sandinista de Liberação Nacional leva Daniel Ortega à presidência para o período 2007-2012, que posteriormente é reeleito para o período 2012-2017.⁶ Contudo, em El Salvador, a Frente Farabundo Martí de Liberação Nacional triunfa nas eleições de 2009, assumindo o governo Mauricio Funes, para o período 2009-2014. Apesar das coincidências históricas entre o FSLN e o FMLN, os governos de Ortega e Funes mantêm diferenças notórias. Ortega desenvolve uma política de alinhamento com os países da ALBA (especialmente Venezuela e Cuba). Funes, porém, cultivava uma relação privilegiada com os EUA, que levou ao presidente estadunidense Barak Obama a incluir El Salvador entre os destinos de sua última passagem pela América Latina, embora seja pequena a importância relativa do país na região.⁷

⁶ Ortega já havia sido presidente da Nicarágua no período 1985-1990 e Coordenador da Junta de Governo de Reconstrução Nacional, que governou o país entre 1979 e 1985, depois do triunfo da Revolução Sandinista.

⁷ Os outros países visitados na passagem de março de 2011 foram Brasil e Chile, sócios históricos dos EUA e de maior importância relativa na região.

A esquerda também alcança o governo do Panamá em 2004, quando triunfa o Partido Revolucionário Democrático e assume a presidência, Martín Torrijos (2004-2009), filho do General nacionalista Omar Torrijos.⁸ Na Guatemala, Álvaro Colom governa entre 2008 e 2012 à frente da Unidade Nacional da Esperança, um partido social-democrata fundado também por Colom em 2002. Finalmente, em Honduras, o Partido Liberal consegue triunfar sobre o governante Partido Nacional em 2005, levando à presidência, Manuel Zelaya. Embora o Partido Liberal seja um dos partidos tradicionais de Honduras, que governou em várias oportunidades durante o século XX, surpreendentemente Zelaya desenvolveu uma política considerada de esquerda (incluindo sua incorporação à ALBA, no ano 2008) até ser derrubado por um golpe de Estado, no ano 2009.

Desta forma, os únicos países da América Central nos quais a esquerda não atinge o governo no período são Costa Rica e Belize. Além do caso de Belize (que participa do *Commonwealth* e ainda é uma monarquia constitucional, cuja chefe de Estado é a Rainha da Inglaterra), é interessante observar uma situação comum a toda América Latina continental: os únicos países nos quais a esquerda não triunfa nesse período, são aqueles que tiveram uma relação privilegiada com os EUA (Colômbia, Costa Rica e México), ao menos durante as últimas décadas. Observe-se ainda que estes três países, são dos poucos da região que nos últimos 50 anos não sofreram golpes de Estado ou assassinato de mandatários suspeitas de serem organizadas pelos EUA.

O panorama político da região é completado pela descrição da situação no Caribe, onde além da situação de Cuba antes descrita, a esquerda também governa nos principais países. No Haiti, Jean-Bertrand Aristide e René Preval revezam o poder entre 1993 e 2011 (exceto num golpe de Estado em 1994), sendo a primeira vez na história do país que há alternância de governos democraticamente eleitos. Embora não sejam líderes claramente de esquerda, são políticos influenciados pela teologia da libertação e originalmente, pertencentes ao partido Família Lavalas, de centro-esquerda. O Michel Martelly, que assume em 2011, também é considerado de esquerda. A esquerda também triunfa na República Dominicana, onde no ano 2000 é eleito Hipólito Mejía do esquerdista

⁸ Omar Torrijos governou Panamá numa ditadura nacionalista desde 1969 até sua morte em 1981, num acidente aéreo, até hoje suspeito de haver sido um atentado. Houve uma pesquisa que acusou à CIA da organização de um atentado, cujos documentos desapareceram durante a invasão dos EUA no Panamá em 1989 (GANDASEGUI Jr., 1993, p. 7).

Partido Revolucionário Dominicano (2000-2004). Anterior e posteriormente o país é governado pelo centro-esquerdista Leonel Fernández, do Partido da Liberação Dominicana (partido fundado pelo histórico líder nacionalista Juan Bosch).

Junto com esses países de maior tradição latino-americana, o Caribe anglófono também foi atingido pelo giro à esquerda, associado a um novo impulso do tardio processo de descolonização das colônias inglesas das Antilhas Menores. Nessa região, cabe destacar o caso de Antigua e Barbuda, Dominica e São Vicente e Granadinas, três países integrantes da ALBA, e que ao mesmo tempo estão ligados ao *Commonwealth*. Em Antigua e Barbuda, Winston Baldwin Spencer foi eleito em 2004 como primeiro ministro, à frente do Partido Progressista Unido, depois de vários anos da esquerda na oposição. Em Dominica o centro-esquerdista Partido Trabalhista triunfa nas eleições de 2000, suplantando o Partido dos Trabalhadores, que historicamente governou o país. Em 2004 é eleito o atual primeiro ministro Roosevelt Skerrit, reeleito em 2009. Em São Vicente e Granadinas, o esquerdista Ralph Gonsalves do Partido da Unidade Trabalhista, permanece no poder desde 2001, quando nas eleições do ano 2000 triunfou sobre o conservador Partido da Nova Democracia, que até então governava o país. Gonsalves foi reeleito nas eleições de 2005 e 2010. Em 2009 promoveu um plebiscito para aprovar uma nova constituição, que incluía a proposta de quitar a São Vicente e Granadinas do *Commonwealth*, mas o projeto é derrotado, alcançando o 42% dos votos.

Também cabe mencionar o caso de outros países anglófonos do Caribe que se aproximaram do bolivarianismo, seja participando de algumas instâncias da ALBA (aderindo ao organismo em qualidade de observadores ou participando de Reuniões como convidados), ou aderindo a outras iniciativas bolivarianas, como, por exemplo, Petrocaribe ou a Operação Milagre. Esse é o caso de Jamaica, Granada e o mencionado Haiti. Jamaica é uma das experiências excepcionais de longo governo da esquerda, que ficou no poder desde a década de 1980, com um predomínio absoluto nas eleições do centro esquerdista Partido Nacional do Povo (fundado pelo histórico líder Norman Manley). Granada é governada desde 2008 por Thillman Thomas, do centro-esquerdista Congresso Democrático Nacional, que em tal ano retomou o poder do conservador Novo Partido Nacional, que havia governado entre 1995 e 2008. Barbados também é governado pela centro-esquerda, alternando-se desde sua independência em 1966 o predominante Partido Trabalhista de Barbados e o Partido Democrático Trabalhista, atualmente no poder, considerado mais de esquerda. Em Trinidad e

Tobago acontece uma situação similar, alternando-se no governo, desde 1991, os partidos Congresso Nacional Unido e Movimento Nacional Popular, ambos identificados com a centro-esquerda (o primeiro associado à social-democracia e à terceira via, e o segundo com os sociais liberais). Em Bahamas a esquerda governou no período 2002-2007; em Santa Lucia a centro esquerda governou desde 1997 até 2006, para retornar ao poder em 2011; e em Saint Kitts and Nevis governa a centro-esquerda desde 1995, reelegendo desde então o primeiro ministro Denzil Douglas.

Como parte desta breve descrição geral da situação, deve evitar-se a impressão de homogeneidade no conjunto desses governos. Pelo contrário, há uma relativa heterogeneidade, que se expressa em várias propostas tipológicas efetuadas nas análises acadêmicas. Nestas, há uma tendência que propõe uma distinção binária, ao nível latino-americano (ou seja, sem contar o Caribe) entre uma esquerda social-democrata e outra nacional-popular (LANZARO, 2007); ou a equivalente distinção entre uma esquerda moderna e outra radical e populista (CASTAÑEDA, 2006). Para os dois autores, o primeiro tipo corresponde ao dos governos de esquerda do Brasil, Chile, e Uruguai; enquanto o segundo corresponde aos oito países da ALBA (embora Cuba geralmente não é incluso) e à Argentina.⁹

Há de se ter em conta que, esta distinção é muito discutida e criticada (ver, por exemplo, o artigo de SIMÕES REIS e MARCELINO VIEIRA, 2008). Alguns autores preferem falar de dois extremos num continuum, descartando a ideia de dois tipos diferenciáveis. E ainda há quem acrescente outros critérios, como o grau de apoio ou autonomia destes governos com respeito à sociedade civil organizada (LUNA, 2007). De qualquer forma, em relação à dissertação, acredita-se que é suficiente sublinhar a heterogeneidade deste “giro à esquerda”. Concordando com Paramio:

dentro de los gobiernos que podemos considerar de izquierda existe una llamativa divergencia en el discurso político, en la postura respecto al proceso de globalización y en la interpretación de las instituciones democráticas y sus reglas de juego. La única coincidencia explícita es el hincapié en la política social y en la búsqueda de un modelo

⁹ Logicamente, os países onde a esquerda triunfa depois da data de publicação desses trabalhos não são considerados. Porém, levando em conta os atributos que definem a tipologia, é razoável supor que casos como os de El Salvador, Paraguai e Peru sejam considerados no tipo social-democrata ou moderno.

económico que no solo produzca crecimiento, sino también resultados sociales: creación de empleo, mejora de la educación y la salud, reducción de la pobreza y la indigencia. (PARAMIO, 2006, p. 64).

Porém, há uma relativa homogeneidade na situação dos países que integram a ALBA (ou ao menos várias características partilhadas), cujos governos são tipificados como populistas, neopopulistas ou nacionalistas, dentro das tipologias mais comuns (GRATIUS, 2007). Insistindo nos cuidados com que devem ser consideradas essas classificações, cabe destacar ainda a coincidência de alguns rasgos políticos, geralmente associados ao populismo na maioria dos países da ALBA durante o período (questão na qual se aprofunda posteriormente): realização de plebiscitos ou referendos (em cinco países da aliança), reformas constitucionais que mudam as regras eleitorais (em três casos), reeleições efetivas de mandatários (em todos os casos, exceto Cuba), e desenvolvimento de governos autodenominados “revolucionários” e de processos de “refundação” (que, por exemplo, incluem mudanças na denominação do país ou nos símbolos pátrios).

Uma vez descrito brevemente este “giro à esquerda”, cabe abordar agora as causas que motivaram essa situação inédita. Muitos pesquisadores atribuem sua origem às mudanças nas preferências do eleitorado, associadas ao descontentamento provocado pelas políticas econômicas e reformas estruturais neoliberais realizadas na década de 1990 por governos de centro ou de direita. Tais políticas causaram aumento do desemprego, da pobreza e da desigualdade social; e diminuição dos salários e da cobertura estatal, entre outros problemas. Esta explicação é razoável, e, é postulada e aceita por analistas de diversas perspectivas. A seguinte citação, parcialmente sustentada em Castañeda (2006), oferece um resumo deste raciocínio:

Devido à instabilidade econômica vivida no final da década de 1970 e nos anos 1980, os governos que ascenderam ao poder, no período posterior, priorizaram os ajustes macroeconômicos, e optaram por seguir o receituário ditado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) a fim de estabilizar suas economias. O resultado da adoção dessas medidas foi o aumento da desigualdade social, da pobreza e do desemprego, a redução do crescimento econômico e a precarização das condições de vida, especialmente, das populações

mais carentes (Castañeda, 2006). Nesse contexto, o eleitorado optou pela mudança nos rumos da política elegendo candidatos da esquerda em vários países do continente no final do século XX e início do século XXI. (SIMÕES REIS e MARCELINO VIEIRA, 2008, p. 1-2).

Estima-se uma explicação insuficiente, embora correta. Por exemplo, pode-se afirmar que historicamente houve na região vários outros períodos de crises socioeconômicas e descontentamento popular, que, contudo, não redundaram em deslocamentos políticos generalizados do eleitorado em mais de uma dezena de países do continente. Tornando um pouco mais complexo o argumento, ao nível teórico, estima-se que tal explicação seja insuficiente por manter a tentativa de interpretar uma mudança generalizada em vários países da região como uma simples coincidência de situações nacionais paralelas.

Neste ponto é que se ressalta a importância de ampliar a perspectiva à dimensão internacional. Não é suficiente uma abordagem comparada de situações supostamente isoladas e paralelas ao nível nacional. Pelo contrário, é necessário considerar o conjunto, que leva a análise ao nível internacional, não só como variável contextual, mas também como elemento explicativo básico.

Assim, consideram-se outras duas questões fundamentais para compreender este processo. Em primeiro lugar, a mudança na relação da América Latina com os EUA, e o declínio da capacidade de influência que estes tiveram historicamente sobre a região durante o século XX, até mesmo na política interna dos países. Tal influência é parte da hegemonia pan-americana que se exerceu mediante diferentes vias sobre a América Latina durante todo o século XX. A influência foi efetivada através de diversos meios, incluindo ações coercitivas (intervensões militares, sabotagens, ingerências em assuntos internos, pressões econômicas); assim como consensuais (sanções em foros internacionais a países desafiantes, cooperação econômica com países aliados), de interesse central para a análise da hegemonia proposta nesta dissertação (BORÓN, 2006). A seguinte seção descreve o assunto.

Em segundo lugar, a dimensão internacional também contribui para explicar o giro à esquerda em vários países da região, levando em conta a influência que alguns países exercem em governos e nas sociedades dos países vizinhos. Claramente, destaca-se neste nível, o papel exercido pelo Brasil, Cuba, México e Venezuela. A construção hegemônica promovida pela Venezuela, que é o interesse principal desta

dissertação, não é um fenômeno desligado do declínio da hegemonia pan-americana; pelo contrário, novamente, são dois lados da mesma moeda: o êxito de uma hegemonia emergente depende da decadência da anterior.

2.2 A HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS: O PAN-AMERICANISMO SOMOS TODOS

A relação entre os EUA e América Latina é fundamental para compreender a realidade latino-americana em conjunto, assim como a de cada um dos países. A temática é um tópico clássico de pesquisa na academia latino-americana, particularmente nas disciplinas sociais. Muitas das teorias e estudos surgidos na região que alcançaram maior relevância no âmbito mundial interessaram-se principalmente na compreensão da identidade ou especificidade latino-americana, baseando-se na relação com a metrópole. Dentre diversos exemplos, é possível incluir as obras de José Enrique Rodó (2011), Manuel Ugarte (1939), Roberto Fernández Retamar (1971), Tulio Halperin Donghi (1969), Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1974). Dessa forma, uma boa parte dos esforços dos intelectuais por compreender a especificidade latino-americana tem passado pela relação com a metrópole ou potência que domina a região. Exemplo disso são as teorias da recepção, na dimensão cultural; da dominação, na dimensão política; e da dependência, na dimensão socioeconômica; todas elas diferentes arestas do mesmo problema: a relação entre a região e os países centrais.

Nas Relações Internacionais, esse tema foi principalmente estudado a partir das relações interestatais, seguindo as perspectivas tradicionais na disciplina. Paralelamente, no plano da política internacional, nos estudos das agendas das políticas exteriores dos países latino-americanos, destaca-se historicamente como um dos pontos principais o vínculo com os EUA (VAN KLAVEREN, 1983). Apesar das recentes mudanças na relação, os EUA ainda têm uma grande importância para a América Latina, fundada nas evidentes desigualdades de poder:

O fato central das relações interamericanas vai continuar sendo a ampla assimetria de poder entre os Estados Unidos e qualquer outro país das Américas. Estados Unidos continua sendo mais importante para cada país latino-americano que o que qualquer país de América Latina é para

Estados Unidos. As políticas cruciais para o futuro de América Latina são definidas em outro lugar, e seu impacto na América Latina frequentemente é mais residual do que intencional. (LOWENTHAL, 2006, p. 3).

Roberto Russell (2006) propõe uma tipologia de quatro perspectivas por intermédio das quais é interpretada essa relação nas últimas décadas. O primeiro desses marcos baseia-se na ideia do Hemisfério Ocidental como esquema no qual se construiu uma relação de tipo cooperativo, no sentido que o término tem para as teorias institucionalistas neoliberais (KEOHANE, 1993). Este modelo explicativo baseia-se na suposta existência de valores, interesses e metas comuns entre os estados americanos e na relação especial que os une, ao mesmo tempo em que os distingue do resto do mundo (CORRALES e FEINBERG, 1999, *apud*. RUSSELL, 2006). Supostamente, a relação entre os estados do continente sustenta-se num interesse comum e todos obtêm benefícios absolutos dela. Esse marco utiliza os conceitos de “comunidade interamericana”, “hemisfério ocidental”, “solidariedade hemisférica” e pan-americanismo.

Outra tese alternativa propõe a existência de uma vontade e prática imperialista que os EUA exercem sobre a região através do uso de recursos militares, políticos, econômicos e culturais, nos quais as capacidades entre as partes são muito desiguais. A relação baseia-se na existência de importantes interesses dos EUA na América Latina, na dimensão geopolítica como retaguarda militar, e ao nível econômico como mercado e provedora de recursos naturais (BORÓN, 2006). Esse marco explicativo, oposto ao anterior no diagnóstico da natureza das relações predominantes, é em grande medida herdeiro das teorias do Imperialismo e da Dependência.

Russell (2006) identifica uma terceira visão, chamada da “irrelevância da América Latina” para a política exterior dos EUA. A natureza do vínculo é consequência das políticas globais dos EUA, ou de políticas desenvolvidas com foco em outras regiões de maior importância na sua agenda, ou mesmo de políticas da agenda interna (por exemplo, temas como migração, drogas ou abertura comercial). Deste modo, a política para a região durante a II Guerra Mundial é explicada pela luta contra o Eixo; durante a Guerra Fria pela política de contenção do expansionismo soviético; e atualmente pela “guerra ao terrorismo”. Em qualquer caso, a política exterior dos EUA para os países da América Latina não é associada a um interesse nacional

específico daquele país na região, senão que é uma expressão ou consequência residual de suas preocupações e interesses ao nível global.

Finalmente, Russell destaca uma quarta perspectiva, chamada “decadência hegemônica”, que considera mais adequada para compreender as características recentes da relação entre EUA e América Latina. A ideia da hegemonia permite compreender a articulação entre dominação e liderança, pela qual, entre 1945 e fins da década de 1960, “Estados Unidos tuvo el poder, la capacidad y la voluntad para convertirse en el principal arquitecto del orden internacional emergido al término de la Segunda Guerra Mundial.” (RUSSELL, 2006, p. 58). A relação entre EUA e América Latina nessa época foi definida, nesta perspectiva, como a “presunção hegemônica” (LOWENTHAL, 1976), ou seja, o pressuposto que os EUA podiam contar com o apoio de todos os países de América em qualquer assunto, sustentado na solidariedade hemisférica. Desde a década de 1970, entretanto, a liderança dos EUA decresceu no mundo e também na América Latina.

Brevemente, é pertinente fazer um pequeno resumo histórico da hegemonia dos EUA sobre a América Latina, levando em conta o papel que a mesma assume na interpretação proposta nesta dissertação. No período de hegemonia da Grã Bretanha (1874-1945 segundo COX, 1983; 1870-1945 segundo ARRHIGI, 1997) a relação entre EUA e América Latina foi orientada primeiro pela Doutrina Monroe e o Corolário Roosevelt (até 1933) e depois pela “política do boa vizinhança” (1933-1956), combinando hegemonia e dominação na disputa com a velha hegemonia britânica pelo controle do continente. O aspecto de dominação imperial está representado pela chamada política do *Big Stick* (DMITRIEV, 1987), desenvolvida fundamentalmente no começo de século na América Central, México e o Caribe (além da intervenção na Colômbia para a secessão do Panamá), e que inclui a anexação de novos territórios (Porto Rico e Canal do Panamá). Por outro lado, surgem dinâmicas hegemônicas não coercitivas manifestadas principalmente na tentativa de construir uma institucionalidade legitimadora mediante a União Pan-americana e as Conferências de Estados Americanos, no chamado “velho pan-americanismo” (1890-1945) (SUÁREZ SALAZAR e GARCÍA LORENZO, 2008, p. 67).¹⁰ A

¹⁰ A primeira Conferência Pan-Americana acontece em Washington nos anos 1889-1890, na qual participam a maioria dos países do continente, convidados pelos EUA (SUÁREZ SALAZAR e GARCÍA LORENZO, 2008). Essa dinâmica continental é complementada em 1910 pela formação da União Pan-Americana, com uma estrutura institucional permanente, lançada com um forte

mencionada “política do boa vizinhança”, desenvolvida pelo presidente Franklin Delano Roosevelt paralelamente ao *New Deal* tende a maximizar estas dinâmicas não coercitivas (ou ao menos não bélicas):

La política del buen vecino implica la renuncia a la intervención armada directa y el apoyo creciente a las organizaciones panamericanas. En relación al primer punto, esta política surge cuando Estados Unidos consiguieron organizar, en la zona por ellos antes ocupada militarmente, fuerzas armadas locales que permanecen fieles: [...]. Eso no significa, ciertamente, que la presión política directa desaparezca [...]. En cualquier caso, la intervención armada aparenta ser eliminada del arsenal político del país hegemónico [...]. Debido a esa prudencia, Estados Unidos puede apoyar con mayor autoridad la consolidación del sistema panamericano, por el cual muestra creciente interés. (HALPERIN DONGHI, 1969, p. 368-369).

Depois da II Guerra Mundial, os EUA tornam-se a grande hegemonia do sistema internacional e assumem plenamente esse papel, segundo é definido na Doutrina Truman, que inclui o desenho de uma nova arquitetura institucional internacional (ONU, OTAN, e FMI e BM), que permite alinhar países atrás da liderança hegemônica. A existência de instituições internacionais deste tipo é central para o desenvolvimento de uma hegemonia no plano internacional, garantindo aos sócios da hegemonia regras de jogo relativamente claras, que permitam sua participação e goze da paz e da acumulação capitalista (COX, 2009).

No caso da América Latina, os EUA já haviam começado a construir a institucionalidade do seu projeto hegemônico desde o começo do século com as conferências pan-americanas, e a maximizar as dinâmicas não coercitivas e a legitimação de sua liderança durante a mencionada “política de boa vizinhança”. Essa política vai permitir a garantia que durante a Segunda Guerra Mundial nenhum país do hemisfério se alinhe com o Eixo, e que praticamente todos apoiem os

apoio da política exterior do Brasil liderada pelo Barão de Rio Branco (CERVO e BUENO, 2002). Até o ano de 1946 todos os diretores da União Pan-Americana foram estadunidenses, o que é significativo com respeito ao papel de liderança ocupado pelo país.

EUA no momento de seu envolvimento no conflito. Alguns autores chamam este período como de “política de sócios na guerra” (CONNELL-SMITH, 1977), que vem substituir “a política de boa vizinhança”.

Durante a Segunda Guerra Mundial, esta nova política se faz patente pela realização de Conferências de Consulta de Ministros de Relações Exteriores, que vem a suplantar as Conferências Pan-Americanas. A primeira, no Panamá em 1939, permite acordar pela primeira vez uma posição unânime dos países do continente com respeito aos acontecimentos extracontinentais, ao reclamar por unanimidade aos países beligerantes na guerra que se abstiveram de atos bélicos nas águas do continente. Posteriormente à Conferência de Havana em 1940, resolve evitar a transferência dos territórios coloniais na América de uma potência europeia à outra, considerando, em particular, o domínio alemão da França e dos Países Baixos (de fato os EUA e Brasil ocuparam a Guiana Holandesa). A seguinte Conferência de chanceleres do Rio de Janeiro em 1942 avançava mais dois passos, ao recomendar aos países americanos a ruptura de relações com as nações do Eixo e formar a Junta Interamericana de Defesa (primeira organização continental dedicada exclusivamente a temas de defesa). Finalmente, em 1945 se celebra a primeira Conferência Pan-Americana desde o início da guerra, em Chapultepec, na qual já se definem os lineamentos do pan-americanismo da Guerra Fria, delineando a instauração da Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), e definindo as atribuições ao sistema interamericano de defesa coletiva frente a qualquer agressão de potências extracontinentais em qualquer lugar do continente.

O resultado é a estruturação da arquitetura institucional do “novo pan-americanismo”, com o qual os EUA afixam sua hegemonia continental no contexto da Guerra Fria. Nos primeiros quinze anos do pós-guerra criam-se instituições internacionais específicas nas áreas política (a OEA, em 1948), militar (o TIAR, em 1947) e econômica (o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, em 1959, e a Aliança para o Progresso, em 1961). As agendas dessas instituições, segundo a teoria da hegemonia, procuram alinhar ao resto dos Estados sob a liderança estadunidense, seguindo a lógica da existência de interesses e valores comuns, e reduzindo ao mínimo a coerção militar.¹¹

¹¹ Evidentemente, estas instituições internacionais também podem ser explicadas pelas outras perspectivas antes descritas: para a cooperação

Na hora de avaliar a eficiência da hegemonia dos EUA na América Latina no período da Guerra Fria (quando afiança sua supremacia mundial), percebe-se que o êxito atingido durante “a política de boa vizinhança” com a estratégia de evitar conflitos bélicos (ou, eventualmente, chegar a esse ponto com o apoio e a legitimidade conferidos pelo resto dos países do hemisfério), continua no período 1945-1970. Ao observar alguns dos principais conflitos que emergem no período, verifica-se que os EUA conseguem o apoio da maioria dos países do continente. Em 1954, na Conferência de Caracas (a décima e última Conferência Pan-Americana, e já com a OEA funcionando), a maioria dos países do continente legitima a intervenção na Guatemala (apenas se abstiveram Argentina e México, e a Guatemala votou negativamente). Desde 1951 o governo constitucional e democrático de Jacobo Arbenz havia aprofundado uma série de transformações no país centro-americano, que incluíam a expropriação de propriedades da empresa transnacional estadunidense *United Fruits* como objetivo de realizar uma reforma agrária. A Declaração de Caracas afirmava, em óbvia referência à situação de Guatemala:

CONDENA: Las actividades del movimiento comunista internacional por constituir una intervención en asuntos internos americanos; EXPRESA: La determinación de los Estados de América, de tomar las medidas necesarias para proteger su independencia política contra la intervención del comunismo internacional, que actúa en interés de un despotismo extranjero; REITERA: la fe de los pueblos de América en el ejercicio efectivo de la democracia representativa como el mejor medio para promover su progreso social y político; DECLARA: que el dominio o control de las instituciones políticas de cualquier Estado americano por parte del movimiento internacional comunista, que tenga por resultado la extensión hasta el Continente americano del sistema político de una potencia extracontinental, constituiría una amenaza a la soberanía e

hemisférica seria uma forma de desenvolver os interesses comuns dos países da região e defender estes das ameaças externas; segundo a visão da irrelevância da região na política dos EUA, seria uma manifestação regional de uma política hegemônica global de contenção da expansão soviética; e para a visão da dominação imperial, seriam uma máscara que esconde a imposição coercitiva dos interesses dos EUA.

independencia política de los Estados Americanos que dejaría en peligro la paz de América y exigiría una reunión de Consulta para considerar la adopción de las medidas procedentes [...]. (MACHADO, 1968, pp. 97-98).

Em junho de 1954, três meses depois da Conferência, Arbenz foi derrubado por um golpe de Estado organizado pela CIA, através das operações PBSUCCESS. Poucos meses antes, mediante a operação WASHTUB, a CIA havia levado armas checoslovacas à costa nicaraguense, que foram descobertas por pescadores e atribuídas a uma suposta aquisição de armas soviéticas pelo governo de Guatemala (SCHLESINGER e KINZER, 1990).

Situações similares acontecem com a exclusão de Cuba do sistema interamericano, mediante sua suspensão da OEA em 1962; a invasão a República Dominicana entre 1965 e 1966 (na qual também participam tropas do Brasil e dos países centro-americanos), que garantiu o deposição do presidente constitucional Juan Bosch; e o golpe contra o presidente chileno Salvador Allende em 1973, que também havia alcançado o triunfo em eleições livres. Todos estes acontecimentos envolveram ao menos o apoio ou a legitimação da maioria dos governos do continente (muitos deles democraticamente eleitos), demonstrando assim, a enorme capacidade hegemônica dos EUA, isto é, a capacidade de alinhar consensualmente os outros países em torno de sua liderança.

Na década de 1970, contudo, a hegemonia dos EUA perde força no mundo inteiro (em parte, como consequência da crise econômica), e também no continente (LOWENTHAL, 1976). Volta-se às ações militares diretas, sem o apoio prévio do sistema interamericano, o que inclui invasões militares unilaterais (a invasão da Granada em 1983 e a invasão do Panamá em 1989), suspeitas de assassinatos de presidentes por parte da CIA (as mortes em 1981 do panamenho Omar Torrijos e do equatoriano Jaime Roldós), e o apoio explícito a grupos subversivos (o apoio à Contra nicaraguense, na década de 1980).

Nas relações com a América Latina, o reconhecimento dos escassos logros da Aliança para o Progresso, a percepção de que a crise na região tende a agravar-se e a visão pragmática, antes destacada, que não prioriza soluções globais e definitivas, leva a uma oscilação entre a postura negociadora nos fóruns interamericanos e a

desestabilização pura e simples de governos considerados perigosos para a segurança hemisférica. (AYERBE, 2002, p. 160).

Outros exemplos desta mudança são a Guerra das Malvinas (que envolveu o principal aliado mundial dos EUA num conflito bélico na região e significou para a potência desconhecer os compromissos assumidos no TIAR); a ameaça de uma guerra generalizada na América Central; e a constituição de vários regimes de orquestração que excluem aos EUA (e até o desafiam).

A perda de hegemonia se expressa ainda de forma mais clara na falta de apoio à política estadunidense nos foros internacionais. Em 1984 se cria o Consenso de Cartagena, para procurar alternativas às soluções propostas pelos EUA para negociar a dívida externa da região, e eventualmente formar um “clube de devedores” (o que foi evitado pela diplomacia estadunidense) (TUSSIE, 1988). Nessa iniciativa se explicita que a perda de capacidade hegemônica também atinge o capítulo econômico da agenda interamericana. Paralelamente, em 1983 se cria o Grupo de Contadora (integrado por Colômbia, Panamá, México e Venezuela), e em 1985 o Grupo de Apoio a Contadora (integrado por Argentina, Brasil, Peru e Uruguai), os quais procuram uma solução diplomática ao conflito na América Central, evitando assim a ameaça de guerra generalizada provinda da política do presidente estadunidense Ronald Reagan para a Nicarágua (FARER, 1985).¹²

Embora o fracasso do Consenso de Cartagena e da iniciativa de Contadora nos seus objetivos imediatos (achar uma solução comum à crise da dívida, e garantir a paz na América Central e a soberania de Nicarágua), estes antecedentes são importantes por explicitar um descontentamento com as políticas dos EUA para a região, e até significar um desafio à potência. De fato, esta foi a primeira vez desde a Conferência de México de 1948, na qual se criou a CEPAL, que uma quantidade significativa de países se opõe aos EUA.

Na década de 1990, a influência dos EUA no continente foi temporariamente reforçada, logo após do seu triunfo na Guerra Fria, e a partir da capacidade do neoliberalismo de gerar consensos entre os países do continente, ao menos no nível ideológico e econômico. Mas

¹² Como resultado da união do Grupo de Contadora e do Grupo de Apoio a Contadora formou-se o Grupo dos Oito, e, em 1990, o Grupo de Rio, primeiro organismo latino-americano de consulta e orquestração política.

mesmo assim, as tentativas de construir novas instituições hemisféricas fracassaram sistematicamente. Isso aconteceu com as iniciativas econômicas e comerciais como a Iniciativa para as Américas, lançada pelo presidente George Bush em 1990 (LOZANO, 1993), e a subsequente ALCA, cuja negociação começa em 1994 e finaliza sem êxito em 2005 (CARRANZA, 2004). Paralelamente, surgiram acordos internacionais comerciais ambiciosos, que excluem aos EUA e desafiam sua hegemonia. O Mercosul possivelmente seja o melhor exemplo disso. A impossibilidade de assinar um acordo do tipo 4+1 entre o Mercosul e os EUA demonstra a dinâmica adversa à hegemonia estadunidense que assumiu o contexto sul-americano, mesmo durante o apogeu dos governos neoliberais nos países do bloco regional.

Finalmente, no novo século a capacidade de influência na região decresce ainda mais, num contexto mais amplo de declinação hegemônica e redefinição das prioridades da política externa dos EUA. Os atentados terroristas do 11 de setembro de 2001, as dificuldades nas negociações comerciais e ambientais globais, e a recente crise econômica são fatores fundamentais para explicar o declínio desta hegemonia (COX, M., 2002, 2007), e, eventualmente, até o declínio do poder estadunidense em geral. A rejeição do ALCA na IV Reunião de Cúpula das Américas, fundamentalmente baseada na oposição dos países do Mercosul e a Venezuela, possivelmente seja o mais claro exemplo do declínio da hegemonia pan-americana, assim como do fim do período neoliberal na América Latina. Os interesses dos EUA na sua relação com a América Latina são redefinidos, sendo prioridade atual a área geograficamente mais próxima, até mesmo por motivos que atingem diretamente a situação interna do país, como a imigração e o narcotráfico. Há uma crescente separação entre a América Latina “do Norte” (México, Caribe e América Central) e “do Sul” (América do Sul), onde a última ficou num nível marcadamente menor de interesse para os EUA (LOWENTHAL, 2006; MAIRA, 2008). É nesse contexto que acontece o mencionado giro à esquerda, que fortalece a tese da declinação hegemônica.

Agora, já apresentada a questão da hegemonia estadunidense no continente, cabe voltar ao ponto final da seção anterior: o giro à esquerda (isto é, o triunfo da esquerda em muitos países, e sua manutenção no poder durante vários períodos de governo) só é possível no contexto da declinação hegemônica dos EUA. Os autores que aderem à referida tese reforçam essa ideia:

In the 1960s, it would have been hard to imagine Washington accommodating to Latin American political leaders such as Lula in Brazil, Ricardo Lagos and Michelle Bachelet in Chile, Tabaré Vazquez in Uruguay, or Leonel Fernandez in the Dominican Republic—all of them lineal descendents, after all, of the parties, movements and leaders against which the United States was aligned in the 1960s. (LOWENTHAL, 2006, p. 12).

2.3 O PAN-AMERICANISMO DESAFIADO

Como se afirmou no final do primeiro bloco deste capítulo, estima-se que o giro à esquerda na América Latina seja, em parte, possibilitado por processos internacionais, além dos processos políticos internos dos países da região. Nesse nível internacional, tem que ser considerado o declínio da hegemonia estadunidense, mas também, concomitantemente, o aumento da capacidade de países da região de influir nos vizinhos, e, eventualmente, gerar novas tentativas hegemônicas. Em relação a este segundo ponto, como já foi explicado, a existência de regimes internacionais é fundamental para a eficácia das tentativas hegemônicas no alinhamento de sócios no sistema internacional (COX, 2009; ARRIGHI, 1997).

Assim, a importância que assume a dimensão internacional para compreender o giro à esquerda não fica limitada ao enfraquecimento da hegemonia estadunidense, que permite maior liberdade política aos países da região. A interpretação proposta afirma que este enfraquecimento não só se reflete neste aumento da autonomia, como também no aumento das possibilidades de emergência de novas tentativas hegemônicas que influenciem na região e eventualmente desafiem o pan-americanismo.

Neste marco, junto com o giro à esquerda, surgem na região, novas formas de orquestração política e integração econômica, como a ALBA, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Entre estas, são destacáveis os casos da Unasul e da ALBA por sua maior antiguidade, abrangência e profundidade dos objetivos propostos e atingidos, perante a CELAC, de recente criação e com uma proposta menos ambiciosa.

Por sua vez, há várias diferenças entre a ALBA e a Unasul. A ALBA é uma organização liderada pela Venezuela, com uma ampla agenda ideologicamente sustentada e uma considerável e complexa

estrutura institucional. Inclui objetivos ambiciosos nas áreas política, econômica e de cooperação internacional, desenvolvidos mediante projetos multilaterais e bilaterais. A Unasul, pelo contrário, é uma organização principalmente política, dimensão na qual já conseguiu objetivos importantes na sua breve existência. Por outro lado, tem uma fraca institucionalidade e na dimensão econômica tem um desenvolvimento bem limitado, embora haja assumido a ambiciosa Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), projeto anteriormente gerenciado pelo BID. Frequentemente se postula que o Brasil tem um papel de liderança no organismo (SERBIN, 2008), no contexto da política sul-americanista do país, que envolve novas responsabilidades na região como parte da liderança emergente (HIRST, 2006), o que também é discutido por alguns autores que questionam se o Brasil assume efetivamente seu papel de liderança (CALDERÓN, 2010, BIZZOZERO, 2011). Em qualquer caso é uma liderança bem mais partilhada que o caso venezuelano na ALBA.

Embora haja diferenças entre estas organizações, todas elas caracterizam-se pelo seu caráter sub-hemisférico, que exclui a participação dos Estados Unidos. Isso supõe uma diferença fundamental em relação à arquitetura institucional do continente durante o século XX, sob a liderança estadunidense, formada por organizações de caráter hemisférico como a OEA, o BID e o TIAR. De certa forma, há vários antecedentes de organizações sub-hemisféricas que excluem os EUA e, ao menos parcialmente, desafiam sua hegemonia. A CEPAL, nas suas origens, defendia uma interpretação do subdesenvolvimento latino-americano alternativa à proposta desde a potência (FURTADO, 1997).

De certa forma, isso pode ser interpretado como uma guerra de posições ao nível continental, que afetou a percepção dos governos do continente e permitiu incorporar discursivamente em longo prazo uma demanda que, até então, era apenas circunstancialmente reclamada pelos governos da Argentina, Brasil ou México.¹³ Isso se manifesta na generalização da adoção de políticas de substituição de importações nas

¹³ O conceito gramsciano de 'guerra de posições' é adotado por Laclau para sua teoria do discurso, mantendo a ideia de Antonio Gramsci de uma longa batalha pela hegemonia na sociedade civil, cujas instituições são o palco principal da luta entre os blocos dominante e dominado. A adaptação de Laclau à perspectiva discursiva é definida na sua ideia de que uma demanda faz parte de uma guerra de posições quando é inscrita em "un conjunto discursivo-institucional que asegura su supervivencia en el largo plazo." (LACLAU, 2010, p. 117).

décadas de 1950 e 1960 e na constituição da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) com o Tratado de Montevideu de 1960 (primeira tentativa de liberalizar o comércio entre países latino-americanos). Com a CEPAL, as preocupações pela procura de mercados externos e a criação de mercados internos, pela deterioração dos termos de intercâmbio e pelo desenvolvimento do setor secundário (manufaturas) deixam de ser uma questão pontual, para tornarem-se um capítulo central da agenda de desenvolvimento (assim se chegou à fundação da UNCTAD em 1964).

Nessa guerra de posições, a questão era demonstrar a insuficiência das propostas de desenvolvimento defendidas pelos EUA, que consistiam basicamente em créditos e investimentos. Também se podem mencionar novamente como exemplos posteriores de organizações sub-hemisféricas os casos do Consenso de Cartágena, do Grupo de Contadora, do Grupo de Apoio a Contadora, e até eventualmente, do Mercosul.

O contexto atual permite gerar expectativas de um maior êxito dos novos regimes internacionais no seu desafio à hegemonia estadunidense. Entre os elementos que sustentam esta perspectiva se incluem a consolidação de vários projetos políticos de longo prazo que integram o giro à esquerda, muitos deles revolucionários; o caráter integral de alguns dos novos regimes internacionais mencionados (a ALBA e a Unasul integram temas de orquestração política, integração econômica e defesa e segurança coletivas); sua tentativa de incorporar-se à sociedade civil da região (e não apenas aos governos); e alguns êxitos iniciais destes organismos face às políticas dos EUA (por exemplo, o apoio ao governo de Evo Morales perante a tentativa secessionista de algumas regiões do país, parcialmente apoiada pela potência e a delimitação do escopo do Plano Colômbia).

Em seguida são expostas as principais características institucionais destas organizações.

2.3.1 A Unasul

A Unasul é uma organização de coordenação e integração restrita à América do Sul. Foi lançada em 2007 por iniciativa do Chávez, durante a Cúpula Energética Sul-Americana reunida em Porlamar (Venezuela). Na ocasião foi acordado que a Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN) adotara esta nova forma, estabelecendo a sede em Quito e nomeando o ex-presidente equatoriano, Rodrigo Borja, para o

cargo de Secretário-Geral. Mais tarde, em 2008, foi assinado em Brasília o Tratado Constitutivo da Unasul.

De certa forma, esse último acontecimento representa uma reafirmação da liderança brasileira no processo de integração sul-americana, pois a Unasul é claramente uma evolução da CSN, fundada em 2004 por iniciativa do governo de Lula. É mesmo possível achar antecedentes prévios da tentativa de criar na América do Sul uma área de influência brasileira. No ano 2000, por iniciativa do presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, começaram a ser celebradas as Cúpulas Presidenciais Sul-Americanas. E de fato, a CSN surgiu na terceira reunião deste tipo, celebrada em Cusco. Anteriormente, em 1993, Cardoso também já havia tentado outra iniciativa sul-americanista como ministro do governo de Itamar Franco, a Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), que fracassou ao ser superada pelo projeto do ALCA.

A estrutura institucional da Unasul no começo ficou limitada à figura do Secretário Geral e às reuniões presidenciais. Isso não impediu de atingir realizações ou conquistas consideráveis, como a rápida resposta às ameaças de desestabilização do Estado de direito (o conflito com os secessionistas na Bolívia em 2008 e a tentativa de golpe de Estado em Equador em 2010) e o freio ao aprofundamento da cooperação militar entre os EUA e a Colômbia, que incluía a instalação de novas bases militares do exército estadunidense naquele país. Posteriormente, a Unasul criou novos órgãos, entre eles, alguns de importância, como o Conselho Sul-Americano de Defesa e o Conselho Sul-Americano de Economia, embora todos eles de escopo meramente coordenativo. Recentemente também passa a funcionar sob a órbita da organização a IIRSA, um programa ambicioso de desenvolvimento de infraestrutura para a integração física do continente que até o momento dependia do BID. Mas a decisão gerou esteticismo em relação às dificuldades na gestão do programa por uma organização com uma institucionalidade tão pequena e uma burocracia quase inexistente.

Finalmente, entre as características da Unasul, destaca-se o fato de que a totalidade dos países potencialmente contemplados nos estatutos da organização aderem a ela como membros plenos. Isso pode aparentar uma obviedade, mas na verdade é uma virtude importante. Pense-se, por exemplo, nos casos da ALBA ou da OEA, onde há países observadores, suspensos ou mesmo não interessados em aderir à organização. O sentido teórico deste fato é notório e já pode ser considerado como indicador de um êxito relativo na procura de identificação dos países com a liderança proposta. Além dessa

dimensão teórica, o êxito na filiação à Unasul é destacável num sentido histórico, ao conseguir pela primeira vez a integração das Guianas independentes (Guiana e Suriname), de tradição saxã e historicamente mais relacionadas à área caribenha.

2.3.2 A ALBA

Passando à ALBA, trata-se de um regime internacional com características diferentes da Unasul. Começando pela última característica exposta desta organização, nota-se uma diferença central no critério de sua integração: este não corresponde a um critério geográfico estrito, como no caso da Unasul; mas a um critério político-ideológico, definido –justamente– como bolivarianismo. O ponto já é explicitado até no nome do organismo. Embora no seguinte capítulo se aprofunde na definição do que significa o bolivarianismo, basta, pelo momento, considerar valores básicos como o anti-imperialismo, o anti-neoliberalismo e a procura de solidariedade latino-americana e caribenha.

Originalmente a organização é proposta pelo presidente Chávez em 2001 como um âmbito de orquestração caribenho, mas só é efetivada em 2004 com a assinatura de uma aliança estratégica entre Venezuela e Cuba. Posteriormente aderem Bolívia (2006), Nicarágua (2007), São Vicente e Granadinas (2007), Dominica (2008), Honduras (2008), Antigua e Barbuda (2009) e Equador (2009). Alguns outros países ficam ligados à ALBA através de acordos específicos (como o caso de Haiti), no envolvimento em programas de cooperação (Uruguai, Jamaica) ou na participação eventual nas reuniões de cúpula (desde Paraguai à Síria ou Vietnã).

Assim como acontece com a Unasul, a ALBA difere radicalmente das iniciativas da integração comercial que aparecem no continente na década de 1990 durante o apogeu do neoliberalismo. As duas organizações se diferenciam no maior ênfase político (embora a existência de programas e projetos de tipo econômico). Não há um objetivo de compor um mercado comum, já que não são blocos de integração econômica no sentido tradicionalmente conferido ao termo. De fato, a ALBA surge em oposição ao ALCA, a última tentativa dos EUA em garantir sua hegemonia pan-americana, perante a qual a Venezuela foi o maior opositor. O próprio nome original da organização (Alternativa Bolivariana para América) já refere a sua origem antagonica ao projeto estadunidense. Ao mesmo tempo, sua constituição iniciada com uma aliança da Venezuela com Cuba, historicamente

excluída do sistema interamericano, também expressa esse mesmo sentido antagônico.

A questão econômica fica presente na ALBA de uma forma heterodoxa, sem acordos gerais, e fazendo ênfase na solidariedade e na cooperação entre os governos. Dessa forma, as relações comerciais são estabelecidas, principalmente, entre empresas estatais. Eventualmente pode participar o setor privado, mas não há possibilidade de transações internacionais entre privados. A ALBA inclui vários mecanismos de comércio, cooperação e financiamento, reunidos no chamado Tratado de Comércio entre os Povos (TCP), cujas principais áreas de atuação são a cooperação energética, tecnológica e agrícola. Um dos mecanismos mais originais são as *grannacionais*. Há doze *grannacionais* dedicadas a diferentes áreas: alimentação, ambiente, ciência e tecnologia, comércio, cultura, educação, energia, indústria e mineração, telecomunicações, transporte e turismo. Teoricamente, procuram ser um paralelo das empresas transnacionais, mas no nível estatal. Na prática, são órgãos que apenas incluem mecanismos para a transação internacional de bens e serviços, a cooperação e o estabelecimento de fundos para o financiamento de projetos, mas que não desenvolvem atividades produtivas.

Embora sejam supostamente de intenções plurilaterais, os acordos comerciais e de cooperação do TCP geralmente só acabam se executando ao nível bilateral, onde uma das partes em quase todos os casos é a Venezuela. A heterodoxia destes acordos tem provocado certo esteticismo sobre o seu êxito na prática:

Los compromisos asumidos en los TCP surgen directamente del análisis de las diferencias culturales, técnicas, tecnológicas, de recursos o de cualquier otro activo que un país posee y otro necesita. Además, de tener compromisos explícitos, tienen una intención declarativa o “propagandística” evidente, y no están expresados en un lenguaje técnico, lo que los hace más fáciles de difundir y al mismo tiempo más ambiguos o frágiles de implementar. (VAILLANT, 2007, p. 21).

A ALBA inclui outros projetos econômicos, como Petrocaribe, o Banco da ALBA e o SUCRE. Petrocaribe é um programa venezuelano de cooperação anterior à ALBA, e que inclui países que não fazem parte da organização internacional (por exemplo Suriname, Haiti ou Jamaica). Originalmente integrava Petroamérica, junto com Petroandina e

Petrosur, mas delas só sobreviveu aquele, pois as outras iniciativas foram dissolvidas em acordos bilaterais da Venezuela com os países de cada região. O programa consiste no oferecimento de condições vantajosas para a aquisição de petróleo venezuelano, incluindo financiamento a longo prazo e a constituição com os pagamentos de fideicomissos utilizados para que Venezuela adquira produtos do país comprador. O Banco da ALBA é uma instituição que oferece crédito para transações entre os países da ALBA. Finalmente, o SUCRE é um sistema de compensação de pagamentos, que permite evitar o uso do dólar nas transações entre os países da ALBA, que começou a funcionar em 2010.

Outra particularidade institucional da ALBA é a tentativa de se integrar aos movimentos sociais, através do Conselho de Movimentos Sociais (de modo a não ser uma organização somente interestatal, diferentemente da Unasul). A proposta resulta interessante nesse sentido, ainda mais considerando a importância dos movimentos sociais em alguns dos países da ALBA (Bolívia e Equador). Deve-se sublinhar, porém, que o êxito da tentativa é limitado, já que igualmente ao que acontece nas outras organizações descritas neste ponto, as principais decisões são tomadas exclusivamente no nível das cúpulas presidenciais (SERBIN, 2008).¹⁴

O critério político-ideológico que fundamenta a adesão dos governos à ALBA vê-se refletido nas coincidências políticas entre os governos da ALBA. Nos oito países que integram a ALBA, a única mudança de governante que houve desde que cada um deles aderiu ao organismo foi o transpasso do poder de Fidel Castro a seu irmão Raúl, embora acontecessem eleições com livre competência de candidatos em todos eles, excetuando justamente Cuba. Isso é associado com transformações do sistema político tendentes à instauração de democracias plebiscitárias (RAMOS JIMÉNEZ, 2002). Aprovaram-se novas constituições na Venezuela (1999), Equador (2008) e Bolívia, as quais, em todos os casos, surgiram de assembleias constituintes eleitas através de voto popular e foram aprovadas em plebiscito. Também houve um referendo para aprovar uma nova constituição proposta pelo governo em São Vicente e Granadinas (2009), a qual foi rejeitada. Além dos plebiscitos relativos às reformas constitucionais, também houve consultas plebiscitárias de iniciativa popular ou do Poder Executivo (em

¹⁴ A experiência neste sentido faz lembrar o caso do Mercosul, onde a sociedade civil participa nos Conselho Consultivo Econômico Social desde 1994, mas sua incidência no processo de integração nunca chegou a ser considerável.

nenhum caso de iniciativa do legislativo) na Venezuela (referendo para revocar ou ratificar o mandato de Chávez, em 2004) e Equador (2011). Também houve uma tentativa de fazer uma consulta popular para aprovar a reeleição presidencial em Honduras em 2009, fato que desembocou no golpe de Estado que derrubou o presidente Zelaya. Nessa linha, também se aprovou a reeleição presidencial na Nicarágua por uma decisão do Poder Judiciário, que foi criticada pela oposição, por considerar anticonstitucional.

No total, houve reeleição de governante em todos os países da ALBA com eleições abertas, várias das quais só foram possíveis pelas reformas constitucionais realizadas. O caso mais extremo, neste sentido, é o da Venezuela, onde “En 2009 el Presidente de Venezuela logró aprobar una enmienda que le posibilita reelegirse indefinidamente (la primera regla de reelección de este tipo desde 1978)” (NEGRETTO, 2010, p. 21).

Estes governos também refletem o caráter refundacional frequentemente associado ao populismo através da mudança no nome do país (Bolívia e Venezuela). No caso da Venezuela isso também envolveu a mudança no escudo (onde agora o cavalo aponta à esquerda) e na bandeira. Estes processos podem ser considerados parte da polarização generalizada que acontece nestes países, que também se reflete nas tentativas de golpe de Estado que aconteceram na Venezuela, Bolívia, Equador e Honduras, sendo este último o único caso exitoso.

2.3.3 A CELAC

Finalmente, a CELAC é uma organização mais recente, fundada em 2010 durante uma cúpula de presidentes da América Latina e do Caribe, celebrada no México. A Venezuela assumiu um papel importante nesta organização durante 2011, sendo sede da primeira Cúpula, no entanto, isso aparenta ser circunstancial. Justamente, a eleição do direitista presidente chileno Sebastián Piñera reflete a limitada influência que a Venezuela e os ideais bolivarianos de socialismo e anti-imperialismo têm na organização. Semelhante à Unasul, sua integração responde a um critério geográfico e já conseguiu a filiação absoluta dos 33 estados da região. Foi constituída com base na união do Grupo do Rio e a Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, o que se reflete no objetivo de integrar as duas áreas de atuação destas organizações: a política internacional e a economia. Similarmente a essas organizações que a antecedem, não tem

uma institucionalidade de consideração, além das reuniões de mandatários.

2.4 BOLÍVAR DEPOIS DE BOLÍVAR

2.4.1 Bolívar antes de Chávez

Ideologicamente, o bolivarianismo define-se -justamente- em referência ao pensamento do prócer venezuelano Simão Bolívar, que liderou a luta para tornar independentes da Espanha várias regiões da América do Sul no século XIX e batalhou pelo estabelecimento de uma federação. A guerra libertadora iniciada por Bolívar na região onde atualmente fica Venezuela conseguiu libertar a América do Sul do domínio espanhol até o sul do atual território peruano, onde aconteceu o encontro com o exército do San Martín, na batalha de Ayacucho (1824) que acabou totalmente com o domínio espanhol na América do Sul.

O triunfo na guerra da independência foi seguido pela tentativa de implementar um projeto de federação das ex-colônias espanholas. Bolívar incorporou as *novas ideias*, influenciado pelo pensamento do Barão de Montesquieu. Possivelmente, a formulação mais acabada do ideário do projeto político bolivariano esteja exposta na Carta de Jamaica, onde além de aos direitos do homem e os ideais de justiça e liberdade, refere-se à implementação na América do Sul de “el sistema federal más exagerado que jamás existió” (BOLÍVAR, 2010, p. 35). A proposta de federação foi lançada politicamente no Congresso Anfictiônico do Panamá, realizado em 1826, quando Bolívar convidou aos governos de todos os países latino-americanos independentes (exceto Haiti e Paraguai) a discutir um projeto federal.¹⁵ Porém, a proposta fracassou. Antes da morte de Bolívar as divisões internas também haviam atingido à Grã Colômbia, herdeira do Vice-Reino da Nova Granada que abarcava a união do que atualmente são os territórios de Colômbia, Equador e Venezuela. A proposta de federação latino-americana ficava acompanhada de certa desconfiança perante o crescente poder dos Estados Unidos, como mostra a intenção original de Bolívar de não convidar a potência ao Congresso do Panamá. Embora não seja possível afirmar que fosse uma precoce manifestação de anti-

¹⁵ Estados Unidos também foi convidado, mas por iniciativa pessoal dos governos da Grã Colômbia, México e as Províncias Unidas de América Central.

imperialismo, Bolívar referiu-se à influência dos EUA no continente como uma permanente ameaça belicista (CALDERAS, 1984).

Aquele sentido conferido ao bolivarianismo de projeto político de federação latino-americana ficou no movimento intelectual e político hispano-americano, desde o começo do século XX. Uma caracterização básica do mesmo surge das obras de José Enrique Rodó, José María Torres Caicedo, Manuel Ugarte ou Víctor Raúl Haya de la Torre. Estes autores tentaram recolher a proposta federal de Bolívar, em parte como ressurgimento de uma identidade latino-americana, em parte como reação perante o pan-americanismo que começava a manifestar suas facetas mais agressivas. Uma aresta que não deve ser subestimada nesta oposição entre Norte-América e América Latina é a influência da tradição latina, e particularmente francesa, perante o caráter materialista, utilitarista e quase bárbaro atribuído aos EUA (RODÓ, 2011). Não deve ser esquecido o lugar que Paris ocupava como centro de influência da intelectualidade mundial, e também latino-americana; assim como o lugar ainda ocupado por Londres como capital do sistema-mundo. Outro detalhe a assinalar é que nestes autores, o projeto de federação latino-americana, às vezes, inclui a integração do Brasil e Haiti, e, às vezes, não.

No caso de Torres Caicedo, destaca-se o aspecto geopolítico de sua obra, em acordo com sua figura de diplomático, explicitado no projeto de formar uma união latino-americana, baseada no projeto de Bolívar (TORRES CAICEDO, 1865). Finalmente, Ugarte representa uma combinação das ideias de Rodó e Torres Caicedo, ao propor um projeto político de federação, combinado com uma forte retórica anti-imperialista e anti-ianque. Além do seu escopo como criação intelectual original, Ugarte é importante para o futuro da questão latino-americana ao deixar o conceito de “Pátria Grande”:

la expresión 'Patria Grande' tiene dos significados. Geográficamente, sirve para designar el conjunto de todas las repúblicas de tradición y civilización ibérica. Desde el punto de vista cultural, evoca, dentro de cada una de las divisiones actuales, la elevación de propósitos y la preocupación ampliamente nacionalista. Si deseamos conquistar para nuestro núcleo la más alta situación posible, tenemos que perseguir los dos empeños a la vez. La patria grande en el mapa sólo será un resultado de la patria grande en la vida cívica. Lejos de asomar antinomia, se afirma compenetración y paralelismo entre el empuje que nos lleva a

perseguir la estabilización de nuestras nacionalidades inmediatas, y el que nos inclina al estrecho enlace entre los pueblos afines. (UGARTE, 1939, p. 13).

O termo será de uso comum no pensamento latino-americanista durante todo o século XX, condensando diversos significados: união latino-americana, anti-imperialismo, nação, identidade e raça latinas. O destaque dado ao termo nesta breve descrição responde a seu uso frequente no discurso bolivariano.

Um exemplo particularmente ilustrativo da fecundidade atingida na época por este sentido do bolivarianismo como ideal de federação latino-americana é um interessante trabalho de um bachaler uruguaio, publicado em 1938 (RODRÍGUEZ LARRETA, 1938). No estudo é possível observar a clareza com que os observadores do panorama continental já percebiam, naqueles anos, a disjuntiva entre dois modelos de integração: um pan-americano, e o outro bolivariano. Essa mesma ideia continua no ambiente intelectual latino-americano durante todo o século XX. Apenas como exemplo entre uma ampla diversidade de obras, é possível citar autores tão variados como Roberto Fernández Retamar (1971), Eduardo Galeano (2003) ou Jorge Abelardo Ramos (1968). Essas mesmas ideias fecundaram novamente e são reinterpretadas no atual projeto bolivariano.

Além desta ideia de federação latino-americana, o pensamento de Bolívar não tem uma formulação acabada em termos de pensamento político. Como foi dito, ele lê e interpreta alguns dos pensadores europeus da época, o que se reflete em algumas ideias sobre a organização política republicana. Mas, considerando o objetivo deste trabalho, não é de interesse uma exposição detalhada de um eventual 'verdadeiro pensamento político de Bolívar'. Pelo contrário, estima-se que é muito mais pertinente uma breve tentativa genealógica de interpretação intelectual de algumas ideias daquele nos anos anteriores ao surgimento do movimento bolivariano (de fato, uma nova interpretação daquelas).

Para isso, escolheu-se a obra de Gabriel García Márquez *El general en su laberinto*, na qual o escritor tenta uma reconstrução romanceada dos últimos dias de vida de Bolívar, repassando suas principais ideias na sua própria voz. Aqui é possível achar várias das ideias que o movimento bolivariano atribui ao prócer. No primeiro lugar, o escritor já atribui a Bolívar a preocupação pela soberania

financeira, perante as dívidas assumidas com as potências europeias pelos governos oligárquicos das novas repúblicas:

‘Sus amigos se robaban el dinero de los empréstitos ingleses comprando papeles del estado por la décima parte de su valor real, y el propio estado se los aceptaba después al ciento por ciento’. Aclaró que en todo caso él no se había opuesto a los empréstitos por el riesgo de la corrupción, sino porque previó a tiempo que amenazaban la independencia que tanta sangre había costado. *‘Aborrezco a las deudas más que a los españoles’*, dijo. *‘Por eso le advertí a Santander que lo bueno que hiciéramos por la nación no serviría de nada si aceptábamos la deuda, porque seguiríamos pagando réditos por los siglos de los siglos. Ahora lo vemos claro: la deuda terminará derrotándonos’*. (GARCÍA MÁRQUEZ, 1989, p. 222, em itálica no original).

O personagem também mostra sua percepção dos EUA ao recomendar o seguinte a um amigo que ia emigrar: *“Estados Unidos, que son omnipotente y terribles, y con el cuento de la libertad terminarán por plagarnos a todos de miserias.”* (GARCÍA MÁRQUEZ, 1989, p. 225, em itálica no original). A novela também expõe a insistência de Bolívar no seu projeto federalista, ainda depois do fracasso do Congresso do Panamá e prevendo nele um papel preponderante para Venezuela: *“lo más urgente es reunificar el país [...] ‘Pero el cabo del hilo no está aquí sino en Venezuela’ [...] empezar otra vez desde allí la restauración de la alianza de naciones más grande del mundo’.*” (GARCÍA MÁRQUEZ, 1989, p. 207, em itálica no original). O projeto federalista é destacado como o ponto central do projeto político do prócer, junto com a procura da independência da Espanha ou do republicanismo: *“porque todo lo he hecho con la sola mira de que este continente sea un país independiente y único, y en eso no he tenido ni una contradicción ni una sola duda’.*” (GARCÍA MÁRQUEZ, 1989, p. 205, em itálica no original).

Finalmente, é sugestiva a última coincidência com a perspectiva do movimento bolivariano na atribuição do fracasso do projeto federal à oligarquia: *“Las oligarquías de cada país, [...], habían declarado la guerra a muerte al tema de la integridad, porque era contraria a los privilegios locales de las grandes familias.”* (GARCÍA MÁRQUEZ, 1989, p. 207, em itálica no original).

2.4.2. O movimento bolivariano

No ano de 1998, o comandante Hugo Chávez atinge um triunfo histórico nas eleições presidenciais venezuelanas, com 56% dos votos, à frente do Movimento Quinta República. Já no nome percebe-se a ambição refundacional do movimento político. A suspeita foi prontamente confirmada: só durante o primeiro ano de governo, são convocados dois referendos, ligados à aprovação da nova constituição, também no mesmo ano.

Posteriormente Chávez triunfa na eleição de 2000 (adiantada pela reforma da constituição de 1999) com 59% dos votos, e nas eleições de 2006, com 62% dos votos, além da ratificação do seu mandato no referendo revocatório promovido pela oposição em 2004, quando obtêm 59% dos votos. Frequentemente se afirma que o eleitorado que apoia a Chávez é principalmente composto pelas classes baixas, beneficiárias das suas políticas redistributivas. Pelo contrário, uma análise do voto nas eleições de 1998, 2000, 2004 e 2006 permite verificar que sua candidatura só foi apoiada, sobretudo, pelas classes baixas na eleição de 1998, contando depois com um apoio multiclassista, similarmente distribuído nos diferentes setores sociais (exceto na classe alta, onde não tem apoio) (LUPU, 2010).

Porém, antes das ações de governo, o próprio triunfo de Chávez já tem um caráter histórico, ao romper com quatro décadas de hegemonia do sistema político resultante do Acordo de Ponto Fixo, de 1958. Desde então, houve uma alternância no governo venezuelano limitada aos dois principais partidos políticos do país (a Ação Democrática - AD e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente - COPEI). O período é conhecido como o da Quarta República, caracterizado pela estabilidade política, sem quebras institucionais, nem intromissões do exército na vida política.

Mas, na década de 1990 a estabilidade venezuelana fica ameaçada pelo estendido descontentamento popular. O povo respondeu às sucessivas crises econômicas e à percepção social de uma corrupção generalizada no sistema político, entre outros problemas. Nesse contexto, Hugo Chávez, sendo comandante do corpo de paraquedistas, lidera em 1992 uma tentativa de golpe de Estado que fracassa. É preso, até sua anistia no ano de 1994, quando parte a Cuba, convidado pelo presidente Fidel Castro. O golpe de Estado foi realizado por uma agrupação secreta de militares, chamada MBR-200 (Movimento Bolivariano Revolucionário), formada por Chávez em 1982 durante sua passagem pela escola militar.

A estabilidade do sistema político havia sido motivo de orgulho para os venezuelanos, ao ser um dos poucos países latino-americanos onde não houve ditaduras militares, nem guerras civis, nem golpes de Estado exitosos desde a década de 1950. De fato, durante a Guerra Fria a política exterior venezuelana caracterizou-se pela promoção ativa da democracia na região, segundo a chamada Doutrina Bentancourt. Isso redundou numa política exterior muito ativa e na geração de uma considerável influência no Caribe e América Central, assim como na emergência de tensões com os 'governos ditatoriais' dessa área (incluindo conflitos com Cuba e República Dominicana) e um alinhamento bastante forte com os EUA (exceto naqueles episódios que envolvem a potência em intervenções desestabilizadoras).

A política exterior venezuelana caracterizou-se, durante a segunda metade do século XX, por sua “condición de país democrático, petrolero y claramente alineado con Occidente durante la Guerra Fría, y, a la vez, de país en desarrollo, tercermundista, de vocación caribeña, andina y amazónica.” (SERBIN, 2006, p. 81). Seguindo este especialista no assunto, há três rasgos distintivos da política exterior venezuelana: o papel destacado do presidente na condução exterior; o notório ativismo internacional, ao menos no nível da região ou do continente, que a convertem numa potência meia, disposta a destinar muitos recursos em seu relacionamento externo; e a excepcionalidade com respeito aos seus vizinhos, sustentada na estabilidade e continuidade democráticas, e no potencial econômico.

O potencial petroleiro permite consolidar a estratégia venezuelana de liderança no Caribe, região de interesse geopolítico por ser a área de natural expansão, onde estão as maiores cidades e indústrias: “este país ha desarrollado la percepción del Caribe como una zona vital para sus intereses estratégicos y económicos, lo cual ha derivado en una activa diplomacia en la región.” (SERBIN, 2006, p. 80). Nessa linha, estabelece-se o Pacto de São José, um compromisso da Venezuela e México de prover ao menos 160.000 barris diários de petróleo aos países do Caribe em condições favoráveis. Outro exemplo da liderança que a Venezuela exerce na região é o envolvimento do país na negociação do Tratado Torrijos-Carter para o transpasso da soberania sobre o Canal do Panamá.

Na década de 1980 o predomínio do Caribe na agenda exterior é matizado com o renovado interesse pela América do Sul, herdado do período de Simão Bolívar, e reflito na adesão à Comunidade Andina de Nações (em 1973, quatro anos depois de sua constituição) e à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (desde sua

fundação, em 1978). Efetuam-se os. Mesmo assim, nessa década o Caribe continuou sendo privilegiado na agenda, como se observa na participação da Venezuela no processo de Contadora e no Grupo dos Três (com México e Colômbia, as outras potências médias no Caribe).

A política exterior dos governos de Chávez manteve, em geral, muitos dos princípios reitores assinalados: defesa da democracia na região (embora mude o significado atribuído ao termo); uma atitude mais ativa que reativa; a tentativa de manter a influência sobre o Caribe, os Andes e a Amazônia; o destacado papel assumido pelo presidente; e sua excepcionalidade, cada vez mais sustentada nos seus enormes recursos econômicos, e menos na democracia (hoje predominante em todo o continente).

Até o ano 2004, a política exterior desenvolveu-se segundo os lineamentos básicos do Plano Nacional de Desenvolvimento (2001-2007). Destaca-se nesse período a proposta de “Equilíbrio internacional”, centrada em dois objetivos, que refletem a intenção de recuperar o protagonismo internacional: fortalecer a soberania nacional e promover o mundo multipolar. Este segundo ponto envolve algumas mudanças, que redundam em certos ajustes nas relações com EUA, evitando o alinhamento automático e iniciando vínculos com países que mantêm notórias diferenças com a principal potência.

Algumas das mudanças que começam a ser introduzidas são associadas a posturas nacionalistas revolucionárias ou nacionalistas populares, ligadas ao terceiro-mundismo (REAL DE AZÚA, 1996). Isso se manifesta nas ênfases colocadas na integração latino-americana; nos temas sociais da agenda internacional (perante os econômicos), e no questionamento às ferramentas do pan-americanismo. Neste último ponto, de maior interesse para a dissertação, destaca-se a discussão do conceito de democracia representativa durante a negociação da Cláusula Democrática, na Cúpula das Américas de Quebec (abril de 2001). Perante a proposta promovida pelos EUA, Chávez tenta incluir cláusulas relativas à “democracia participativa”.¹⁶

Outras tensões com os Estados Unidos acontecem nos primeiros anos do governo de Chávez, como consequência da solicitude de retiro

¹⁶ O episódio constitui uma situação paradoxal: desta cláusula depois surge a Carta Democrática Interamericana (CDI) da OEA, cujo conteúdo é discutido ativamente pela diplomacia venezuelana, que exige a inclusão de referências à democracia participativa. Venezuela fracassa na tentativa, e um ano mais tarde, a CDI é aplicada pela OEA pela primeira vez para defender ao governo de Chávez, durante o golpe de Estado de Abril de 2002.

da missão militar estadunidense de Forte Tiuna e a suspensão de programas de cooperação militar. Algumas decisões positivas com relação a terceiros países dos blocos também afetaram a relação: o estreitamento das relações com Cuba, e a ativa participação no MPNOA e na OPEP. Por outro lado, o governo de Chávez aprofunda a integração da Venezuela com o resto de América do Sul ao aderir ao Mercosul em 2005, depois que o bloco regional do Cone Sul e Chávez tiveram uma atitude determinante no fracasso do ALCA (adesão que ainda não foi formalmente aprovada pelo bloco), além do mencionado papel na promoção da Unasul. A participação da Venezuela no Mercosul acrescenta a identidade “atlântica” ao mencionado caráter caribenho, andino e amazônico do país.

Insiste-se no perfil presidencialista da política exterior venezuelana, que fornece à visão internacional de um forte componente geopolítico, evidenciável na valoração da soberania; na dinâmica de confrontação, ligada a ideia de uma latente ameaça bélica externa, que inclui matizes de bonapartismo e envolve uma carreira armamentista e uma permanente mobilização de militares e setores civis (LOPES DE OLIVEIRA, 2011); e na perspectiva personalista. Estes elementos podem também estar associados à formação militar de Chávez (SERBIN, 2006). Por sua vez, a ideologia bolivariana pode ajudar no reforço deste personalismo, assim como na atribuição de um papel preponderante da Venezuela como líder regional:

Este bolivarianismo se nutre de una mitificación de la figura del prócer, que rescata fundamentalmente sus rasgos militares y sintoniza con la visión estratégico-militar ya descripta: el papel relevante que, según esta concepción, debería asumir Venezuela en el proceso de integración y unificación latinoamericano se basa, más que en dimensiones económicas, productivas y comerciales, en una perspectiva ideológica, militar y política. (SERBIN, 2006, p. 84).

Mas as maiores mudanças na política interna e externa de Chávez só aconteceram nos anos 2004-2005, quando o governo leva vantagem num referendo revocatório do seu mandato (promovido pela oposição) e, logo depois, declara que assume uma direção socialista, fundando o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV). Entre as principais linhas da nova política exterior dos governos de Chávez destacam-se: o fortalecimento do papel de liderança regional da Venezuela, o discurso anti-imperialista e anti-ianque (embora as relações comerciais bilaterais

continuem sendo ótimas), as tentativas de “exportação” da revolução bolivariana (na qual se inclui a ALBA), e o destino de volumosos recursos aos programas de cooperação (GONZÁLEZ URRUTIA, 2007). Em relação a isso, um pesquisador venezuelano explica “[...], por su propia naturaleza, el chavismo es internacionalista. [...], Venezuela se auto interpreta como la plataforma geopolítica para construir la unidad de América Latina.” (MAGNOLI, 2007, p. 10).

A partir do fortalecimento e posterior giro do governo chavista nos anos 2004-2005 esta política externa é radicalizada, introduzindo e explicitando algumas novidades, como a intervenção do executivo no serviço exterior e a promoção do relacionamento com a sociedade civil de outros países: “El nuevo gobierno practicará una diplomacia paralela con los pueblos, con la sociedad civil y con las organizaciones no gubernamentales.” (JÁCOME, 2007, p. 15). Este último ponto tem consequências na hora de analisar o bolivarianismo desde a perspectiva da hegemonia nas relações internacionais: esta não só é produto das relações intergovernamentais, senão que também trabalha no exterior ao nível da sociedade civil. Três exemplos disso são a cooperação com movimentos sindicais estrangeiros para financiar empresas recuperadas, os contatos frequentes com movimentos guerrilheiros da Colômbia, e o acordo entre CITGO (filial da PDVSA nos EUA) e uma ONG estadunidense para a provisão gratuita de combustível a 200.000 famílias pobres e de reservas indígenas daquele país durante o inverno boreal. Paralelamente, se fortalecem as relações com Irão, Rússia, Bielorrússia, Líbia e Síria, países que desafiam aos EUA no sistema internacional. Finalmente, a Venezuela abandona a Comunidade Andina de Nações e o Grupo dos Três, os dois blocos regionais integrados pela Colômbia e outros países governados pela direita (México, Peru).

Nesse período, a cooperação com o exterior adquire um peso ainda maior, através dos programas petroleiros e outras formas de assistência. Em relação aos programas de cooperação petroleira, o ex-presidente da PDVSA Alí Rodríguez (e também ex-chanceler e ministro de Economia do Chávez), explicava no ano de 2004 que o total dos programas de cooperação externa no setor petroleiro representam um custo inferior ao 10% do aumento do ganho obtido a partir da nova Lei de Hidrocarbonatos de 2001 e do aumento no preço internacional do produto. De toda forma, a assistência ao exterior vai muito além do oferecimento de condições favoráveis para adquirir petróleo, como exemplifica a compra de títulos da dívida Argentina por mais de 20.000 milhões de dólares desde 2003, que permitiu a este país saldar sua dívida com o FMI.

3 COMO CONSTRUIR DISCURSIVAMENTE A HEGEMONIA INTERNACIONAL?

3.1 A HEGEMONIA QUE NÃO É

A teoria realista, teoria clássica das RRII, explica as relações internacionais em termos de poder, definindo-o como capacidade de coerção. Nesta escola, a noção de hegemonia é utilizada como simples sinônimo de dominação, no que Robert Keohane chama “concepção realista da hegemonia” (1988, p. 64). Contudo, esta acepção empobrecida do termo vai além do realismo:

O declínio do poderio mundial norte-americano, a contar de aproximadamente 1970, ocasionou uma onda de estudos sobre a ascensão e queda das 'hegemonias'. Esses estudos [...] quando usam o termo 'hegemonia', pretendem dizer 'dominação' (RAPKIN, 1990 *apud* ARRIGHI, 1997, p. 27).

Porém, junto com essa onda, também começou a utilizar-se o termo no sentido gramsciano:

Gramsci's notion of hegemony, stressing the intertwining of coercion and consensus, and power and values involved in maintaining social order, appears as a less elegant albeit more convincing understanding of international order than prevalent neo-realist or neo-liberal theories, which obscure processes of legitimation in international society as artefacts of power or interest. (BLANEY, 1994, p. 283).

A hegemonia, para Antonio Gramsci, envolve uma legitimação do poder, através da liderança moral e intelectual exercida pela classe hegemônica, e sua aceitação consensual pelo resto da sociedade. A classe hegemônica incorpora interesses de outros setores, ao mesmo tempo em que seus interesses viram, *de fato*, universais, comuns a toda a sociedade, tendo as instituições (o Estado em primeiro lugar) um rol central nesse processo.

Sem intenção de exaustividade, são expostos a seguir, alguns exemplos de tentativas de levar às RRII alguns dos sentidos e aspectos envolvidos na concepção gramsciana de hegemonia, isto é, a ideia que um setor ou grupo de um coletivo mais amplo (uma classe, na formulação original de Gramsci), “pode se tornar classe dirigente e

dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar” à população (GRAMSCI, 2004, p. 408), o que envolve a incorporação de exigências de outros setores e a modificação da orientação política e ideológica. Em resumo, um dos pontos centrais da ideia de hegemonia de Gramsci é a distinção pela qual “a supremacia de um grupo social se manifesta de duas maneiras, como 'domínio' e como 'direção intelectual e moral” (GRAMSCI, 1986a, p. 99).

Primeiramente, no marco das teorias do Sistema-Mundo surgem algumas propostas que avançam nesta direção, ainda com a ênfase na economia, ou seja, no controle das regras que regulam as relações de produção é a geração de valor na escala mundial. Um exemplo extremo disso é uma definição que Immanuel Wallerstein oferece da hegemonia econômica como

una situación en la que los productos de un determinado estado central se producen con tanta eficiencia que son parejamente competitivos en otros estados centrales, y por lo tanto ese estado central determinado será el principal beneficiario de un mercado mundial máximamente libre. (WALLERSTEIN, 1980, p. 38, *apud* KEOHANE, 1988, p. 51).

Embora o autor formule outras definições mais sofisticadas, esta é interessante para exemplificar a centralidade conferida à economia, que faz da hegemonia fundamentalmente a capacidade de manter um sistema de regras (o mercado) e tirar ganâncias delas. Giovanni Arrighi, também partindo da teoria do Sistema Mundo, propõe uma concepção mais sofisticada, que reflete algumas ideias de Gramsci:

A coerção implica o uso da força ou uma ameaça de força digna de crédito; o consentimento implica a liderança moral. [...]. A dominação será concebida como primordialmente fundamentada na coerção; a hegemonia, por sua vez, será entendida como o poder adicional que é conquistado por um grupo dominante, em virtude de sua capacidade de colocar num plano 'universal' todas as questões que geram conflito. (ARRIGHI, 1997, p. 28).

Assim, nas RRII, “O conceito de 'Hegemonia mundial' aqui adotado, por enquanto, refere-se especificamente à capacidade de um Estado de exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas.” (AFFIGHI, 1997, p. 26). Porém, não obstante ao apelo de Arrighi à ideia de universalidade envolvida nestas definições, não há um lugar de destaque para a análise da dimensão moral do consentimento, centrando a explicação na institucionalidade construída pela nação hegemônica, e dos benefícios que diversos atores obtêm da situação.

Há, na mesma época, outro conjunto de apelos à hegemonia, representado pela “teoria da estabilidade hegemônica” de Keohane e Joseph Nye que analisa os motivos da relação entre poder e liderança, pois existe hegemonia quando “un Estado es suficientemente poderoso como para mantener las reglas esenciales que gobiernan las relaciones internacionales, y tiene la disposición de hacerlo.” (KEOHANE e NYE, 1989, p. 44). Acrescentam assim a necessidade de uma vontade racionalizada e deliberada de construir hegemonia, considerando ainda os custos que a operação tem para esse Estado. Esta concepção evita a centralidade econômica, procurando uma explicação política. Porém, há o problema que só explica liderança e alinhamento não coercitivo desde a ótica da escolha racional:

La preocupación por los incentivos a los que se enfrente el hegemóno debería alertarnos respecto a los incentivos, frecuentemente descuidados, a los que enfrentan los otros países del sistema. Qué cálculos deben hacer para considerar si cuestionan o se someten a un líder potencial? Pensar acerca de los cálculos de los poderes secundarios lleva la cuestión al acatamiento. Las teorías de la hegemonía no deberían buscar solamente el análisis de las decisiones de los poderes dominantes [...], sino que también deberían explorar porque los estados secundarios acatan el liderazgo del hegemóno. (KEOHANE, 1988, p. 58). [Acrescentado] La hegemonía se basa en la consciencia subjetiva de las elites de los estados secundarios [...], así como em la disposición del hegemóno de sacrificar beneficios en el corto plazo por las ganancias intangibles a largo plazo. (KEOHANE, 1988, p. 65).

Estas concepciones da hegemonia introduzem alguns aspectos formulados pelo Gramsci, mas não abordam um problema central da hegemonia: como se estabelece o consentimento não coercitivo? Para uma vertente, é consequência das estruturas econômicas, para a outra, de uma escolha racional. Porém, as duas omitem a dimensão ideológica, central na análise de Gramsci. Isso é abordado por outra teoria, chamada propriamente “Teoria da Hegemonia” em RRII (R. COX, 1994, 2007).

Segundo Mónica Salomón (2002), a teoria da hegemonia das RRII constitui uma terceira corrente de teorias neomarxista em RRII, depois da Teoria da Dependência e do Sistema-Mundo (além da tradicional Teoria Leninista do Imperialismo). Para essa teoria, a hegemonia pode ser definida “[...] as a hierarchical structure, mediated by force, for the accumulation of surplus among political entities and their constituent classes.” (GILLS, 1994: 369-370). Robert Cox aprofunda na ideia de consentimento à força que exerce “liderança moral e intelectual”, lembrando que para Gramsci a hegemonia expressa:

una unidad de las fuerzas materiales objetivas y de las ideas ético-políticas [...] en la que el poder basado em la dominación de la producción es racionalizado por medio de una ideología que incorpora el compromiso o consenso entre los grupos dominantes y los grupos subordinados. Una estructura hegemónica de orden mundial es aquella en la que el poder adopta primordialmente una forma consensual (COX, 1981, p. 153 *apud* KEOHANE, 1988, pp. 64-65).

O próprio Keohane destaca que “El valor de esta concepción de la hegemonía es que ayuda a comprender la disposición de los socios de un hegemóno a acatar su liderazgo hegemónico.” (1988, p. 65), justamente o que na sua teoria era uma falência. Cox explica, por exemplo, a hegemonia dos EUA da seguinte forma:

following World War II (1945-1965), the US founded a new hegemonic world order [...] with institutions and doctrines adjusted to a more complex world economy [...]. [...], to become hegemonic, a state would have to found and protect a world order which was universal in conception, [...] an order which most other states (or at least those within reach of the hegemony)

could find compatible with their interests. (COX, 2009, p. 136).

A perspectiva da hegemonia de Cox é resumida nesta definição: historicamente, para converter-se em hegemônico, um Estado teria que construir e defender uma ordem mundial que fosse universal em concepção, isto é, não uma ordem em que um Estado diretamente explora outros, mas uma ordem que a maioria dos Estados (ou pelo menos aqueles próximos da sua hegemonia) considere compatível com seus interesses. Tal ordem dificilmente seria concebida em termos somente interestatais, porque, provavelmente, isso traria para o primeiro plano os interesses opostos dos Estados. Ela provavelmente daria destaque às oportunidades para que as forças da sociedade civil pudessem operar em escala mundial (ou na escala da esfera em que a hegemonia prevalece). O conceito hegemônico de ordem mundial está fundado não apenas na regulação do conflito interestatal, mas também como uma sociedade civil concebida globalmente, isto é, um modo de produção de dimensões globais que põe em funcionamento ligações entre as classes sociais dos países abarcados por ele. (COX, 1994, p. 61, tradução tomada de AYERBE, 2002, p. 59)

O autor desenvolve algumas ideias que poderiam ser remetidas ao sentido performativo que Laclau confere à noção, por exemplo, na sua análise da Guerra Fria: “There is also a substantive meaning to 'cold war', which is the creation of institutions and mentalities that shape thought and action.” (COX, 1994, p. 367). Junto com isto, essa linha teórica avança na questão da universalidade envolvida na hegemonia, não entendida só na sua dimensão normativa de “regras universais”, mas também na dimensão ideológica:

The hegemonic project involves using political and economic advantages gained in world war to restructure the operation of the world market and interstate system in the hegemon's own image. The interests of the leader are projected on a universal plane: What is good for the hegemon is good for the world. The hegemonic state is successful to the degree that other states emulate

it. Emulation is the basis of the consent that lies at the heart of the hegemonic project. (TAYLOR, 1994, p. 363-364).

A construção hegemônica gera assim, efeitos na própria visão coletiva da realidade internacional: “hegemony is an internalized coherence which has most probably arisen from an externally imposed order but has been transformed into an intersubjectively constituted reality.” (COX, 1994, p. 366).

É interessante perceber que esta dimensão ideológica torna-se uma preocupação no campo das RRII, até mesmo na diplomacia. Por exemplo, há alguns anos, ao analisar os desafios do Mercosul, Samuel Pinheiro Guimarães destacava a necessidade de “desenvolver um programa firme de redução de vulnerabilidades” (PINHEIRO, 2002, p. 136), entre as quais incluía-se a vulnerabilidade ideológica, pela qual o bloco fica exposto à concentração de poder ideológico no centro, que possibilita a “criação das imagens que formam a visão do mundo.” (PINHEIRO, 2002, p. 128).

Desta forma, a proposta de Cox representa um avanço importante na análise da dimensão ideológica da hegemonia nas RRII, particularmente, pelo valor conferido ao “acatamento não coercitivo”. Porém, não oferece uma operacionalização sistemática do modo em que este acatamento age, isto é, do modo em que se produz o sentido nas relações internacionais. Isso não é um problema exclusivo da aplicação da noção às RRII, mas um problema implícito no próprio conceito de hegemonia. Contudo, a elaboração teórica de Cox representa um ponto alto da tentativa de aplicar a noção de Hegemonia nas RRII, evitando apelar aos conceitos de 'alienação' e 'falsa consciência'. Anos depois irromperia a obra de Laclau e Mouffe (1987), que com uma concepção discursiva da hegemonia oferece novas perspectivas, apelando aos efeitos performativos e de produção de sentido que ficam na base das formações discursivas. A partir desta concepção se possibilita outra compreensão do acatamento, concebido como identidade.

3.2 A TEORIA DE LACLAU LEVADA ÀS RRII: BOMBAS E PALAVRAS

A teoria de Laclau não foi elaborada para sua aplicação nas RRII (assim como tampouco foi a de Gramsci, claro), mas isso não é um fator limitante para a tentativa. Como afirmam os editores de *International*

Political Sociology, no primeiro editorial do jornal: “traditions of sociological analysis and social theory have much to contribute to analyses of international relations” (BIGO e WALKER, 2007, p. 2). A partir da década de 1980 a teoria das RRII começou a ser influenciada crescentemente por teorias provenientes de outras disciplinas sociais. Entre outras, desenvolveram-se as chamadas “teorias refletivistas” que introduziram as mudanças pós-modernas e pós-estruturalistas no seio das RRII (KEOHANE, 1989; ATTINÀ, 2001; SALOMÓN, 2002), incluindo a centralidade da categoria de *discurso* (p. e. DER DERIAN, 1988; 1992; DER DERIAN e SHAPIRO, 1989). Nesse contexto, o presente projeto propõe trazer para a reflexão das RRII, a articulação proposta por Laclau entre teoria da hegemonia e do discurso, partindo da pré-existência das duas no referido campo acadêmico.

A teoria da hegemonia de Laclau leva a noção de hegemonia a um novo nível, o da discursividade, incorporando as ideias pós-estruturalistas ao campo da política:

A partir de meados dos anos 1980, Laclau procurou remover os resquícios essencialistas em Gramsci, que insistia sobre a posição privilegiada das classes fundamentais nas lutas hegemônicas. Para tal, o conceito de hegemonia seria reformulado: não seria mais considerado em termos da unificação de forças políticas a partir de um conjunto de interesses que são constituídos em si mesmos, mas envolveria a articulação de identidades sociais em um contexto de antagonismo social, revelado pela desconstrução da noção de estrutura, o caráter discursivo, e, portanto, contingente de toda/o identidade / interesse social. (SALES Jr., 2008, p. 153).

A proposta conseguiu sobreviver exitosamente à moda pós-estruturalista. Como destaca um comentarista, ainda dez anos depois de sua aparição, a obra fundante desta teoria (LACLAU e MOUFFE, 1987) “remains one of the most sophisticated and important explications of the theoretical link between poststructuralist theory and postmodern political practice.” (BERTRAM, 1995, p. 82). Destacam-se a seguir os conceitos principais da proposta de Laclau, esboçando linhas para sua aplicação nas RRII

3.2.1 O discurso

Para expor a teoria de Laclau um primeiro passo é aceitar o desafio ontológico do pós-estruturalismo de que a realidade é discursiva: “El discurso constituye el terreno primario de constitución de la objetividad como tal.” (LACLAU, 2010, p. 92). A significação e o sentido são constitutivos da realidade porque o acesso a ela é simbolicamente mediado (ALBUQUERQUE BURITY, 2008). Não é relevante, deste ponto de vista, se há uma realidade pré-existente ao discurso, já que “a realidade” é intersubjetivamente criada e o discurso é a única forma de relação intersubjetiva; além do mais, a identidade dos elementos da realidade não é definida *autonomamente*, mas *relacionalmente* no próprio jogo de diferenças da linguagem:

A partir de Wittgestein sabemos que los juegos del lenguaje comprenden tanto los intercambios lingüísticos como las acciones en las cuales están involucrados, y la teoría de los actos del lenguaje ha establecido nuevas bases para el estudio de las secuencia discursivas que constituyen la vida social institucionalizada. Es en este sentido que hemos hablado de los discursos como totalidades estructuradas que anticuan elementos tanto lingüísticos como no lingüísticos. (LACLAU, 2010, p. 27).

Nas RRII o caráter discursivo da realidade poder ser compreendido intuitivamente, por exemplo, em relação aos organismos internacionais, que como qualquer outra instituição, só existem discursivamente, enquanto acordos intersubjetivos. Porém, pode ficar mais difícil aceitar que um bombardeio de uma cidade só existe discursivamente. Aí é quando é necessário superar o nível intuitivo, e entender que o discurso envolve elementos linguísticos e não linguísticos. Evidentemente, há uma realidade material além da verbal, mas não além da linguagem: o bombardeio só assume sentido(s) através de suas relações discursivas com outros elementos, como o derrubamento de um governo, a morte de um filho, a condecoração de um militar ou a existência de certas reservas de petróleo na zona. Um exemplo extremamente trágico disso é o bombardeio a Hiroshima: reflete-se sobre o significado que ainda hoje assume aquele fato, cujos desenvolvimentos discursivos posteriores chegam a adquirir um sentido tão dramaticamente “real”, que atinge até o limite da própria existência

de toda a nossa realidade, na Doutrina da Destruição Mutua Garantida (*Mutual Assured Destruction*, cuja sigla significativa é MAD).

A postura da teoria do discurso com relação ao “não-discursivo” é de fato bastante terminante:

Nuestro análisis rechaza la distinción entre prácticas discursivas y no discursivas y afirma: a) que todo objeto se constituye como objeto de discurso, en la medida en que ningún objeto se da al margen de toda superficie discursiva de emergencia; b) que toda distinción entre los que usualmente se denominan aspectos lingüísticos y prácticos (de acción) de una práctica social, o bien son distinciones incorrectas, o bien deben tener lugar como diferenciaciones internas a la producción social de sentido, que se estructura bajo la forma de totalidades discursivas. (LACLAU e MOUFFE, 1987, p. 121).

Em resumo, para Laclau o discurso “não é uma simples soma de palavras, mas uma consequência de articulações concretas que unem palavras e ações, no sentido de produzir sentidos que vão disputar espaço no social.” (DE MENDOÇA e PEIXOTO, 2008, p. 28). De certa forma, independentemente da virada linguística, essa ideia já ficava presente nas formulações de Gramsci sobre a objetividade. Assim, por exemplo, o autor apresenta o exemplo da eletricidade:

Como fuerza natural abstracta, la electricidad existía incluso antes de su reducción a fuerza productiva, pero no operaba en la historia, y era un tema de hipótesis en la historia natural (y antes era la "nada" histórica, porque nadie se ocupaba de ella y, es más, todos la ignoraban). (Gramsci, 1986b, p. 297).

3.2.2 As demandas

Pensada no nível discursivo, a hegemonia definida deste modo torna-se uma forma de articular uma diversidade de discursos, que expressam diversas “demandas” na luta política. Estas demandas já não representam grupos ou setores sociais: numa sociedade X não há uma quantidade Y de grupos fechados, integrados por todos os indivíduos que ocupam a posição Z de sujeito. Ou seja, a hegemonia não consiste em unificar a todos os indivíduos pertencentes à classe operária que

situam-se na mesma posição estrutural proletária na contradição trabalho/capital, e em torno deles, reunir o resto do povo, acreditando que os interesses daqueles são estendidos ao conjunto da sociedade. Pelo contrário, cada indivíduo ocupa simultaneamente múltiplas posições no espaço social (torneiro, guarani, doente crônico, namorado, fumante de maconha, etc.), cada uma das quais corresponde à diversidade de “setores sociais” (trabalhadores, indígenas, usuários do SUS, homossexuais, usuários de maconha, etc.), interesses e demandas (melhora do salário, autonomia étnica, atenção da saúde, direitos de diversidade sexual, legalização da maconha).

As diversas posições, setores, interesses e demandas possíveis, no fundo, só são “diferenças” no espaço social, enquanto diferenças estruturais sincrônicas com relação ao conjunto (semelhantes aos fonemas na linguística estrutural). Portanto, enquanto a realidade é discursiva, na análise é preferível trabalhar diretamente com as demandas: “Lo primero ha sido dividir la unidad del grupo en unidades menores que hemos denominado *demandas*: la unidad del grupo es, en nuestra perspectiva, esta articulación de demandas.” (LACLAU, 2010, p. 9).¹⁷

Nesse sentido, aplicado ao tratamento teórico das RRII, é possível pensar que no espaço social americano há diversas demandas. A Teoria do Sistema Mundo e a Teoria da Dependência dirão, paralelamente ao marxismo estrutural, que a demanda central fica ligada à contradição trabalho/capital, a divisão internacional do trabalho, e para tanto, ao desenvolvimento desigual entre centro e periferia do sistema. Porém, no espaço americano há muitas outras demandas sociais (reconhecimento étnico, respeito dos Direitos Humanos, soberania sobre os recursos, distribuição de renda, etc.), e *a priori* nenhuma tem privilegio histórico nem estrutural nas lutas sociais.

Numa hegemonia institucionalizada, como a pan-americana, as demandas são consideradas separadamente, sobre uma lógica da diferença, de forma que cada uma é um problema isolado. En el discurso institucionalista, afirma Laclau “la diferencialidad reclama ser concebida como el único equivalente legítimo: todas las diferencias son consideradas igualmente válidas dentro de una totalidad más amplia.” (LACLAU, 2010, p. 108). Seguindo o exemplo, o torneiro reclamará ao

¹⁷ As preocupações sociais não pré-existem às suas expressões na forma de demandas, pois antes de sua representação discursiva não eram coletivamente concebidas. Utilizando uma expressão gramsciana, eram “nada histórica” (GRAMSCI, 1986b).

ministério do trabalho, o doente ao SUS, o guarani à FUNAI, etc. Segundo a teoria de Laclau, uma demanda democrática é “una demanda que, satisfecha o no, permanece aislada” (LACLAU, 2010, p. 99).

A institucionalidade gerada pela hegemonia pan-americana também atende isoladamente as demandas: a demanda de crédito para desenvolvimento, incorporada através dos empréstimos do BID; a demanda de respeito à democracia na OEA; a demanda de respeito aos Direitos Humanos, na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a demanda de segurança de face às ameaças estrangeiras, no TIAR; a demanda de acesso à investimentos e mercados externos, no ALCA. Até a demanda de saúde tentou-se abordar, na Organização Pan-Americana da Saúde (OPS). Claramente, o assunto é bem mais complexo, pois somente às vezes, as demandas atingem o nível pan-americano (por exemplo, a obrigatoriedade de um sistema democrático de governo, só ficou mesmo atendida eficientemente na OEA com a Carta Democrática Interamericana, no ano 2001), outras só conseguem fazer parte da hegemonia temporalmente no nível nacional (por exemplo, as nacionalizações dos recursos minerais e energéticos), e até há muitas demandas que só ficam, por enquanto, como demandas sociais, sem maior resposta institucional (por exemplo, a demanda pelo reconhecimento étnico, até a década de 1990).

Finalmente, propõe-se que o tratamento das demandas em relação a esta concepção discursiva da hegemonia no nível internacional pode envolver uma peculiaridade: a demanda também pode referir exclusivamente a um país. Dessa forma, o próprio país assume o sentido de particularidade (de diferença no interior da totalidade) no espaço social internacional. Considerem-se os seguintes casos: a demanda cubana pela finalização do bloqueio estadunidense, a reclamação haitiana de uma solução à fome e à pobreza extrema de sua população, ou a reivindicação argentina de soberania sobre as Ilhas Malvinas.¹⁸

Nesta dissertação chamamos de demanda-país-como-particularidade àquelas demandas que assumem um sentido de particularidade, como expressões concretas de uma demanda singular, hegemônica ao nível nacional (e então, geralmente assumida pelo

¹⁸ Neste último caso, pode-se discutir que é um caso particular da demanda pela soberania territorial, demanda partilhada com outros países. Porém, para as Malvinas a demanda é especificada por tratar-se de um caso de colonização por potências europeias, posterior à independência do país, e que desde então ficou reclamada.

governo), especificada por tal caráter nacional (ou seja, não sendo mais uma expressão nacional de uma demanda partilhada com as sociedades da região), mas sendo reconhecida fora do país, seja por governos ou sociedades vizinhas, ou movimentos sociais ou organismos internacionais. O termo demanda-país-como-particularidade envolve uma situação especial, na medida em que há uma coincidência exata entre o espaço social onde a demanda é reclamada e o espaço geográfico de um Estado ou outra unidade territorial. A ideia de demanda-país-como-particularidade envolve o fato de que essa demanda já atingiu a aceitação dessa sociedade nacional (ou seja, faz parte da hegemonia no nível nacional, o que geralmente se manifesta na sua incorporação pelo discurso governamental), à qual fica total e exclusivamente ligada.

Para expor sistematicamente a teoria da hegemonia de Laclau, em seguida apresenta-se de forma resumida em três pontos, uma situação concreta de ruptura e emergência de uma nova hegemonia. Este três pontos são:

[a] la unificación de una pluralidad de demandas en una cadena equivalencial; [b] la constitución de una frontera interna que divide a la sociedad en dos campos; [c] la consolidación de la cadena equivalencial mediante la construcción de una identidad popular que es cualitativamente algo más que la simple suma de los lazos equivalenciales. (LACLAU, 2010, p. 102).

3.2.3 A articulação

Começando pelo estabelecimento da cadeia equivalencial, numa situação como alguma das antes consideradas (seja a sociedade X, seja o espaço americano), há uma quantidade de demandas que ficam insatisfeitas. Se essas demandas democráticas (particulares, isoladas) ficaram muito tempo numa situação de insatisfação, podem evoluir em direção de um descontentamento generalizado. Apesar da diversidade positiva de cada demanda em sua particularidade (demarcada pela lógica da diferença na hegemonia institucionalizada), quando chegar ao ponto do descontentamento generalizado, as demandas podem se articular tornando-se equivalentes, formando um conjunto unificado por uma característica negativa comum: sua insatisfação.

Nesta situação, pode acontecer uma articulação de demandas, isto é, a prática pela qual as diversas demandas são inscritas numa mesma cadeia, a cadeia equivalencial, e já não representam somente diferenças,

como também podem gerar sentido num novo discurso. Assim, aparece a diferença entre demandas democráticas e demandas populares, segundo a perspectiva de uma lógica da diferença ou da equivalência, respectivamente: “A la pluralidad de demandas que, a través de su articulación equivalencial, constituyen una subjetividad social más amplia, las denominaremos demandas populares.” (LACLAU, 2010, p. 99).¹⁹ As demandas populares se constituem então num desafio a uma formação hegemônica já estabelecida (institucionalizada), enquanto não podem ser incorporadas por ela. As demandas democráticas, em troca, podem ser articuladas diferencialmente pela hegemonia institucionalizada.

A articulação é uma alternativa à mediação, considerada como a organização desde uma perspectiva teleológica ou da necessidade dos elementos que -eventualmente- vão formar uma totalidade emergente. Na articulação, pelo contrário, “esa organización es contingente y, por tanto, externa a los fragmentos.” (LACLAU e MOUFFE, 1987, p. 106).

3.2.4 O antagonismo e a dicotomização do espaço

O segundo ponto é o correlato do anterior, levando à questão do conjunto de demandas insatisfeitas ao conjunto social como totalidade: a atribuição da fonte do descontentamento a algum ator associado ao poder. Esse é o momento do antagonismo e dicotomização do espaço. De um lado, o conjunto insatisfeito define um antagonismo em relação àquele que não atende às demandas, que fica excluído da cadeia, enquanto diferente. Do outro lado, se confrontam as demandas não atendidas, unificadas na cadeia de equivalência. Assim, a cadeia equivalencial é construída negativamente através do antagonismo face a esse inimigo: “O que encontramos encapsulado no conceito de antagonismo é uma lógica política que considera a construção parcial de sentido social com respeito a uma instância inteiramente negativa” (MARCHART, 2008, p. 12).

Estes dois primeiros pontos (articulação equivalencial e exclusão antagônica) não podem se conceber como independentes, pois
 a noção mesma de uma exclusão radical cria uma
 ambiguidade constitutiva nas diferenças 'positivas'

¹⁹ LACLAU e MOUFFE (1987) denominam esse processo de transição entre “elementos” e “momentos”, conceitos que também refletem a distinção entre uma lógica da diferença que isola elementos e uma lógica da equivalência que os articula num discurso que propõe outra forma de geração de sentido.

que estruturam uma cadeia discursiva: por um lado, como diferenças, se opõem/articulam umas com as outras; por outro lado, todas elas se equivalem em sua posição antagonônica ao termo excluído.” (LACLAU, 2008, p. 190).

Voltando ao exemplo da sociedade X, o torneiro, o índio, o doente crônico, o homossexual e o usuário de maconha podem perceber-se reclamando contra o mesmo governo que não aceita suas demandas. Eles não têm em comum nenhuma característica positiva: nem a mesma demanda, nem a mesma posição de sujeito, nem menos ainda uma identidade prévia à enunciação da demanda. Só têm em comum o antagonismo de face a um inimigo poderoso, a quem atribuem a insatisfação de suas reivindicações. Numa sociedade dividida pela ausência de resposta às demandas, eles ficam do mesmo lado, antagonônico ao poder insensível:

antagonismo surge quando um percebe a presença do outro como sendo aquele que impede a sua completa existência, i. e., a experiência da própria identidade. [...]. Antagonismo, assim, é uma construção política. O antagonismo refere-se à fronteira entre uma articulação e a exclusão radical de um elemento social. (PESSOA, 2008, p. 138).

Deste modo, temos uma dicotomização do espaço social, uma exclusão de uma parte do conjunto que é identificada como a responsável pela insatisfação das demandas. Assinalar um responsável também é importante, porque não adianta falar que o responsável é “o poder”. Que poder? O governo, as multinacionais, a oligarquia, a maçonaria, a burguesia judaica? É necessário identificar uma fonte concreta da insatisfação, que vai ser o ponto nodal que do começo permite gerar a cadeia:

Enfim, é 'o mercado' ou 'a privatização', alguns nomes que acabam se cristalizando como o nome do outro, o nome do adversário, o nome do inimigo, como pontos nodais em torno de que se articula uma subjetividade política compartilhada. É esse exterior que está fora de tudo o que aquele grupo heterogêneo [...] representa, que os une, a despeito de suas diferenças, interesses, objetivos. (ALBUQUERQUE BUIRTY, 2008, p. 44).

E, voltando novamente ao exemplo do movimento bolivariano, neste marco explicativo apresenta-se como uma nova superfície de inscrição no espaço americano de vários tipos de demandas: demandas históricas da política latino-americana (a demanda dos militares por ter um rol ativo no governo, a demanda dos governos revolucionários por ficarem no poder períodos prolongados, demandas por integração latino-americana); demandas nacionalistas e revolucionárias que atravessaram o século XX (demandas por respeito aos Direitos Humanos, incluindo os Direitos Humanos de 2ª e 3ª geração, pela não intervenção das potências mundiais em assuntos internos dos Estados, por socialismo, por crédito para o desenvolvimento, contra os golpes de Estado); e novas demandas, muitas delas associadas às reformas neoliberais (demandas por soberania face aos fluxos globais, em particular, soberania sobre os recursos, por proteção da produção nacional, por direito ao desenvolvimento nacional, por distribuição de renda, por rediscussão da dívida externa, por respeito às culturas tradicionais, incluindo o direito ao cultivo de coca). Embora surgissem em toda América Latina movimentos que recolhem estas demandas, o bolivarianismo emerge como particularmente eficiente para enlaçar na sua agenda os três tipos de demandas, colocando-as numa relação de equivalência.

Paralelamente, a dinâmica discursiva bolivariana coloca estas demandas em antagonismo aos EUA, identificando-o como o responsável pela sua insatisfação e excluindo-o do espaço regional. A insistência nas acusações àquele país como o responsável da situação latino-americana, portanto, não tem que ser interpretada como um excesso retórico e manipulador (como é habitual), embora sendo uma prática performativa de dicotomização do espaço e articulação de demandas. Como afirma Laclau, ao opor uma série de demandas e sua suposta causa:

estoy efectuando dos operaciones interrelacionadas: por un lado, estoy constituyendo al pueblo al encontrar la identidad común de un conjunto de reclamos sociales en su oposición a la oligarquía; por el otro, el enemigo deja de ser puramente circunstancial y adquiere dimensiones más globales. Es por esto que una cadena equivalencial debe ser mediante la *catexia* de un elemento singular: porque no estamos tratando con una operación conceptual de encontrar un rasgo común abstracto subyacente en todos los agravios sociales, sino una operación preformativa que

constituye la cadena como tal. (LACLAU, 2010, p. 126)

Os EUA são, neste caso, a identidade que condensa uma grande quantidade de desgraças: o capitalismo, o neoliberalismo, as empresas multinacionais, a guerra, a falta de desenvolvimento, etc. O interessante do caso (e, ao mesmo, tempo de um certo risco, enquanto envolve uma diferença com a proposta original de Laclau) é que a exclusão radical, neste caso, corresponde à exclusão geográfica, espacial, na medida em que o elemento excluído (os EUA) fica fora do novo conjunto. A dicotomização do espaço constrói uma fronteira impossível de superar.²⁰ O discurso bolivariano envolve o duplo apelo à integração latino-americana e à exclusão dos EUA: o Banco do Sul, Telesul, os círculos bolivarianos, Petrosul, Petrocaribe, a Operação Milagres, a própria ALBA e até o mítico “Gasoduto do Sul”.

O mesmo é possível afirmar sobre a origem da hegemonia pan-americana, liderada pelos EUA. Durante o século XIX, depois da sua independência, as sociedades americanas ficavam ainda muito ligadas às metrópoles europeias em assuntos políticos, no comércio e no crédito, além das muitas tentativas destas potências de recolonizar terras americanas. Nesse contexto, os EUA aplicaram a Doutrina Monroe (formulada pela primeira vez em 1823), como demanda contra o colonialismo, propondo o direito a proteger o conjunto do continente (a doutrina é expressa na ideia de “América para os americanos”). Posteriormente, durante a Guerra Fria, outra vez os EUA mantiveram sua hegemonia postulando uma dicotomização do espaço, reclamando a exclusão dos europeus do espaço americano. Apelando novamente ao exemplo da Conferência de Caracas de 1954, naquela ocasião o Secretário de Estado dos EUA, John Foster Dulles, afirmava que “el dominio y control de las instituciones políticas de cualquier Estado americano por el movimiento comunista internacional constituiría una intervención por una potencia política extranjera y sería una amenaza para la paz de América.” (MACHADO, 1968, p. 96). Isso é um excelente exemplo de um exercício de dicotomização do espaço e exclusão (embora, novamente, o excluído não seja reintegrado ao conjunto social, como acontece na teoria do populismo de Laclau).

²⁰ Um dos pontos da teoria de Laclau que não foi exposto é que a dicotomização do espaço é provisória, somente até que a nova hegemonia consiga representar a totalidade (ou fracasse na tentativa).

3.2.5 A identidade popular

Finalmente, o terceiro ponto corresponde ao momento propriamente hegemônico, em que a cadeia equivalencial já fica consolidada, mediante a construção de uma identidade positiva. Num momento de antagonismo a cadeia deve assumir uma identidade própria, além da pura equivalência antagonônica. A natureza heterogênea e contingente do conjunto das demandas particulares que moldam a cadeia torna difícil gerar um signo específico para a cadeia, que consiga representar eficientemente sua totalidade. Então, uma das particularidades assume a representação do conjunto da cadeia, cuja identidade assim torna-se positiva:

el rechazo de un poder realmente activo en la comunidad requiere la identificación de todos los eslabones de la cadena popular con un principio de identidad en torno a un común denominador –y éste requiere, desde luego, una *expresión simbólica positiva*- (LACLAU, 2010, p. 108).

Esse é o movimento hegemônico em si mesmo:

na medida em que uma demanda particular é capaz de assumir a representação de um conjunto e outras demandas igualmente particulares e sem deixar aquela demanda particular, passa a falar/agir em nome desse conjunto, estamos diante de uma hegemonia. (ALBUQUERQUE BUIRTIY, 2008, p. 48).

Vale lembrar que este também é um momento precário e o processo é contingente (novamente, para Laclau nem a classe operária fica destinada à liderança da revolução, nem o capitalismo necessariamente vai colapsar para deixar passagem a uma ditadura do proletariado). Laclau descreve com mais detalhe o procedimento:

existe la posibilidad de que una diferencia, sin dejar de ser particular, asuma la representación de una totalidad inconmensurable. De esta manera, su cuerpo está dividido entre la particularidad que ella aún es y la significación más universal de la que es portadora. Esta operación por la que una particularidad asume una significación universal inconmensurable consigo misma es lo que denominamos hegemonía. (LACLAU, 2010, p. 95)

Em termos de Laclau, a mediação entre demandas deve adquirir uma consistência própria e reagir sobre elas, invertendo a relação (LACLAU, 2010, p. 122). A inversão é um passo indispensável para a evolução do antagonismo à operação hegemônica, de forma que funcione como “sistema estável de significação” (LACLAU, 2010, p. 99), operando performativamente como estrutura discursiva: “Una estructura discursiva no es una entidad meramente ‘cognoscitiva’ o ‘contemplativa’; es una práctica articuladora que constituye y organiza a las relaciones sociales” (LACLAU y MOUFFE, 1987, p. 109). Conferir uma identidade consiste em nomear o conjunto:

A unidade do objeto é simplesmente uma unidade retroativa que resulta do processo de nomeá-lo, [...]. [...], porque temos uma série de demandas absolutamente heterogêneas, e o que as leva a seu ponto de unidade é simplesmente a presença do nome.” (LACLAU, 2006b, p. 27).

Neste contexto, uma possibilidade é que o significante que assuma a representação do conjunto seja propriamente um nome, ou até mesmo, um líder (um tipo especial de nome). De fato, há vários exemplos que Laclau e seus comentaristas oferecem disto, como o caso do movimento “*solidariedade*” na Polônia de 1980.

Posteriormente, algumas das demandas, e, particularmente, àquela que assume a representação do conjunto, pode evoluir em direção à forma de um significante vazio, na medida em que sua função de significar um conjunto bem mais amplo de demandas predomine sobre a de significar a demanda particular da qual originalmente dava conta: “[...], a noção de significante vazio consiste na confluência de múltiplos elementos em um discurso, a ponto de esse discurso perder seu sentido específico justamente pelo excesso de sentidos articulados.” (DE MENDOÇA, 2006, p. 165). O significante da demanda que assume a representação do conjunto da cadeia equivalencial estabelece uma relação de tensão entre esta representação (que envolve a condensação da identidade popular) e a representação do seu significado original. O significante vazio é definido pelo Laclau como “[...] significantes (palabras, imágenes) que se refieren a la cadena equivalencial como totalidad.” (2010, p. 125).

Voltando aos exemplos, mais uma vez, imaginemos que por motivos circunstanciais a demanda pela autonomia étnica assume a representação do conjunto. O movimento utiliza como lema, a palavra

“direitos” em língua guarani. Por acaso, um líder guarani morre durante um protesto, a imprensa recolhe isso, o caso e a demanda assumem notoriedade pública, e os outros movimentos começam a usar também o vocábulo. Finalmente este vira nome do movimento de oposição, isto é, vira o significante que assume a representação de todo o movimento contrário ao governo.

Até aqui, é possível ficar com uma ideia do conceito laclauiano de hegemonia. Evidentemente, a teoria é bem mais complexa, e envolve muitos fundamentos e consequências omitidos nesta seção. Neste sentido, a hegemonia envolve diferentes procedimentos discursivos nos quais não se aprofunda, como o deslocamento e a condensação, originários da psicanálise e recolhidos pelo estruturalismo clássico; ou a sinédoque, a metáfora, e a catacrese, originários da retórica clássica. Por exemplo, a operação pela qual uma particularidade representa ao conjunto, envolve a figura da sinédoque (LACLAU, 2010, p. 97) e, de certa forma, também a condensação, no sentido atribuído por Althusser (1971).

No caso estudado, estima-se que o próprio bolivarianismo é a demanda que pode tentar inverter a relação: remete a um nome, que toma de um líder histórico (Bolívar), e remete também ao movimento que, em nível nacional venezuelano, deu origem ao atual líder bolivariano (o Movimento Bolivariano Revolucionário 200, sociedade discreta militar formada por Chávez).

Complementarmente, ao nível do sistema de Estados, é a Venezuela a demanda-país-como-particularidade que pode hegemonizar a cadeia, assim como o próprio EUA conseguiu fazer em nível continental nos finais do século XIX. Não obstante a proposta possa ficar estranha, estima-se que tampouco é uma novidade absoluta conferir a uma unidade territorial e identitária a função de hegemonizar a cadeia. Em *A razão populista*, Laclau já aborda o caso similar da Liga Lombarda, que hegemoniza a Liga do Norte, na Itália em 1989 (LACLAU, 2010).

Contudo, esta é apenas uma possibilidade teórica. Ainda é necessário avaliar se o movimento bolivariano já conseguiu (ou conseguirá) representar o conjunto das demandas que povoam a cadeia equivalencial, e se aquelas o reconhecerão como uma superfície discursiva pertinente para sua inscrição.

O pan-americanismo, por exemplo, rapidamente conseguiu isso, se pensarmos no envolvimento de outros Estados nas conferências pan-americanas a partir da sua primeira reunião (1889-1890): isso se constituiu como a primeira expressão positiva do conjunto, como uma

identidade “democrática” (democrática no sentido coloquial, não no sentido das “demandas democráticas”), de face ao colonialismo europeu do século XIX, de fundamento monárquico. Esta identidade hemisférica democrática depois vai ser deslocada nas lutas hegemônicas face ao Eixo e ao comunismo. Tão imediata foi a identificação de outras demandas americanas que, poucos anos depois, em 1903, o chanceler argentino Luís María Drago tentou inscrever uma nova demanda, ao reclamar para o âmbito pan-americano a defesa comum contra o cobro compulsivo de dívidas pelas metrópoles europeias (depois do bombardeio de La Guaira, Venezuela, pelas marinhas francesas e inglesas), no que se deu a chamar a doutrina Drago, um ajuste à Doutrina Monroe. A Doutrina Larreta (1945) é outro exemplo no mesmo sentido.²¹ O resultado foi que, em meados do século XX, o discurso pan-americano já utilizava a questão da democracia como um elemento central do ‘espírito americano’ convocado nas reuniões da OEA.

²¹ A Doutrina Larreta propunha a intervenção do sistema interamericano em qualquer país que assumira formas de governo “não democráticas”. É um antecedente da posição da Conferência Pan-Americana de Caracas de 1954.

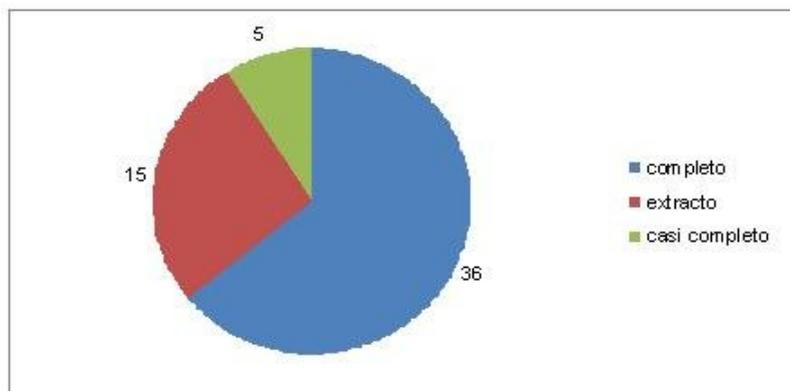
4 TORNANDO OBSERVÁVEIS AOS DISCURSOS

4.1 A REPRESENTATIVIDADE DOS REPRESENTANTES

Neste capítulo, procede-se à análise do discurso bolivariano, através dos discursos efetuados pelos presidentes e representantes presidenciais nas reuniões de cúpula da ALBA. Para isso, realiza-se uma colheita desses discursos, tarefa que não é particularmente simples: a ALBA é uma organização nova e em constante mutação, não havendo uma compilação sistemática das intervenções presidenciais nas reuniões. A pesquisa implicou procurar esses discursos nos dois sites principais da organização²² e nos sites do governo de vários dos países membros, além de pesquisas gerais na Internet.

Desta forma, elaborou-se um conjunto de 56 documentos com os discursos dos mandatários, dos quais 36 consistem em discursos completos e textuais, 13 são notas da imprensa que incluem citações textuais dos discursos dos mandatários, e os 2 restantes são discursos quase completos. As declarativas finais destas cúpulas não são incluídas na análise, mas são consideradas para contextualizar os discursos e, ocasionalmente, observar o significado conferido a alguns termos.

Gráfico 2. Discursos considerados, por natureza dos textos.



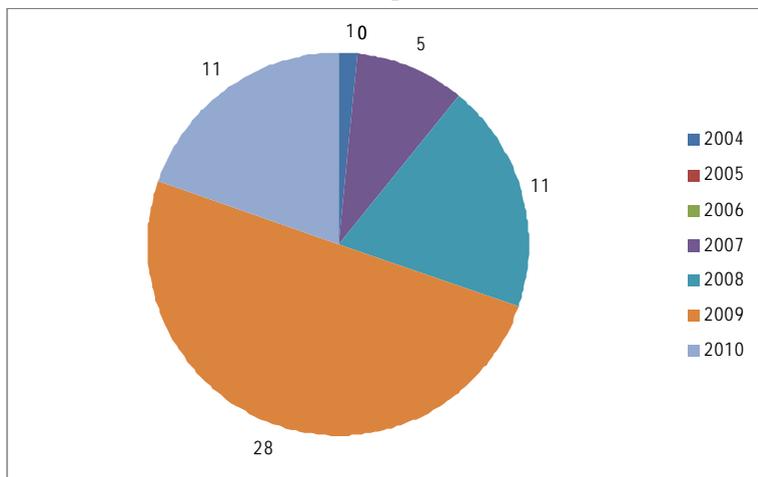
Fonte: gráfico elaborado pelo autor.

²² Site oficial da ALBA-TCP (www.alba-tcp.org) e portal da ALBA (www.alianzabolivariana.org).

A maior parte dos discursos foi obtida dos sites dos governos da Cuba (que apenas incluía discursos dos presidentes ou representantes cubanos) e Venezuela, que oferecem textos de versões taquigráficas ou desgravadas das alocações nas reuniões de cúpula. Ainda assim, a maioria dos que restaram foi obtida do Portal da ALBA, onde se oferecem notas da imprensa relativas às reuniões, incluindo citações textuais às intervenções dos mandatários.

Esta situação gera algumas questões que devem ser destacadas em relação à representatividade da amostragem. Previamente, deve ser sublinhado que o trabalho é fundamentalmente interpretativo, já que a importância da representação da amostragem é muito relativa. De qualquer modo, considera-se importante enfatizar o peso relativo dos dados analisados em relação ao conjunto dos discursos nas cúpulas da ALBA. Primeiramente, em relação à representatividade temporal da amostra, a grande maioria dos discursos obtidos corresponde aos últimos anos (o período 2007-2010), o que certamente pode aparentar ser um problema. De fato, a metade dos discursos obtidos corresponde ao ano 2009.

Gráfico 3. Discursos considerados por ano de realização.

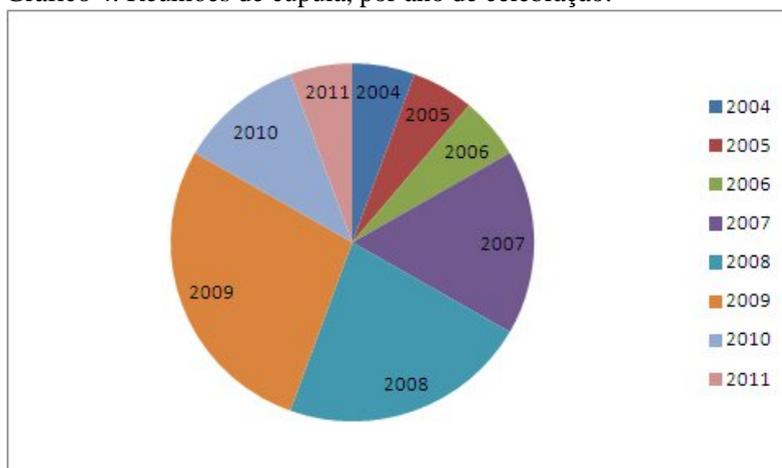


Fonte: gráfico elaborado pelo autor.

Porém, esse desequilíbrio deve ser comparado em relação ao aumento da quantidade de reuniões por ano, que inclui um máximo de encontros presidenciais no mesmo ano de 2009. O Apêndice A

apresenta uma lista das Cúpulas da ALBA consideradas na análise (só não foi considerada a XI Cúpula, celebrada em Caracas, em fevereiro de 2012). Também é necessário lembrar a evolução na quantidade de países que participam na ALBA, o que logicamente leva a um aumento nos discursos por reunião. Sendo assim, 2009 é o ano em que a ALBA chegou ao máximo, com nove países membros, descendo a oito, logo depois do golpe de Estado em Honduras.

Gráfico 4. Reuniões de cúpula, por ano de celebração.

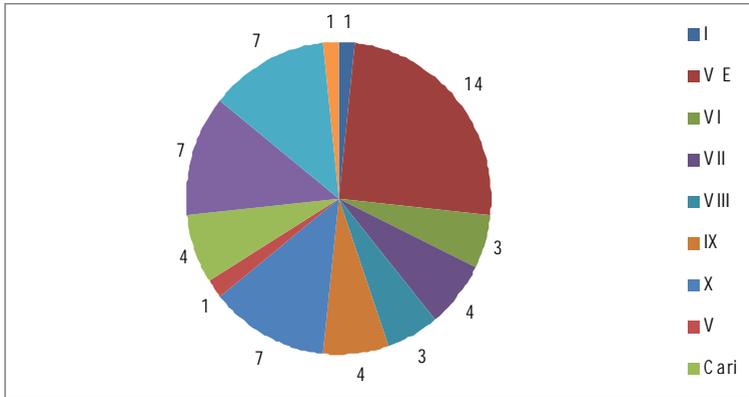


Fonte: gráfico elaborado pelo autor.

Dessa forma, ao observar a quantidade de discursos considerados por reunião, o desequilíbrio é bem mais razoável: a reunião que fica mais sub-representada (a V Cúpula), atinge somente a quarta parte dos discursos considerados.

Outra questão que pode levar a algumas dúvidas sobre a representatividade da amostragem de discursos obtida é em relação à quantidade de discursos correspondentes a cada líder. Como é esperável, a grande maioria dos discursos corresponde à Hugo Chávez, principal impulsor da ALBA. Porém, novamente, a sub-representação de discursos de mandatários e representantes da Venezuela e Cuba, atinge exclusivamente a quarta parte da amostragem no caso de Chávez. Além disso, novamente tem que ser dito que a situação é totalmente lógica, se levamos em conta que são os dois países fundadores da organização, seus únicos membros durante os primeiros anos e os anfitriões da maioria das reuniões.

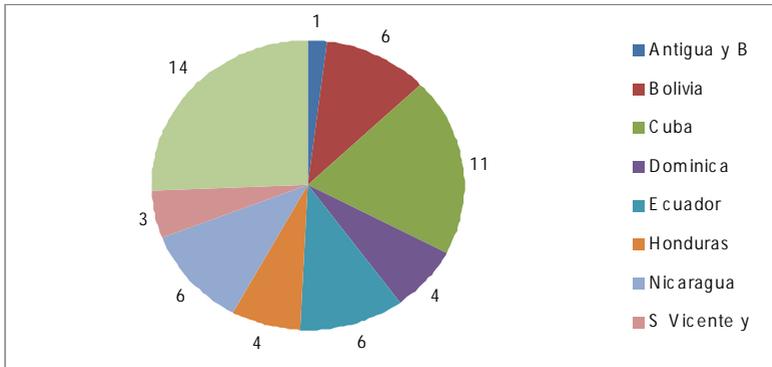
Gráfico 5. Discursos considerados, por número de reunião de cúpula.



Fonte: gráfico elaborado pelo autor.

Em conclusão, há duas coisas a ser consideradas em relação à amostra Primeiro, a amostra de discursos considerados é representativa dos países que participam da organização: não envolve grandes desigualdades em relação aos líderes efetivamente participantes nas reuniões de cúpula da ALBA, e as desigualdades mencionadas são consequentes da antiguidade e assiduidade da participação de alguns deles na organização. Segundo, a amostra não permite dar conta da evolução do discurso da ALBA, já que os discursos correspondentes às reuniões dos dois últimos anos aparecem sub-representados.

Gráfico 6. Discursos considerados, por país representado.



Fonte: gráfico elaborado pelo autor.

4.2 DISSECCANDO DISCURSOS

Uma vez conformada a amostra, passa-se a analisar os discursos, procurando neles as estruturas discursivas e os conceitos teóricos antes mencionados. O objetivo de fundo é interpretar esses discursos a partir da teoria da hegemonia de Laclau, particularmente o conjunto que compõem, considerado como uma unidade discursiva independente e unificada. Neste sentido, procura-se identificar procedimentos tendentes a articular equivalencialmente demandas, dicotomizar o espaço social na região, assinalar poderes antagonônicos e construir uma nova identidade popular, que faça emergir uma nova tentativa hegemônica, desafiante da hegemonia estadunidense. Isso envolve, ainda, a identificação de figuras e estruturas discursivas postuladas na teoria de Laclau: significantes vazios, significantes flutuantes, demandas democráticas, demandas populares, antagonismo, etc.

Para isso utilizou-se o programa de análise de dados qualitativos Atlas.ti (versão 6.3.2), um pacote informático de uso científico que desenhado para trabalhar no sistema operativo Windows, desenvolvido na Universidade Técnica de Berlim entre 1989 e 1992, e comercializado desde 1993. O Atlas.ti foi originalmente elaborado para a análise teórica a partir da “teoria fundada” (*grounded theory*) de Barney Glaser e Anselm Strauss (GLASER e STRAUSS, 1967), pelo que ainda é baseado em algumas das categorias metodológicas propostas por estes autores, particularmente a noção de código como âncora que permite identificar pontos dos fenômenos sociais desde onde construir a interpretação teórica. Ao igual que outros programas de análise de dados qualitativos, permite codificar textos, imagens, mapas e sons. Na pesquisa trabalhou-se exclusivamente com textos, identificando e relacionando neles as categorias mencionadas (novamente: significantes vazios, significantes flutuantes, demandas democráticas, demandas populares, antagonismo, etc.). O programa também permite o desenho de esquemas de análise, através dos quais são interpretados teoricamente os discursos (ver Desenhos, no capítulo seguinte).

O Atlas.ti simplifica o ordenamento dos dados, através de quatro unidades metodológicas: documentos, citações, categorias e *memos*. Primeiramente, os documentos consistem em cada uma das unidades textuais considerada. No caso, são 56 textos de discursos dos mandatários dos países da ALBA, emitidos em reuniões de cúpula, incluindo discursos completos, fragmentos e notícias da imprensa que citem textualmente passagens de discursos. Por exemplo, o Documento 1 corresponde ao discurso completo de Fidel Castro na primeira reunião

de cúpula da ALBA, no ano 2004. Como foi mencionado, a lista dos 56 textos é incluída no Apêndice B.

Em segundo lugar, as citações consistem em cada passagem de texto selecionada pelo pesquisador devido a seu interesse como dado empírico. Na pesquisa, foram identificadas e delimitadas mais de mil passagens. Cada citação é identificada com dois números, colocados entre parêntesis e separados por dois pontos, que referem ao número de documento (o primeiro) e ao número de citação (o segundo). Dessa forma, por exemplo, obtém-se a seguinte citação: “La solución del G-20 no resuelve tampoco la inequidad, las injusticias y la insostenibilidad que implica el sistema capitalista. [...]” (2:7). A citação corresponde ao discurso N° 2 (o discurso completo de Raúl Castro na V Cúpula extraordinária da ALBA), na 7ª passagem selecionada.

Por sua vez, cada citação é identificada com pelo menos uma categoria. As categorias podem ser de sentido teórico, metodológico ou temático. Na análise feita, trabalhou-se principalmente com categorias temáticas, correspondentes na sua maioria às demandas sociais incluídas no discurso bolivariano e aos atores envolvidos na constituição discursiva dos campos popular e antagônico. Considerou-se uma lista de 48 categorias. Em relação às demandas, as categorias incluem: pobreza, democracia, fome, educação, políticas sociais, socialismo, cristianismo, guerrilha, direitos humanos, igualdade social, minorias étnicas, movimentos sociais, união latino-americana, solidariedade, soberania, etc. Entre os atores, diferenciam-se aqueles associados ao campo antagônico (o imperialismo dos EUA, o capitalismo, a oligarquia, o sistema político, etc.) ou ao campo popular (os próprios presidentes, outros líderes do movimento bolivariano, os próceres históricos, “os povos” de cada país e “o povo” latino-americano e caribenho). Em cada caso a categoria é denominada com um único termo, que, logicamente, nem sempre aparece textualmente mencionado de igual forma de uma citação à outra. Assim, voltando ao exemplo da citação (2:7), ela é identificada com a categoria capitalismo. As categorias com mais citações são o imperialismo dos EUA, líder, povo, solidariedade, economia alternativa, minorias étnicas e união latino-americana, todas as quais são tipificadas para mais de 35 citações.

Finalmente, uma vez feita a categorização de todas as citações, passa-se a trabalhar na sua interpretação teórica, através da ferramenta dos *memos*. Estas unidades permitem ligar categorias e citações, estabelecendo ainda o sentido explicativo desses vínculos e permitindo a criação de diagramas de visualização das relações lógicas estabelecidas pelo pesquisador. Na pesquisa, primeiramente observou-se a forma na

qual manifesta-se o vínculo entre atores do campo antagônico e as demandas, para dessa forma dar conta da constituição no discurso bolivariano de uma relação de antagonismo de face a um inimigo poderoso. Identificou-se para cada demanda uma citação na qual sua insatisfação seja atribuída a um ator, chamando a estas expressões como “expressão antagônica da demanda” ou mais simplesmente “demanda antagônica”. Com o conjunto desses atores delimitou-se um campo antagônico. Também observaram-se as relações estabelecidas no discurso entre estes atores, verificando que, em última instância, a responsabilidade última pela orquestração deste campo recai sobre os Estados Unidos. Posteriormente, se identificaram outras formas de expressão das demandas, como demandas democráticas e como demandas populares; ou seja, no primeiro caso, sua expressão isolada, e, no segundo caso, sua expressão articulada equivalencialmente. De igual forma também foram categorizados os possíveis significantes vazios, catalogando aqueles significantes aos quais eram atribuídos diferentes significados em diversas passagens. Particularmente procurou-se constatar os significantes mais recorrentes, chegando-se à conclusão lógica de que o significante que hegemoniza e nomeia à cadeia equivalencial é o próprio bolivarianismo.

Dessa forma, o Atlas ti permite trabalhar unificadamente, num mesmo programa, com uma grande quantidade de dados. As codificações de passagens dos discursos e o estabelecimento de relações lógicas entre elas facilita o trabalho sistemático na hora da análise.

5 TOPOLOGIA DO DISCURSO BOLIVARIANO

5.1 A DICOTOMIZAÇÃO DO ESPAÇO HEMISFÉRICO

5.1.1 O antagonismo perante o imperialismo estadunidense

Seguindo a Teoria do Discurso de Laclau, e, particularmente, o esquema teórico formulado em *A razão Populista*, postula-se que uma tentativa de construção populista de uma nova hegemonia, que desafie à hegemonia já institucionalizada, inicie-se com um duplo passo, apenas distinguível no nível analítico. Por um lado, a dicotomização do espaço social e o estabelecimento de uma relação de antagonismo de um conjunto de demandas insatisfeitas perante o poder ao qual se atribui a responsabilidade pela situação de insatisfação. Por outro lado, a articulação equivalencial entre as demandas insatisfeitas. Nesta seção observa-se o modo como o discurso bolivariano estabelece um antagonismo perante o Imperialismo dos EUA e tenta dicotomizar o espaço hemisférico.

Algumas vezes, o alvo do antagonismo nos discursos também são figuras internacionais associadas aos EUA: os governos de Colômbia e Costa Rica (considerados aliados daquele país na região), países europeus, ou o presidente estadunidense George W. Bush (2001-2009). Outras vezes são atores nacionais: a oligarquia, os governos anteriores, empresários. E outros elementos de tipo abstrato, como o capitalismo ou o neoliberalismo. Mas, em todos os casos, estes atores aparecem no discurso como meros intermediários, ligando sempre em última instância as situações de carência e insatisfação de demandas ao imperialismo estadunidense.

Lembre-se que o antagonismo tem, principalmente, um sentido performativo, que explica a posterior articulação equivalencial:

una cadena equivalencial debe ser mediante la *catexia* de un elemento singular: porque no estamos tratando con una operación conceptual de encontrar un rasgo común abstracto subyacente en todos los agravios sociales, sino una operación preformativa que constituye la cadena como tal. (LACLAU, 2010, p. 126).

No discurso bolivariano, esse elemento singular é o imperialismo estadunidense. É amplamente reconhecido o caráter anti-imperialista e anti-ianque do discurso bolivariano, ao menos no caso de

Chávez (GONZÁLEZ URRUTIA, 2006; JÁCOME, 2007). Particularmente, em relação à ALBA, como já foi explicado, a origem da proposta fica na oposição ao ALCA. De fato, a sigla do acordo bolivariano parafraseia o projeto de área de livre comércio. Esse dado já é suficiente para dar conta do alvo do antagonismo no discurso chavista.

Observa-se que o alvo não são os EUA como país (nem muito menos como povo). Eventualmente, pode ser o governo dos EUA, o neoliberalismo promovido por esses governos na região, ou os políticos latino-americanos que mantiveram boas relações com os EUA. Mas o verdadeiro antagonismo é perante a política hegemônica estadunidense para o continente e boa parte do mundo, denominada no discurso bolivariano “o imperialismo dos EUA”, o qual durante o período neoliberal é representado pelo ALCA. Lembre-se que o ALCA era um projeto hemisférico de criação de uma área de livre comércio “desde Alaska até Terra do Fogo”, o que reflete seu caráter essencialmente capitalista e neoliberal. Afirma Evo Morales na IV Reunião Extraordinária:

queridos presidentes, si no hubiera habido movimientos sociales contra el ALCA, y presidentes que acompañaban esa lucha contra el ALCA, ¿qué hubiera sido de nuestros países, de nuestras naciones, de nuestros movimientos sociales, de la gente pobre? Y con gran inteligencia, sabiduría, nuestro presidente, compañero Hugo Chávez plantea ALBA contra el ALCA, y hemos empezado a liberarnos el papel del Estado en la economía en los distintos países de Latinoamérica. (35:22).

A oposição ao ALCA envolve o antagonismo ao imperialismo dos EUA, atingindo três dimensões deste. Primeiramente, sua dimensão geopolítica, isto é, a ideia de Pan-Americanismo como nível de organização político internacional continental, onde se compartilham interesses e identidades entre todos os países. Segundo, atinge a dimensão econômica do imperialismo estadunidense, ou seja, a defesa do capitalismo e do neoliberalismo, e, particularmente, a abertura externa e a redução das funções do Estado. Terceiro, sua dimensão sócio-política, onde o projeto hegemônico sustenta-se na liderança moral e intelectual dos EUA. Essa dimensão abarca também a defesa da democracia representativa como a única forma válida de organização

política.²³ O antagonismo perante o imperialismo dos EUA permite ao discurso bolivariano articular exitosamente desde sua origem com a tradição castrista (o que permite uma diferenciação positiva em relação a outras experiências de populismo nacionalista e militarista). Na I Cúpula da ALBA Fidel Castro afirma “Hoy la crisis que atraviesa el mundo [...] es también global. Por ello, tal sistema imperial y el orden económico que ha impuesto al mundo son insostenibles.” (1:36).

Além do caráter expositivo deste antagonismo, o presente bloco envolve dois desafios teóricos. Primeiro, mostrar que a retórica anti-ianque do discurso bolivariano tem um papel performativo fundamental no processo de construção hegemônica: articular equivalencialmente, perante o mesmo inimigo comum, uma diversidade de demandas previamente isoladas (isoladas conceitualmente ou geograficamente, ou seja, referidas a um particular país). Segundo, mostrar que, na dimensão internacional da hegemonia bolivariana, o ‘elemento singular’ referido por Laclau na última citação, ao qual é conferida a responsabilidade pelo descontentamento popular, é o imperialismo dos EUA. Este consegue condensar a diversidade de atores e sistemas aos quais é atribuída a insatisfação das diversas demandas, cumprindo a função do significante que abarca diversos significados para diferentes setores do coletivo.²⁴ Isso constitui uma diferença com a dicotomização populista do espaço pelo chavismo no nível nacional, onde esse papel é cumprido pela oligarquia (ACOSTA ESPINOSA, 2004) ou o *establishment* político (LACLAU, 2006a).

É interessante observar que esse potencial articulador do discurso anti-ianque é contemplado por alguns analistas do Chávez, mesmo sem recorrer à teoria populista de Laclau:

Los líderes son aquellos que logran penetrar en el imaginario y las expectativas de la gente, no por su posición política sino porque interpretan las

²³ Embora isso não fique necessariamente incluso na proposta do ALCA, faz parte dos conteúdos do pan-americanismo nas décadas de 1990 e 2000. Exemplo disso é a mencionada Clausula Democrática discutida na III Cúpula das Américas, celebrada em Quebec em 2001, e que derivou na Carta Democrática Interamericana aprovada na OEA no mesmo ano. A iniciativa foi amplamente discutida pelo governo de Chávez, que reclamava a inclusão de referências à “democracia participativa”.

²⁴ “Podría decirse que hay consensación cada vez que un solo significante nos induce al conocimiento de más de un significado; o más simplemente: *cada vez que el significado es más abundante que el significante.*” (TODOROV, 1977, p. 291 *apud*. LACLAU e MOUFFE, 1989, p. 12).

aspiraciones de los pueblos. En ese sentido, Chávez interpreta muy bien a la elite latinoamericana que proviene de los viejos movimientos revolucionarios de los 60. Ha tenido la osadía de oponerse abiertamente a EEUU, lo que le ha ganado la simpatía de todas las elites cansadas de la arrogancia de ese país. (LAGOS, 2006, p. 96).

No seguinte bloco, ao analisar a variedade de demandas articuladas pelo discurso bolivariano, pode se perceber melhor que para cada uma delas surge uma expressão antagônica com relação ao inimigo poderoso, ao que se atribui a situação de insatisfação ou carência. Pelo momento, acredita-se que seja suficiente exemplificar o antagonismo postulado perante o imperialismo dos EUA e a tentativa de dicotomização do espaço em relação a três demandas: a demanda pela solução das situações de carência social na América Latina (entre as quais se inclui a fome, a pobreza e o subdesenvolvimento); a demanda pela soberania energética; e a demanda pelo respeito à soberania (que envolve o respeito ao Estado de direito, o direito à autodeterminação dos povos e a reclamação pelas ingerências e agressões dos EUA). Para isso, se apresentam alguns discursos nos quais se observa o modo como o discurso bolivariano enuncia estas demandas, e aponta aos EUA como principal responsável pela sua insatisfação. Deve-se levar em conta que no próximo bloco, no qual se expõe a articulação de demandas numa cadeia equivalencial, aprofundar-se-á na expressão destas mesmas reclamações como demandas democráticas e populares. Neste ponto, apenas se apresentam exemplos do estabelecimento do antagonismo perante o imperialismo dos EUA e a dicotomização do espaço.

5.1.2 A insatisfação das necessidades socioeconômicas

O primeiro exemplo destes procedimentos discursivos é a demanda de ajuda aos países pobres, para superar situações socioeconômicas de carência extrema. Uma destas situações é representada pela fome. A primeira Reunião Extraordinária da ALBA foi convocada no contexto da crise alimentar que ameaçou ao mundo em 2008, como uma possível consequência da crise econômica mundial, quando os preços internacionais dos alimentos começaram a aumentar acelerada e surpreendentemente. Nesse contexto foi subscrito o Acordo para a

Implementação de Programas de Cooperação em matéria de Soberania e Segurança Alimentar.

Nos discursos dessa reunião se atribui triplamente a situação aos EUA. Primeiramente, pelo desenvolvimento de programa de produção de etanol com alimentos, que faz subir os preços internacionais.²⁵ Segundo, junto com o resto dos países ricos, é indicado como responsável pelo desmantelamento dos sistemas de produção agrícola nos países pobres, devido à competência desleal causada pelos subsídios que aplicam a sua produção própria. Terceiro, é negligente, ao permitir situações de fome, dedicando quantidades muito pequenas de dinheiro à cooperação internacional. Esta passagem da intervenção de Ortega nessa reunião é categórica ao respeito:

Según la FAO, en el período 2007-2008, los países pobres pagarán o pagaron 57 por ciento adicional por alimentos [...]. Y este norteamericano, [Robert] Zoellick, ahora también descubre, estando al frente del Banco Mundial, que el uso de los alimentos para convertirlos en combustible es una de las principales causas del incremento de los precios, y entra en contradicción con el actual secretario del tesoro de los Estados Unidos, que tiene lógicamente la posición de defender el utilizar los alimentos para convertirlos en combustible, para con ello cubrir la demanda de los países desarrollados, cuyos Gobiernos nos tienen impuesta la tiranía del capitalismo global, esa tiranía que es la que nos venía repitiendo y venía imponiendo en nuestros países a través de los organismos internacionales, a través del mismo Fondo Monetario, a través de las políticas del Banco Mundial, etc. Venían imponiendo que ya deberíamos olvidarnos de producir alimentos, los latinoamericanos, los caribeños, los países en vía de desarrollo, que lo mejor era comprarles los alimentos a ellos, alimentos subsidiados por los europeos y por los norteamericanos. (40:4).

Além da questão dos subsídios, a atribuição das situações de carência aos países ricos, e, particularmente, aos EUA também é

²⁵ Em outra ocasião Chávez refere-se a “el etanol ese que dice Bush, que va acabar con el maíz y con los alimentos” (24:1).

argumentada a partir do escasso dinheiro por eles destinado à assistência humanitária:

Los países desarrollados han destinado no menos de 8 millones de millones de dólares para rescatar la estructura financiera que se ha desplomado. Son los mismos que no cumplen con destinar pequeñas cifras para alcanzar las metas del milenio o el 0,7% del PIB para la ayuda oficial al desarrollo.” (31:10 e também declaração final da V Reunião Extraordinária).

Essa questão é dramaticamente ilustrada no caso da fome no Haiti:

Otra idea, ¿por qué estas crisis, por qué este incremento de los precios en un mundo donde hay tierras, donde hay agua, donde hay recursos?, bueno por un orden económico internacional injusto, [...]. Estados Unidos invierte más de 500 mil millones de dólares al año para hacer guerras y preparar guerras, el 10 por ciento son 50 mil, el uno por ciento es 5 mil millones de dólares, el 0,5 por ciento es 2 mil 500 millones de dólares, sobre el 0,5 por ciento del presupuesto de guerra de los Estados Unidos para que no haya hambre en Haití. (41:3).

A menção do caso do Haiti, repetida em outros discursos, é especialmente interessante por ser um primeiro exemplo do que na dissertação é chamado articulação com uma demanda-país-como-particularidade. Haiti aproximou-se à ALBA durante o governo de René Preval: assina acordos com Cuba e Venezuela, integra o programa Petrocaribe e o programa de alfabetização. Também participou da V Reunião da ALBA, na qual Chávez aproveitou para lançar a seguinte proposta: “Y creo que allá en Haití habrá que hacer una refinería, no tienen ninguna refinería para llevar petróleo; refinarlo allá y darle valor agregado al crudo.” (24:12). Ou seja, há uma intenção de integrar o país à ALBA. Além disso, também deve-se levar em conta que o Haiti é o único país da região onde a fome é um problema verdadeiramente generalizado faz tempo, o que também é sublinhado nos discursos: “Leo: ‘En Haití están comiendo galletas de barro’, esto es una noticia que anda circulando, porque no hay nada más para comer. AP, ésta es la *Associated Press*.’ (39:2). Então, a sua menção no contexto de uma

reunião para abordar o assunto dos preços dos alimentos é interpretada como uma tentativa de articulação com uma demanda-país-como-particularidade, oposta antagonicamente aos EUA (país que, além de tudo, havia invadido Haiti em 1994, ocasião que gerou a saída de Aristide do governo).

Estima-se que este primeiro exemplo da construção do antagonismo através da atribuição da insatisfação de uma demanda aos EUA é ilustrativo do esquema proposto por Laclau:

La falta, como hemos visto, está vinculada a una demanda no satisfecha. Pero esto implica introducir en el cuadro la instancia que no ha satisfecho la demanda. Una demanda siempre está dirigida a alguien. Por lo cual nos enfrentamos desde el comienzo con una división dicotómica entre demandas sociales insatisfechas, por un lado, y un poder insensible a ellas, por el otro. (LACLAU, 2010, p. 113).

5.1.3 A soberania energética e o poder dos EUA

A segunda demanda utilizada para exemplificar o estabelecimento do antagonismo perante os EUA é a do direito à soberania energética. Logicamente, é um assunto muito importante na história da América Latina, e, particularmente, de países produtores de petróleo e gás como a Bolívia, Equador e Venezuela. Algumas das maiores tensões históricas entre os EUA e os países da região estiveram ligadas à nacionalização do setor (desde a nacionalização do petróleo mexicano, em 1938; até a suspeita de assassinato do presidente equatoriano Roldós em 1981, quando planejava mudanças no setor). Por outro lado, mais recentemente, as reformas neoliberais significaram uma enorme perda de soberania sobre o setor, já que muitas das empresas nacionais de petróleo da região (NOI, pela sigla em inglês *National Oil Companies*) foram privatizadas, viraram empresas mistas, ou estabeleceram associações com privadas.

O descontentamento popular generalizado gerado durante esse período neoliberal é frequentemente assinalado como uma das principais fontes do apoio dos governos bolivarianos (CASTAÑEDA, 2006; SIMOES REIS e MARCELINO VIEIRA, 2008; CHAGUACEDA e CILANO, 2011). Efetivamente, as questões da soberania, seguridade e solidariedade energéticas assentam um dos tópicos mais recorrentes do discurso bolivariano. Isso se manifesta na

subscrição de vários acordos: o projeto Grannacional ALBA-Energia e o Tratado Energético da ALBA (ambos de 2007). Logicamente, isso corresponde ao fato de que a energia é um dos principais recursos com os quais a Venezuela conta para exercer sua influência. Mas também há de se considerar outras questões, como a importância que a produção de petróleo tem em outros países da ALBA (Equador e Bolívia), e a sensibilidade criada na região em relação às incertezas com relação aos preços e a seguridade no subministro durante as décadas de 1990 e 2000, a partir das privatizações no setor e da volatilidade dos preços, respectivamente. Nessa linha, Chávez explica o seguinte raciocínio:

Lo que pasa es que tanto Bolivia como Venezuela éramos colonia. ¿De quién?, de las transnacionales comandadas o dirigidas por el imperio. [...]. Nosotros hemos roto viejos contratos con las transnacionales que los gobiernos anteriores habían firmado en Venezuela, para explotar el gas y llevárselo; todo se lo iban a llevar, no había ningún compromiso, ni siquiera para el mercado interno venezolano. (24:3).

A citação é sumamente interessante. Primeiro, mostra o antagonismo perante os EUA (o ‘Império’), indicado como responsável pela perda de soberania sobre a produção petrolífera, assim como no exemplo anterior era responsável pela fome e a subida de preços dos alimentos. Mas o mais importante, explicita o procedimento pelo qual o discurso bolivariano condensa os diversos atores, aos quais, podem ser atribuídas as situações de insatisfação no “imperialismo dos EUA”. Assim, na citação são mencionadas também como responsáveis as transnacionais (que não tem porque ser necessariamente estadunidenses) e os governos anteriores (um dos princípios alvos do discurso neopopulista segundo alguns autores, por exemplo GRATIUS, 2007). Todavia, estes atores aparecem referidos ao “Império”, significante que condensa a fonte de descontentamento:

el populismo supone la división del escenario social en dos campos. Esta división presupone [...] la presencia de algunos significantes privilegiados que condensan en torno de sí mismos la significación de todo un campo antagónico (el ‘régimen’, la ‘oligarquía’, los ‘grupos dominantes’, etc., para el enemigo; el ‘pueblo’, la ‘nación’, la ‘mayoría silenciosa’, etc.

para los oprimidos –cuáles de estos significantes van a adquirir ese rol articulador va a depender, obviamente, de una historia contextual-). (LACLAU, 2010, p. 114).

No plano interno da política nacional o alvo do antagonismo no discurso de Chávez é a oligarquia (ACOSTA ESPINOSA, 2004) ou as elites políticas anteriores (LACLAU, 2006a). Esse discurso mostra-se eficiente para o estabelecimento do antagonismo interno e a dicotomização do espaço nas sociedades nacionais. Mas, no contexto da tentativa de construção de uma hegemonia internacional, tem que haver um deslocamento na identificação do ator principal na construção do campo antagônico, que leva a destacar a oposição perante o imperialismo dos EUA. Como foi dito, tem que ser um ator único e reconhecível como fonte de descontentamento pela heterogeneidade que se pretende que fique contemplada na cadeia equivalencial. Essa heterogeneidade envolve os governos e as sociedades de países tão diferentes como Venezuela, Nicarágua e Dominica. E isso sem contar a intenção de estender a cadeia a outros países que ainda não integram a ALBA.

Mesmo que os discursos contemplem nesse campo antagônico essa diversidade de atores (a oligarquia, as elites políticas dos governos anteriores, os países desenvolvidos, a União Européia, e os governos latino-americanos considerados aliados aos EUA, como os da Colômbia, Costa Rica e México) e mecanismos (o capitalismo, o neoliberalismo e o colonialismo), geralmente, junto à menção a estes atores há um procedimento de deslocamento, pelo qual o antagonismo acaba radicando no significante “imperialismo dos EUA”. A condensação do antagonismo num único inimigo é um ponto fundamental para Laclau:

la identidad del enemigo también depende cada vez más de un proceso de construcción política. [...] una lucha popular implica la equivalencia entre todas las luchas parciales, y en ese caso el enemigo global a ser identificado pasa a ser mucho menos evidente. (LACLAU, 2010, p. 114).

Como é sabido, a partir da teoria da Dependência, na América Latina não é possível explicar o poder das elites oligárquicas sem levar em conta a relação dos países da região com as metrópoles (ou potências centrais), nem vice-versa (CARDOSO e FALETTA, 1974). Isso em parte, devido às diferentes situações dos diferentes países da

região (mesmo também destacadas pela teoria da dependência, na sua proposta de tipologia das sociedades latino-americanas).

Contrariamente a essa hipótese, alguns analistas opinam que “La polarización creada en Venezuela por el liderazgo populista podría entonces convertirse en una polarización regional.” (PARAMIO, 2006, p. 72). Mas, nesse caso, o êxito do projeto hegemônico bolivariano ficaria estreitamente ligado à expectativa da repetição da ruptura populista perante os anteriores poderes nacionais em todos os países da região. Essa ideia considera-se teoricamente improvável, além de ausente nos discursos analisados, já que a polarização face à oligarquia ou ao sistema político não pode fundamentar um antagonismo com o qual diversas sociedades e governos da região potencialmente podem se identificar. Tem que levar em conta a diversidade de estruturas de classe e sistemas políticos nos diversos países. Como exemplo, lembrando-se da heterogeneidade do giro à esquerda, a extensão do antagonismo perante o sistema político anterior é difícil em países como Brasil, Chile ou Uruguai, onde a dimensão institucionalista predominou em relação ao momento de ruptura, e há poucos elementos populistas (LACLAU, 2006a, p. 60).

A diferenciação entre os projetos hegemônicos nos níveis nacional e regional fica ligada à procura de um antagonismo que potencialmente contemple uma diversidade de casos nacionais de maior heterogeneidade possível. O discurso bolivariano procura integrar na mesma hegemonia particularidades tão diversas como Chile e Nicarágua. Dessa forma, o projeto hegemônico bolivariano não fica prisioneiro da generalização da ruptura populista à totalidade dos países que espera incluir. Mais simples é remeter essa polarização à relação da região com os EUA.

Este esforço por condensar o descontentamento popular de diversas sociedades da América Latina e do Caribe em torno do imperialismo estadunidense é uma prática discursiva fundamental para compreender como o bolivarianismo consegue articular uma enorme diversidade de demandas (o que se expõe na seção seguinte).

Além da questão da soberania sobre os recursos energéticos dos países produtores, a relação dos governos anteriores com os EUA também é identificada como a responsável pela ausência de estabelecimento de vínculos solidários com os países da região durante o período neoliberal. Nesta linha argumentativa, Chávez explica que “Venezuela estuvo exportando petróleo, [...], pero nunca Venezuela se acordó que ahí estaban los hermanos del Caribe. Es que Venezuela era

una colonia del imperio norteamericano.” (55:25). Em outra reunião, acrescenta:

No se había podido hacer esto antes tampoco, porque las decisiones aquí se tomaban en Washington, sobre nuestro petróleo. En 90 años de explotación petrolera venezolana, por primera vez llegó un barco venezolano al río de La Plata, hace un año [...]. (24:6).

Dessa forma, a formulação do antagonismo perante os EUA a partir da demanda pela soberania sobre os recursos energéticos vai além dos países donos dos recursos energéticos. Também atinge situações de insatisfação e carência em países dependentes destes recursos. A citação anterior exemplifica isso a partir da demanda pela solidariedade regional. Mas além da cooperação, a questão atinge também a quem compra o petróleo no mercado internacional. Na verdade, o maior problema fica ligado justamente com os países, que mesmo não sendo pobres, dependem dos hidrocarbonetos da região como fator geoestratégico que permita superar incertezas em relação à capacidade de satisfazer a demanda dos polos de desenvolvimento industrial. Dessa forma, podemos ir além da questão do puro antagonismo, para adiantar parte do esquema que se aprofunda na seção relativa à articulação equivalencial de demandas.

Vejamos o exercício de articulação de Chávez, durante a I Reunião Extraordinária, durante a qual se aprova uma declaração de solidariedade com Bolívia diante dos conflitos pela tentativa separatória de algumas províncias:

lo que quieren es partir a Bolivia siguiendo indicaciones, y siguiendo y jugando su papel en el nefasto plan imperialista. [...] Cumbre para acordar solidaridad plena con Bolivia ante este plan imperial, hay que ratificarlo, es un plan del imperio norteamericano. [...].Petróleo, qué casualidad, es allí en esos territorios donde se plantea la separación, como bien lo explicaba Evo, detrás de la máscara de la autonomía está el plan separatista para crear un nuevo Estado que nosotros jamás reconoceríamos. [...] No es ninguna casualidad, es el imperio desesperado buscando retomar el control como lo tuvieron en Bolivia durante mucho tiempo, ha llegado Evo y nacionalizó la actividad energética en Bolivia como nosotros aquí en Venezuela. Yo le he

comentado a unos buenos amigos en Suramérica, al presidente Lula por ejemplo le comentaba, a Lula le decía hablando del tema de Bolivia, “nadie va a creer que si el imperio desestabiliza a Bolivia también es un plan contra Brasil”, el imperio quiere frenar la integración de Suramérica y ha escogido como blanco ahora a Bolivia, golpear a Bolivia es golpear al corazón geopolítico de Suramérica, no quieren que nazca esta gran patria, América Latina y el Caribe. Yo estoy seguro de que si Bolivia fuese desestabilizada y ocurriese lo que Fidel - alertándonos a todos-, llama una tragedia, el gas que fluye desde allí, desde esa región hacia Río de Janeiro, hacia San Pablo y que sostiene gigantescas industrias del complejo industrial brasileño, lo más seguro es que ese gas se detenga y entraría en crisis Brasil, [...] y lo mismo pudiera pasar con Argentina. Los que sabemos algo del tema energético, porque es por obligación, incluso lo hemos estado estudiando, sabemos que, como la presidenta Cristina lo ha dicho, hay una situación de altísima fragilidad energética en el Cono Sur, y el equilibrio tan inestable lo sostiene Bolivia, el gas de Bolivia está sosteniendo con grandes dificultades el ritmo de crecimiento de Brasil, de Argentina y de Chile en parte. Así es que si el imperio golpea a Bolivia y la desestabiliza estaría desestabilizando al Cono Sur completo (Brasil, Argentina, Chile). (44:20-22).

Neste caso, a citação permite acrescentar um ponto da análise, apresentando uma dupla articulação. Por um lado, a articulação de três demandas particulares, perante a ameaça de sua insatisfação pelo Imperialismo dos EUA: as demandas da sociedade boliviana pela soberania energética; e pela soberania e estabilidade política (ou seja, pela não ingerência dos EUA em assuntos internos); e as demandas dos vizinhos, consumidores dos recursos energéticos bolivianos, pelo direito ao desenvolvimento, também ameaçado pelos EUA. Por outro lado, a articulação de demandas de vários países sul-americanos, que são dessa forma introduzidos no esquema como outra forma de particularidade: Bolívia, Argentina, Brasil e Chile têm necessidades e demandas diferentes, mas que são articuladas no discurso diante da ameaça dos

EUA. Assim, o antagonismo permite esboçar linhas de articulação de demandas e construção da hegemonia além do bloco bolivariano da ALBA, colocando neste caso num nível de “universalidade sul-americana” os interesses que num começo aparentam ser exclusivos dos países da ALBA.

No final desse discurso Chávez insiste, a partir do antagonismo perante os EUA, na articulação entre as demandas pela soberania energética e pela não ingerência nos assuntos internos dos países:

Golpe contra Venezuela, petróleo; invasión contra Irak, petróleo; agresiones y amenazas contra Irán, petróleo; golpe imperialista y desestabilización contra Bolivia, gas, petróleo, energía. Es el imperio y debemos darnos cuenta. (44:26).

5.1.4 Agressões e ingerências dos EUA

Esta articulação já permite passar à terceira e última demanda que exemplifica a construção de antagonismo: a demanda pela soberania e a reclamação pela não ingerência dos EUA nos assuntos internos dos Estados. Em relação a este ponto, a atribuição da responsabilidade à potência acaba sendo uma direta acusação, insistindo ainda na ligação com a oposição política no nível nacional:

Estados Unidos financia, con millones y millones de dólares, los movimientos separatistas de Bolivia. Allá fueron a reunirse, a Washington, como los de aquí también van allá a reunirse. Los golpistas y los fascistas de aquí son financiados por Estados Unidos, por el Gobierno imperialista de los Estados Unidos. Por eso es que nosotros tenemos que denunciar al imperialismo y unirnos en la lucha contra esa amenaza para nuestros pueblos, el imperio norteamericano, y tenemos que hacer todo lo posible para que en los próximos años caiga el imperio norteamericano [...]. Desde aquí desde el ALBA decimos: ¡Abajo el imperio norteamericano! (55:5).

Os discursos dos mandatários da ALBA identificam os EUA como o principal responsável pela instabilidade política que, historicamente, caracteriza a região: “Quieren una América Latina en un

estado de inestabilidad, que es lo que han provocado históricamente los gobernantes norteamericanos” (12:4).

No conjunto dos discursos, se destaca a responsabilidade dos EUA numa variedade de situações que envolvem ameaças e tentativas de derrubamento do Estado de direito em vários países da região (muitas delas citadas no Capítulo I). Isso inclui ações militares, como a invasão de Praia Girón em Cuba em 1961 e a operação PBSUCCESS que inicia o golpe de Estado em Guatemala em 1954 (discurso de Raúl Castro na V Reunião Extraordinária), a invasão a Granada em 1983 e o apoio ao Plano Colômbia (discurso de Ortega na VI Reunião) entre 2000 e 2009, e a invasão ao Panamá em 1988 (discurso de Ortega na VIII reunião). Também são mencionadas ações terroristas, como a explosão do avião da empresa Cubana de Aviação em Barbados em 1976 (o maior atentado terrorista da história da América Latina) (Raúl Castro na V Reunião Extraordinária); o apoio e financiamento a ações de grupos subversivos, como os *Contras* em Nicarágua na década de 1980 (Ortega na VI Reunião). Acrescenta-se também as referências ao bloqueio a Cuba (Fidel Casto na I Reunião) e ações bélicas dos EUA em outras regiões do mundo, como a Guerra de Vietnã (Fidel Casto na I Reunião), as invasões a Afeganistão e Iraque (Ortega na VIII Reunião) e o apoio à secessão de Kosovo de Sérvia.

Como se apresenta na seguinte seção, a demanda pelo fim das agressões e ingerência dos EUA é uma reclamação histórica na América Latina. A mesma aparece ligada a setores políticos nacionalistas ou de esquerda, assim como àqueles mandatários que tentaram realizar reformas profundas ou mudanças revolucionárias. Os discursos postulam uma continuidade entre estas ações, e acusações de tentativas atuais de desestabilização dos governos da ALBA. Depois de repassar alguns dos antecedentes mais obscuros da política exterior dos EUA, Ortega afirma: “se han caracterizados por ser terroristas, por ser desestabilizadores, [...] a lo largo de la historia y en los últimos tiempos en las relaciones de ese capitalismo global encabezado por Estados Unidos” (12:10). E Morales concorda denunciando que “El imperialismo estadounidense utiliza diversas estrategias para debilitar los procesos de liberación social que comenzaron a germinar en América Latina” (21:8). Dessa forma, a demanda histórica é atualizada perante a própria tentativa bolivariana de construção hegemônica. O antagonismo permite ao bolivarianismo se adiantar em direção a sua ambição de universalidade (o inimigo de todos e sempre, agora aponta contra a ALBA):

Evo Morales: [...] ésa es la lucha histórica, siempre el imperio mediante la embajada eran enemigos externos dentro de Bolivia y esa lucha por eso continúa. Ha habido en algún momento, por ejemplo en el 2002, cuando yo fui por primera vez candidato a la presidencia, el ex embajador de Estados Unidos decía: “No voten por Evo Morales”.

Hugo Chávez: ¿En el 2002?

Evo Morales 2002.

Presidente Chávez Al mismo tiempo que el embajador de los Estados Unidos aquí estaba sentado en primera fila y era el que más aplaudía y lanzaba hurras al tirano que se auto juramentaba.

Evo Morales Y en Bolivia decía ese embajador, “Evo es el terrorista andino, es el Bin Laden andino”, y los productores de coca eran los “talibanes”, el mismo embajador decía: “No voten por Evo Morales. (43:8).

Voltando brevemente à questão da diversidade de inimigos, e sua condensação num único significante, é razoável pensar que os atores internos ficam subestimados ao colocar sistematicamente a causa final das tentativas desestabilizadoras no imperialismo estadunidense. Mas, como já se afirmou, esse é o mecanismo pelo qual o estabelecimento do antagonismo consegue gerar hegemonia no nível internacional. Se a responsabilidade fosse atribuída aos atores internos, a diversidade de situações de um país ao outro impossibilitaria o estabelecimento de laços equivalenciais. A oligarquia, o setor empresarial, a oposição, os governos anteriores, o sistema político tradicional e os meios de comunicação massivos são diferentes de um país ao outro. E não só são diferentes por serem atores nacionais, como também são de naturezas diversas em cada país, devido a elementos históricos e sociais diferentes. Até os militares, que eventualmente ficam envolvidos nas tentativas desestabilizadoras, também variam de um país ao outro. Quando tem algo em comum, o fator partilhado remete aos EUA, como, por exemplo, sua formação na Escola das Américas no Panamá. Na seguinte citação observa-se uma prática de condensação na construção do campo antagônico em relação ao golpe de Estado de 2002 contra o governo de Chávez:

Tengan en cuenta que aquí en Venezuela hace 5 años, 6 años ya, el imperio con toda su fuerza, los

empresarios coaligados, los grandes empresarios con toda su fuerza, banqueros incluidos, más de 100 militares, generales y almirantes que se prestaron a la traición contra su propia patria, la traición a la patria, sindicatos amarillos, todos los medios de comunicación, poderosas cadenas de televisión, de radio y de prensa se aliaron, todos los partidos políticos del pasado se aliaron todos, no quedó uno solo por fuera, y derrocaron este gobierno, es cierto, pero sólo que a las 24 horas el pueblo rodeó este Palacio y los soldados que son pueblo y [...] los soldados conscientes se abrazaron con su pueblo y de aquí salieron corriendo los oligarcas que pretendieron instalar aquí una dictadura subordinada al imperio norteamericano, que no lo olviden los que siguen pensando en cualquier parte de esta nuestra América en barrer o golpear o tumbar gobiernos legítimos. (44:12).

O discurso envolve uma dicotomização do espaço social venezuelano: de um lado, o povo “e os soldados que são povo” (em defesa do governo de Chávez); do outro, um amplo campo antagônico, que inclui empresários, banqueiros, militares de alto rango, médios de comunicação poderosos, partidos políticos, sindicatos, oligarquia e, no primeiro lugar, o império. Tal campo envolve assim uma grande multiplicidade de atores, que confluem no imperialismo dos EUA como significante condensador ao qual ficaria subordinada a ditadura resultante do golpe. A condensação envolve uma prática discursiva na qual “ciertos contenidos aparecen como puntos de confluencia de una variedad de dimensiones simbólicas.” (LACLAU, 1987, p. 10).

As reclamações em relação a este tema abrangem uma variedade de episódios realmente surpreendente, considerando os escassos doze anos de governos bolivarianos. Entre os principais acontecimentos, os discursos destacam o ataque militar colombiano a um acampamento das FARC em território equatoriano com apoio de militares dos EUA (discurso de Correa na IX Reunião); o Golpe de Estado em Honduras de 2009 (Raúl Castro na VIII Reunião); o Golpe de Estado na Venezuela de 2002 (Ortega VIII na Reunião, Chávez na I Reunião Extraordinária); o golpe de Estado no Equador em 2010 (Correa na X Reunião); a promoção e o apoio às tentativas separatista de regiões de Bolívia (Chávez na VI Reunião); a ingerência de Colômbia em águas territoriais

nicaraguenses (Ortega na VI Reunião); acusações difamatórias de ligações entre os governos dos países que integram a ALBA e o narcotráfico (Ortega VI Reunião); espionagem na Bolívia, Equador e Nicarágua (Ortega na VI Reunião, Correa na X Reunião); e sabotagem, conspiração e terrorismo na Bolívia (Morales na IV reunião extraordinária, Chávez na V reunião extraordinária).

Seguindo a teoria de Laclau, além do sentido informativo destas denúncias, há também uma intenção performativa. Possivelmente todos os governos da região e uma boa parte das sociedades latino-americanas conheçam os antecedentes de ingerências dos EUA em assuntos internos dos países da região. Mas nestes discursos há também uma intenção de mostrar uma ameaça permanente. Isso não é resultado de uma patologia paranoide dos líderes bolivarianos (como frequentemente os detratores tentam demonstrar), nem da simples intenção de denúncia, senão uma operação performativa fundamental para o êxito da construção de uma cadeia equivalencial:

el enemigo deja de ser puramente circunstancial y adquiere dimensiones más globales. Es por esto que una cadena equivalencial debe ser mediante la *catexia* de un elemento singular: porque no estamos tratando con una operación conceptual de encontrar un rasgo común abstracto subyacente en todos los agravios sociales, sino una operación preformativa que constituye la cadena como tal. (LACLAU, 2010, p. 126).

Nesta “aquisição de dimensões globais” é fundamental dotar ao inimigo de certa cotidianidade, para que sua presença seja tangível a todos. Vejamos por exemplo a seguinte passagem:

Primero soportamos, en 2006, que un norteamericano metió bombas en la ciudad de La Paz y mató a tres bolivianos. La policía capturó, estaban detenidos y sospechosamente ese norteamericano aparece muerto en la cárcel. Segundo, los voluntarios llamados de cuerpos de paz vienen a Bolivia y por instrucciones ya del ex embajador de Estados Unidos, Goldberg, por instrucciones [...]. [Tercero] Unos jóvenes norteamericanos, ¿recuerdan?, en la Cumbre de Suramérica, en diciembre del 2006, en Cochabamba, Bolivia, unos jóvenes primero querían entrarse, acercarse a la cumbre. La Policía

Nacional detectó, detuvieron y decían que eran periodistas, no eran periodistas; decían que eran estudiantes y no eran estudiantes, [...]. [Cuarto] El 2007 gente que trabajaba con la embajada de Estados Unidos, entrando con balas, importando balas de Estados Unidos a Bolivia. Muy grave. [...]. [quinto] Esta madrugada me informan que han caído extranjeros, mercenarios extranjeros, aunque teníamos algunas informaciones. El domingo le dije al compañero Chávez que posiblemente las autoridades en Bolivia tengamos contados los días porque detectamos que están operando sicarios, mercenarios detrás de las autoridades. Se confirma. (50:14).

Possivelmente, o caso mais emblemático em relação ao bolivarianismo possivelmente seja a acusação aos Estados Unidos de serem responsáveis pelo golpe de Estado que, em 2009, derrotou o presidente hondurenho Manuel Zelaya. Durante o ano de 2009 aconteceram várias reuniões, nas quais, o assunto sempre esteve presente. Na VIII Reunião de presidentes o presidente Raúl Castro destacou:

Lamentablemente, no contamos con la presencia física del Presidente de Honduras, Manuel Zelaya. Al pueblo de esa nación latinoamericana se le ha privado de sus derechos constitucionales y se le ha impuesto, con apoyo del gobierno norteamericano, un gobierno usurpador y golpista, que han tratado de legitimar con una farsa electoral. La historia registrará con merecido reconocimiento la actitud asumida por los países miembros del ALBA-TCP y por la mayoría de los gobiernos latinoamericanos y caribeños, en la condena inequívoca al golpe militar en Honduras. Quedará constancia también de la actitud de aquellos que, doblegados ante el imperio, terminaron aceptando la maniobra golpista. (10:3).²⁶

O mais irônico -e patético- é que um ano antes, na II Reunião Extraordinária, na qual Honduras aderiu à ALBA, Zelaya havia

²⁶ A última crítica é referida às posições adotadas pelos governos de Costa Rica, Colômbia, El Salvador, México e Peru.

afirmado "hoy le decimos a propios y extraños [...], que nadie, ningún poder fáctico, ni económico, ni mediático; ninguna potência puede impedir la libertad de Honduras y del pueblo de inscribirse al ALBA" (56:5).

Junto com os governos aliados aos EUA, a OEA também é alvo das acusações, atingindo dessa forma, o Sistema Interamericano que sustenta a hegemonia pan-americana "La OEA, puede decirse que, resume sangre desde su propia creación, Cuba es un ejemplo, pero antes que Cuba hay muchos más. [La Conferencia de] Venezuela, [...] lo de la intervención en Guatemala" (3:16 Raúl Castro na V Reunião Extraordinária). Novamente, se postula uma continuidade entre as demandas históricas à OEA como ferramenta do imperialismo dos EUA, e episódios atuais, que afetam aos países da ALBA:

todavía nosotros estamos esperando que la OEA condene el golpe de Estado aquí en Venezuela. En contrario, hace siete años [...] le dije al secretario general de entonces, que se instaló en Caracas. Fidel un día me llamó y me dijo: "Chávez, estoy viendo al virrey". "¿Cuál virrey?" "Se instaló en Caracas". Un día lo llamé y le dije: "Doctor Gaviria, si usted sigue con esa actitud, yo lo voy a echar del país, aun cuando sea secretario general de la OEA", porque se vino a cumplir el mandato del imperio, a seguir insistiendo hasta que se derrocara el Gobierno. Entonces yo una vez dije: "A la OEA lo que le falta es declarar que nosotros tumbamos a Carmona" [risas]. (53:43).

5.1.5 O estabelecimento da fronteira e a exclusão dos EUA

Da mesma forma que acontece na atribuição de insatisfação de demandas à oligarquia ou ao capitalismo, o questionamento à OEA, no fundo, é um passo intermediário, no estabelecimento do antagonismo face ao imperialismo estadunidense. O discurso bolivariano postula que, no fundo, a verdadeira fonte das situações de carência provém deste inimigo poderoso. No caso da OEA, além de episódios concretos, o alvo das críticas é o seu próprio fundamento, isto é, o pan-americanismo:

¿Hasta qué punto tiene sentido estar integrado a la OEA, donde realmente no somos nosotros los latinoamericanos ahí reunidos como sí los están los pueblos africanos en la Organización de la

Unidad Africana? ahí no hay países que antes colonizaron los pueblos africanos, en cambio tenemos en la OEA a la potencia que empezó por despojar de territorio al pueblo mexicano y ocupar después territorios centroamericanos y caribeño y después llenar bases militares y luego llenar de dictaduras todo nuestro continente. (12:18).

Desse questionamento de Ortega, nasce a intenção de dicotomizar o espaço hemisférico, controlado pela institucionalizada hegemonia pan-americana. Explica Laclau

como la plenitud de la comunidad es precisamente el reverso imaginario de una situación vivida como *ser deficiente*, aquellos responsables de esta situación no puede ser una parte legítima de la comunidad; la brecha con ellos es insalvable. (LACLAU, 2010, p. 113).

No discurso de Ortega recém citado (12:18) emerge claramente a ideia de que os EUA são os responsáveis pelas ditaduras, pelas invasões e pelas agressões militares contra a América Latina e o Caribe, que provocam uma das deficiências da região (a instabilidade política). Então, torna-se fundamental a constituição de uma organização internacional regional na qual fiquem excluídos.²⁷

Aparece assim, a necessidade de gerar uma nova institucionalidade que sustente o processo de construção da nova hegemonia. Uma tentativa é a ALBA, mas seu fundamento ideológico (justamente, bolivariano) faz que a filiação seja limitada àqueles países cujos governos aproximam-se das ideias que sustentam o bolivarianismo (socialismo, anti-imperialismo). Tampouco pode ser a Unasul, que não contempla os países de América Central e o Caribe. Isso explica o surgimento da CELAC, no 2011, a primeira instituição exclusivamente política que inclui o conjunto dos governos da América Latina e do Caribe. De qualquer forma, tem que se prestar atenção no seguinte: a CELAC não é uma organização destinada a desenvolver o projeto hegemônico bolivariano, senão apenas uma tentativa de reforçar a dicotomização do espaço. Para Laclau (2010) o estabelecimento da

²⁷ Observa-se que, neste caso, a fronteira social postulada na ruptura populista tem uma expressão geográfico-espacial exata. Então, a diferença do esquema do populismo proposto por Laclau, a exclusão é radical, não havendo possibilidade da reintegração do poderoso à comunidade como parte do povo.

fronteira entre o antagonista e as demandas equivalencialmente articuladas é o momento propriamente constitutivo do novo projeto hegemônico. A necessidade do estabelecimento dessa fronteira entre os EUA e a América Latina emerge em vários passagens dos discursos considerados:

Hoy más que nunca nosotros tenemos que pensar más seriamente en lo que es la relación entre los pueblos latinoamericanos y la política norteamericana, estamos cohabitando en la misma región, pero realmente es una cohabitación donde ellos tienen la potestad de conspirar y agredirnos, están conspirando todos los días en contra de nuestros pueblos y nosotros estamos en la obligación de reunirnos y plantear que es lo queremos. (12:3).

A comunidade resultante da exclusão dos EUA representa o reverso do pan-americanismo, a plenitude ausente. Essa ideia de plenitude ausente tem a ver com a ideia de um passado mítico no qual ainda havia a possibilidade de sutura: “Una primera dimensión de la fractura es que, en su raíz, se da la experiencia de una *falta*, una brecha que ha surgido en la continuidad armoniosa de lo social. Hay una plenitud de la comunidad que está ausente.” (LACLAU, 2010, p. 112-113). No caso da América Latina e do Caribe, a utopia dessa harmonia fica presente desde a própria origem da comunidade, ou seja, desde a independência:

Bolívar convocó al Congreso de Panamá y convocó a Centroamérica y convocó a las naciones, las repúblicas que nacían. Decía que Panamá debía ser para nosotros en el futuro lo que el Istmo de Corinto fue para los griegos: el centro de reunión. Pensaba en una confederación de repúblicas. Desde entonces comenzaron los agentes del imperio que nacía a sabotear la idea bolivariana. [...]. Los agentes del Gobierno de Washington en Lima, en Bogotá, en Caracas, en México, conspirando contra los planes de Bolívar. Al final... James Monroe, “América para los americanos”. Bolívar decía que no es América para los americanos: allá está Washington, allá está Estados Unidos, y aquí estamos nosotros. Tenemos que unirnos en el Sur para equilibrar el universo. Ese es el mismo proyecto que hoy

nosotros estamos obligados a concretar, estamos obligados, 200 años después. (45:17).

Chávez inclui então, o esquema completo da ruptura populista: o imperialismo dos EUA como o responsável pela impossibilidade da plenitude da comunidade; a ideia de comunidade original (representada pelo paralelismo entre a sociedade latino-americana da independência e a sociedade grega); o projeto de dicotomização do espaço como parte do pensamento de Bolívar; e o próprio Bolívar, o prócer nascido na Venezuela, como o impulsor da união latino-americana. O papel conferido a Bolívar é cardinal por representar o centro do movimento hegemônico, que se analisa em detalhe posteriormente: uma particularidade projetada como universalidade, valendo-se de seu conteúdo particular (a ligação de Bolívar com a Venezuela considerada como país-como-particularidade) para representar a totalidade (a América Latina e o Caribe). E esse mesmo projeto é o objetivo da construção hegemônica proposta pelo bolivarianismo hoje.

O estabelecimento do antagonismo perante o imperialismo estadunidense e a tentativa de dicotomização do espaço hemisférico, expostos nesta seção, constituem o ponto de partida para a articulação equivalencial de uma enorme diversidade de demandas, procedimento que analisa em seguida. As três demandas recém consideradas constituem somente uma parte mínima de um exercício discursivo generalizado, escolhidas, unicamente entre o conjunto, para começar explicando separadamente as questões do antagonismo e a dicotomização do espaço. Ao abordar posteriormente o conjunto desta cadeia, demanda por demanda, detalhadamente, vai se insistir novamente na expressão antagônica das demandas (o que justifica sua inscrição equivalencial no discurso bolivariano), aprofundando numa variedade muito maior delas.

No momento, acredita-se que seja suficiente compreender o sentido que assume, neste esquema teórico, a insistente retórica anti-imperialista e anti-ianque no discurso bolivariano. A mesma não responde a um ódio infundado, do mesmo modo que a denúncia das agressões reais dos EUA não respondem unicamente a um objetivo informativo, nem aquelas hipóteses mais extravagantes sobre ingerências dos EUA nos acontecimentos mais insuspeitados respondem a uma patologia paranóide. A explicação encontra-se no sentido performativo que assume dita retórica na construção de uma cadeia equivalencial. O exemplo da ameaça que representa para o Cone Sul a desestabilização da Bolívia, é talvez, o melhor exemplo disso: a cadeia

atinge uma extensão insuspeitada a partir do antagonismo. Depois vai ser necessário avaliar se as demandas inscritas pelo Chávez na superfície discursiva bolivariana efetivamente reconhecem-se interpeladas e identificadas, mas isso já é um passo posterior, relativo à emergência positiva da identidade bolivariana. No momento é suficiente perceber a proposta de antagonismo, e suas conseqüências articulatórias.

5.2 A ARTICULAÇÃO EQUIVALENCIAL DE DEMANDAS

Partindo do esquema teórico geral da teoria de Laclau, e do estabelecimento do antagonismo face os EUA e a tentativa de dicotomização do espaço antes descrita, se propõe agora uma interpretação geral do discurso bolivariano como uma tentativa de articulação equivalencial de diversas demandas que historicamente têm emergido no espaço social latino-americano e caribenho. Vejamos algumas das conseqüências teóricas do estabelecimento do antagonismo abordado na seção anterior: a geração de uma fronteira interna no espaço social no qual até então funcionava a hegemonia institucionalizada (o espaço interamericano), que envolve a dicotomização daquele e a exclusão do poder antagônico (EUA). Também se tem como conseqüência a geração de uma lógica performativa, pela qual a atribuição da responsabilidade pela insatisfação das demandas ao Imperialismo dos EUA promove a inclusão delas no campo popular bolivariano. Vale lembrar que, na teoria do discurso, a diferença da teoria da hegemonia de Gramsci, o alinhamento de setores heterogêneos é conseqüência de práticas discursivas performativas (configurações relacionais antagônicas e equivalências entre unidades do discurso).

Muitas das demandas das sociedades latino-americanas foram historicamente absorvidas de forma mais ou menos eficiente pelo sistema hegemônico imperante, envolvidas numa lógica do sentido moderna, capitalista e democrático-liberal, isoladas entre si segundo uma lógica da diferença. A lógica da diferença que regimenta esse sistema hegemônico é refletida no aparelho institucional hegemônico do sistema internacional desenvolvido durante o século XX (sejam as instituições operantes na escala mundial ou na escala interamericana). Desde a consolidação da liderança dos EUA, perante a anterior hegemonia inglesa e os desafios alemães e soviéticos, tal hegemonia virou uma hegemonia plenamente institucionalizada, primeiro com regimes internacionais que regulavam a absorção de demandas no nível regional (especialmente as Conferências Pan-americanas), e,

posteriormente, num aparelho institucional bem mais forte, incluindo organizações mundiais (ONU, FMI, BM) e pan-americanas (OEA, TIAR, BID).

Assim, por exemplo, a demanda pela segurança e a defesa dos estados era absorvida pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca; a demanda por crédito pelo FMI, o BM e o BID; a demanda pela adesão à democracia representativa pela OEA; a demanda pelo respeito aos Direitos Humanos (ao menos aos de primeira geração) pela CIDH; a demanda dos militares e caudilhos por participar nas decisões políticas (além dos processos democráticos) que era absorvida pela CIA e o Departamento de Estado, a demanda por desenvolvimento pela Aliança para o Progresso, a UNCTAD e o PNUD, etc. Logicamente, é uma visão um pouco simplificadora, pois a situação era bem mais complexa, mas o esquema básico de atenção isolada das demandas democráticas através das instituições da hegemonia consistia basicamente nisso.

Havia também muitas demandas que não eram absorvidas pelo sistema mundial e interamericano, principalmente àquelas que nem sequer conseguiam a se inscrever no discurso hegemônico ao nível nacional, como por exemplo, a demanda por desenvolver um sistema socialista; ou se inscreveram recentemente, por exemplo, a demanda pelo reconhecimento étnico; ou que se inscreveram apenas circunstancialmente. Por exemplo, a demanda pela soberania sobre os recursos naturais, somente é atendida circunstancialmente por processos que atingem a hegemonia no nível interno, como a nacionalização do setor petrolífero no México de Lázaro Cárdenas.

A partir do início do declínio da hegemonia dos EUA, desde meados da década de 1970, quando a capacidade de alinhar consensualmente outros estados e sociedades ficou crescentemente questionada, cada vez mais demandas ficaram insatisfeitas. Já durante a década de 1990 e início de 2000, as mudanças do neoliberalismo e a globalização fizeram crescer o descontentamento, na medida em que várias demandas históricas, habitualmente absorvidas em forma aceitável pelo sistema hegemônico, passaram a ser insatisfeitas (por exemplo, a demanda pela soberania sobre os recursos do país ou pela cobertura social estatal). Nesse momento acontece o que Laclau chama “La crisis de representación que está en la raíz de cualquier estallido populista antiinstitucional [...]. Debía surgir algún tipo de discurso radical capaz de inscribir esas demandas.” (LACLAU, 2010, p. 172-173). Certamente, as organizações pan-americanas (e o pan-americanismo em geral) já não representavam nem às demandas das

sociedades latino-americanas, nem às dos governos dos países latino-americanos.

Como foi exposto, seguindo a ideia de cadeia equivalencial de Laclau, um conjunto de demandas insatisfeitas são articuladas pelo bolivarianismo a partir de uma característica negativa em comum: sua insatisfação, atribuída a um mesmo inimigo poderoso, o Imperialismo dos EUA. O imperialismo estadunidense vira um símbolo que condensa eficazmente uma diversidade de atores e mecanismos que geram as situações de carência: o capitalismo, o neoliberalismo (especialmente as reformas neoliberais da década de 1990), as transnacionais que se apropriam da riqueza da América Latina, o servilismo das oligarquias, a intervenção em assuntos internos das nações, e o imperialismo econômico e geopolítico.

A cadeia é estabelecida a partir de uma das consequências do antagonismo: a possibilidade de articular de forma contingente laços equivalenciais entre demandas. Na formação discursiva correspondente à hegemonia institucionalizada (i.e. o pan-americanismo), as demandas ficavam isoladas, a partir do seu relacionamento através da lógica da diferença predominante no esquema institucional: por exemplo, a atenção da demanda por democracia através da OEA, da demanda por seguridade através da TIAR, etc. Entretanto, na cadeia equivalencial, predomina justamente a relação equivalencial entre as demandas, tornando-as então, demandas populares.

Nesta análise a articulação é definida como a prática de estabelecer uma relação de equivalência entre demandas que previamente ficavam isoladas, respondendo a sua característica negativa comum: sua insatisfação (atribuída ao mesmo adversário poderoso). Coincide com a transição das demandas democráticas às demandas populares. O indicador de práticas articulatórias nos discursos analisados é a inclusão de um conjunto heterogêneo de demandas num mesmo discurso, estabelecendo relações equivalenciais entre elas, a partir do destaque de sua mesma fonte de insatisfação.

Por sua vez, as demandas são definidas como as unidades discursivas mínimas que formam um grupo social, e envolvem uma reivindicação ou uma petição de satisfação de uma situação de carência ao ator definido como antagonico, neste caso, o imperialismo dos EUA. O indicador de uma demanda na análise é a existência de um texto ou discurso concreto, no qual fica claramente expressa uma reivindicação.

Metodologicamente propõe-se uma distinção entre diferentes formas de expressão das demandas. Primeiro, sua expressão como demanda democrática corresponde a uma reivindicação de soluções para

uma situação de carência, expressada de forma isolada em relação a outras demandas insatisfeitas, através de suas relações de diferença. Essa mesma reivindicação, expressada segundo a lógica do sentido hegemônica e absorvida pelo sistema institucional, constitui-se numa demanda institucionalizada. Dessa forma é considerada e incorporada na formação discursiva hegemônica através de práticas discursivas institucionalizadas nos sistemas internacional e pan-americano e seus regimes e organizações específicos.

A passagem destas demandas democráticas às demandas populares envolve sua inscrição num novo sistema de significação, através de um duplo passo já mencionado: posicioná-la antagonicamente perante o poder responsável pela sua insatisfação, e articulá-la equivalencialmente em relação a outras demandas insatisfeitas. Este duplo passo simultâneo é considerado separadamente na análise: denomina-se em forma *ad hoc* “demandas antagônicas” a expressão antagônica das demandas que reflete sua insatisfação em relação ao poder; e demandas populares a sua expressão equivalencial em articulação a outras demandas similares, que também pode envolver sua expressão em associação com significantes privilegiados do emergente “sistema de significação bolivariano”.

O termo demandas antagônicas, na verdade, não é utilizado pelo Laclau; porém, estima-se útil seu uso a efeitos exegéticos, para diferenciar a ênfase que se faz no discurso nas suas relações antagônicas ou equivalências. Na seção anterior já foram expostos três exemplos de expressão antagônica de demandas. Nesta ocasião, a intenção é avançar na abordagem sistemática da expressão antagônica de uma extensa lista de demandas identificadas nos discursos analisados, sublinhando sua dupla expressão antagônica e equivalencial.

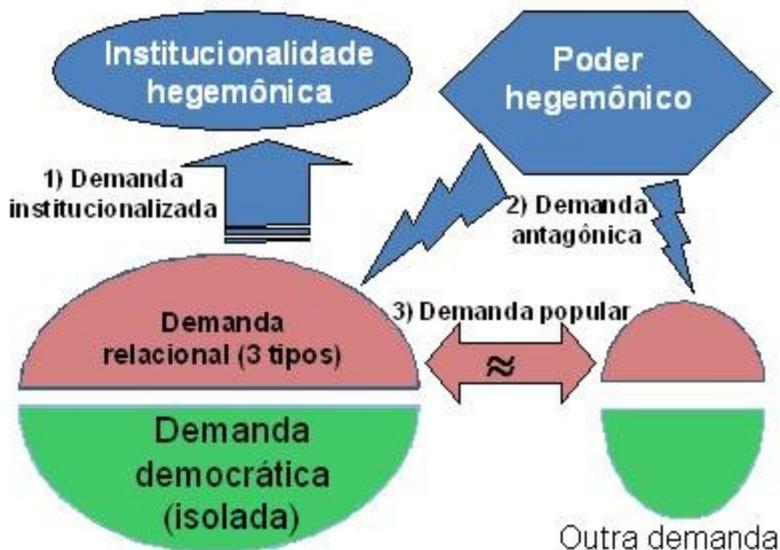
Desta forma, podemos ter até quatro formas de expressão das demandas, considerando o tipo de relações que estabelecem no discurso: demandas democráticas, demandas institucionalizadas, demandas antagônicas e demandas equivalenciais. O Desenho 1, ajuda a representar as diferenças entre elas. O semicírculo inferior representa a parte particular da demanda, e a superior, a parte relacional.

Além disso, há certos tipos de demandas que deixam um panorama mais complexo. Em primeiro lugar, cabe destacar a proposta de demanda-país-como-particularidade, onde tem uma expressão particular pelo fato de ser uma demanda relativa a um único país, o qual então assume o papel de particularidade no discurso no qual é inscrito. Como foi dito, a construção hegemônica nas relações internacionais tem a peculiaridade que uma das particularidades articuladas pode ser os

próprios países. Na seguinte seção isso vai ser importante na discussão sobre qual é a particularidade que hegemoniza a cadeia: a liderança chavista? O bolivarianismo? Venezuela?

Outras demandas especiais que complicam o panorama da cadeia equivalencial são aquelas que cumprem funções previstas na formulação teórica de Laclau: demandas que agem como significantes vazios ou como significantes flutuantes.

Desenho 1. Formas de expressão das demandas.



Fonte: gráfico elaborado pelo autor.

Na continuação se expõe a análise de algumas das principais demandas que surgem na descrição dos dados. Tal análise baseia-se na classificação de famílias de demandas. As demandas que aparecem nos discursos dos mandatários são agrupadas nestas famílias respondendo ao critério de afinidade temática. Analisou-se o caso de 29 demandas, que foram organizadas em quatro famílias, das quais somente são descritas três. A primeira família descrita, correspondente às demandas socioeconômicas, é caracterizada em maior profundidade, tentando expor exaustivamente as relações estabelecidas entre essas demandas no bolivarianismo, assim como as práticas discursivas para ele utilizadas.

Posteriormente, são expostas brevemente outras duas famílias de demandas, a família das demandas políticas e a família das novas demandas, apresentando apenas alguns exemplos das suas diversas formas de expressão. Por motivos de espaço foi omitida a descrição da quarta família, correspondente às demandas utópicas.

5.2.1 As demandas socioeconômicas

Começamos pela família de demandas socioeconômicas, que inclui as demandas por acabar com a fome, a pobreza e a desigualdade social (manifesta principalmente na reivindicação de distribuição de renda). Também compreende a demanda pela melhora da cobertura social (incluindo educação, saúde e políticas sociais em geral); assim como assuntos de tipo econômico, como o desenvolvimento, o direito à intervenção do estado na economia, a soberania sobre os recursos, a promoção de alternativas ao capitalismo e a cooperação e a solidariedade entre os países.

A articulação destas demandas no discurso bolivariano é fundamental para compreender o papel central que cumpre a solidariedade internacional no esquema da ALBA. Isso não só se refere às formas tradicionais de “ajuda ao desenvolvimento” ou “cooperação internacional”, como também inclui um repertório muito mais amplo de mecanismos, como programas trans-governamentais e de relacionamento com organizações da sociedade civil de países que não integram a aliança. Este conjunto tem uma função importante para compreender o papel da ALBA na construção hegemônica e na manutenção dos avanços na luta. A inscrição na cadeia equivalencial de demandas históricas das sociedades latino-americanas e caribenhas, junto com o desenvolvimento de programas destinados a sua satisfação, permite uma identificação no espaço social entre o bolivarianismo e a satisfação de ditas demandas.

5.2.1.1 A Fome

Começamos pela demanda por resolver o problema da fome. Logicamente, “acabar com a fome” é uma reivindicação bem frequente nas lutas sociais, e com a qual, até o sistema hegemônico pode concordar. De fato, Laclau cita a fome como um típico exemplo de demanda nas lutas sociais, característica de muitos movimentos

revolucionários na história. Esta demanda é aludida por Laclau. Por um lado, como demanda isolada, no caso de revoltas na França em 1775 pelo preço do trigo, e como não é articulada, o movimento fracassa (RUDÉ, 1989, *apud.* LACLAU, 2010, p. 100 e ss.). Em outro caso, a demanda pela fome é inscrita numa articulação contra-hegemônica, no caso da Revolução Russa. Expressada como “pão”, e articulada com as demandas por terra e paz, transforma-se na divisa que condensa exitosamente uma grande diversidade de reclamações antagônicas ao poder instituído (ALTHUSSER, 1971, *apud.* LACLAU 2010, p. 127.).

Na análise feita identificaram-se quinze citações que fazem referência ao assunto. Sete delas correspondem à I Reunião de Cúpula Extraordinária da ALBA, celebrada em Caracas, em abril de 2008. Nessa reunião foi assinado o Acordo para a Implementação de Programas de Cooperação em matéria de Soberania e Seguridad alimentar, no contexto do aumento dos preços internacionais de alimentos e da ameaça de uma crise alimentar mundial.

Observemos um exemplo da sua expressão isolada como demanda democrática numa passagem de um discurso de Chávez. O que denominamos demanda democrática está definido pela intenção aparente do falante de expressar a reivindicação em forma 'objetivada' a partir da situação de carência. Neste caso, a referência a um funcionário da ONU legitima o caráter objetivado da demanda (ou seja, um discurso legitimado pelo sistema discursivo hegemônico):

Bueno, entonces dice, la frase que utiliza [Jean] Ziegler [relator da ONU para o direito à alimentação] es ésta, fíjate: “Se trata de una masacre inminente”, ¡masacre! Más adelante agrega por allí, el mismo Ziegler, que los niños que mueren de hambre pueden ser considerados, esas muertes, “asesinatos”, porque en el mundo hay suficientes alimentos para alimentar, valga la expresión, no a seis mil millones de personas que somos más o menos en este planeta, sino que aquí hay alimentos para alimentar a casi el doble, casi doce mil millones de personas, y él utiliza esa palabra, quien muera de hambre hoy en el mundo, puede ser calificado, el hecho como un asesinato, masacre pues. (39:7).

A demanda pela fome também aparece expressada como demanda institucionalizada, isto é, como demanda que é abordada e absorvida pelo sistema institucional hegemônico. Como é esperável,

esta expressão como demanda institucionalizada é criticada nos discursos, sublinhando que o sistema hegemônico não consegue resolver a situação:

ahora resulta que en una reunión del Banco Mundial y el Fondo Monetario, con el presidente del fondo que es francés, [Robert] Zoellick viene y hace una Conferência de prensa y comparece con un paquete de arroz y otro paquete de pan, a lanzar la alerta de la crisis que ya empezó y a descubrir lo que ya se venía descubriendo desde hace mucho tiempo, que ahora lo descubrió el Banco Mundial, a descubrir que el mundo está enfrentando ya una emergencia alimentaria y que los precios de los alimentos van para arriba, y que por lo tanto los programas de lucha contra la pobreza ya han sufrido un retroceso de siete años, con sólo el incremento de los alimentos. (40:6).

A crítica à consideração da fome como demanda democrática leva rapidamente a sua expressão como demanda antagônica no mesmo discurso de Ortega (numa passagem já citada) apontando o capitalismo e os organismos internacionais do sistema hegemônico como responsáveis pela sua insatisfação:

nos tienen impuesta la tiranía del capitalismo global, esa tiranía que es la que nos venía repitiendo y venía imponiendo en nuestros países a través de los organismos internacionales, a través del mismo Fondo Monetario, a través de las políticas del Banco Mundial, etc. Venían imponiendo que ya deberíamos olvidarnos de producir alimentos, los latinoamericanos, los caribeños, los países en vía de desarrollo, que lo mejor era comprarles los alimentos a ellos, alimentos subsidiados por los europeos y por los norteamericanos. (40:4).

Ou também: “Para no sobrepasar lo que ellos llaman el tope de producción rentable, para que no bajen los precios. No les importa que se mueran de hambre los pobres, ése el capitalismo.” (55:53). Seguindo o esquema proposto do antagonismo no movimento bolivariano, nessa mesma reunião destaca-se o papel dos EUA como responsáveis pela situação:

Estados Unidos invierte más de 500 mil millones de dólares al año para hacer guerras y preparar guerras, el 10 por ciento son 50 mil, el uno por ciento es 5 mil millones de dólares, el 0,5 por ciento es 2 mil 500 millones de dólares, sobre el 0,5 por ciento del presupuesto de guerra de los Estados Unidos para que no haya hambre en Haití. (41:4).

Esta citação também oferece um exemplo da articulação equivalencial do assunto da fome com uma demanda-país-como-particularidade, neste caso referida ao Haiti, o país que mais sofre de fome no continente.

A fome também emerge como demanda popular ao ser articulada equivalencialmente com outras demandas de tipo socioeconômico, como as relativas à saúde e à pobreza: “hay enfermedades que se convirtieron en endémicas, [...]; el dengue, que sigue azotando poblaciones enteras; la malaria, el hambre, la desnutrición infantil, los niños de la calle.” (55:32-33).

Outro exemplo é sua associação com o comércio justo e o desenvolvimento de uma economia alternativa, que envolve a oposição das duas demandas ao capitalismo, que é considerado como responsável por impedir sua satisfação:

El problema del hambre, [...] se podrían resolver fácilmente, si se rompiera la lógica del libre mercado; si se rompiera ese orden económico internacional que impone la lógica del libre mercado, que además no la practican los países desarrollados, y se estableciera la lógica del mercado justo, del comercio justo. (5:23).

Também há uma relação de equivalência com as demandas de apoio aos pequenos produtores rurais, e de sua proteção perante as práticas monopólicas do mercado capitalista, articulação possível a partir do antagonismo com relação ao capitalismo:

también hemos estado con un sector de productores de soja, ya hemos recogido algunas propuestas, proyectos para que el Estado y los productores soyeros tengamos nuestra propia fábrica de aceites, de esta manera romper el monopolio. [...], será una nueva experiencia para garantizar la alimentación. (42:4-8).

Há que se considerar que todos estes exemplos de expressão da reclamação pela fome como demanda popular envolvem articulações mais ou menos esperáveis, com outras demandas socioeconômicas. Porém, também há exemplos da sua expressão popular (equivalencial) com outras demandas, as quais *a priori* não têm nada a ver com a solução da fome (ao menos partindo da perspectiva da lógica da diferença utilizada pelo sistema hegemônico institucionalizado, e suas tentativas de atenção desta demanda).

Acontece exatamente isso na relação equivalencial entre as demandas pela fome e pela união latino-americana, expressada no Acordo antes mencionado. O discurso bolivariano tenta se inscrever numa formação discursiva nova, onde a questão da fome articula com demandas que, *a priori*, podem parecer totalmente heterogêneas e não conexas:

se nos ocurrió que así como existen las empresas transnacionales, ¿por qué nosotros no podemos proponer en el ALBA que armemos empresas grannacionales? Además, tiene todo un concepto esto de la gran nación, de Nuestra América. Así que ya nace una de estas empresas: la Grannacional de Alimentos en el ALBA. Y esa grannacional va a nacer con un aporte de 49 -eso podemos redondearlo a 50- millones de dólares del fondo alimentario que comenzamos a crear en el ALBA hace un año, cuando estábamos en plena crisis alimentaria, en la cumbre de Maracaibo. Entonces vamos a crear la empresa grannacional para producir alimentos, para garantizar a nuestro pueblo su soberanía alimentaria. (38:41).

Nesta única citação, várias demandas são colocadas numa relação equivalencial: demandas por alimentos, pela soberania, pela solidariedade, pelas alternativas econômicas ao capitalismo (representadas pelas empresas *grannacionais*), pela união latino-americana (referida como uma única nação: “a grande nação, de Nossa América”). Não importa a união latino-americana é efetivamente a solução para a fome; a questão é o efeito hegemônico dessa articulação. A equivalência entre estas demandas responde a sua insatisfação comum por causa de um mesmo mau: o capitalismo, aqui representado pelas transnacionais, cujas práticas especuladoras fazem subir os preços dos alimentos. Como conclusão do discurso, surge o povo como o sujeito

emergente, e, ao mesmo tempo, destinatário dessa articulação: “nosso povo”. Assim, a passagem já permite avançar na expressão simbólica positiva da tentativa hegemônica, na formação de um povo unificado como resultado da prática articulatória: o povo de “nossa América”, que é o “povo bolivariano”.

A questão da soberania também assume aqui uma importância notável, ao permitir a articulação entre as demandas pela fome e pela soberania. Ambas as demandas são unificadas na expressão “soberania alimentar”. O uso que se faz do conceito no discurso bolivariano derruba a lógica diferencial que impõe o sistema hegemônico de significação, e que isola a questão política (a soberania) da questão econômica (a fome). Para a lógica do sentido imperante na hegemonia atual, não faz sentido combinar estas duas demandas, pois são absorvidas isoladamente, diferencialmente. A demanda pela soberania é um assunto político legal reconhecido pelo direito internacional; e a fome é um assunto econômico cuja abordagem depende de regras objetivas do mercado internacional de alimentos (como aparece na citação 40:4). Porém, ao colocar na agenda internacional a questão da soberania alimentar, se questiona o isolamento das duas demandas, subvertendo a lógica do sistema de significação e construindo uma nova lógica do sentido.²⁸ Novamente, isso ocorre mediante a lógica da equivalência, considerando equivalentes as demandas pela soberania e pelos alimentos, perante sua insatisfação pelos mesmos inimigos. O mesmo acontece com a inclusão no discurso da ALBA dos conceitos de soberania energética, soberania financeira, soberania tecnológica e soberania sobre os recursos.

Outro tema interessante e recorrente que surge desta citação é a questão do povo. Como foi dito antes, a menção ao “nosso povo” é importante porque envolve três referências de interesse para a pesquisa: primeiro, em relação à teoria de Laclau, reforça a separação entre o povo e o sistema hegemônico (neste caso, representada pela ação do capitalismo); segundo, em relação ao estabelecimento de um novo sistema de significação no campo das relações internacionais, sublinha o povo como sujeito de direito soberano (no lugar da soberania dos estados ou das nações, habitual no campo internacional); terceiro, em relação ao simbolismo latino-americanista subjacente à proposta de uma identidade bolivariana, o discurso fala de nosso povo (e não de nossos

²⁸ O sistema hegemônico aborda o problema utilizando o conceito de “seguridade alimentar”, que envolve uma solução humanitária à fome no mundo; mas evitando sua abordagem como um assunto de soberania nacional.

povos). Dessa forma, condensa numa demanda só (e num sujeito só) o que podiam ser reclamações pela fome em diferentes países, atingindo novamente o objetivo antes mencionado de converter as demandas das sociedades de cada país latino-americano (consideradas como demandas isoladas) numa nova totalidade maior, o alvo da tentativa hegemônica.

O povo, como subjetividade popular, compõe o horizonte que totaliza a articulação das quatro demandas: acabar com a fome, união latino-americana, soberania e solidariedade internacional. Lembre-se que a definição do povo como sujeito envolve sua qualidade de “espaço instituinte, de emergência da ruptura com uma ordem vigente” (ALBUQUERQUE BURITY, 2008, p. 50). Neste caso, é o povo latino-americano o sujeito que possibilita romper com a hegemonia capitalista liderada pelos EUA e subverter sua aspiração de objetividade, ao articular contingentemente sua soberania, ao resolver enfrentar autonomamente o problema da fome e ao estabelecer laços de solidariedade na procura desse objetivo.

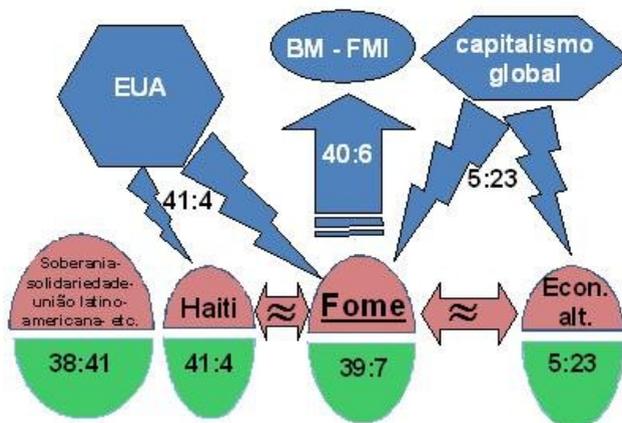
Levar a questão da soberania ao tratamento da fome e propor uma economia solidária, constitui uma articulação contingente, contrária à pretendida objetividade do capitalismo, baseada na lógica neoclássica, que procura a produção mais eficiente, através da integração dos mercados nacionais no mercado internacional.

Em resumo, no discurso bolivariano a demanda “fome” articula equivalencialmente com uma diversidade de demandas. Primeiro, com várias das demandas “socioeconômicas”: saúde, pobreza e comércio justo. Também com demandas-país-como-particularidade, como o caso do Haiti. E com algumas das demandas que tendem a cumprir a função de pontos nodais no discurso bolivariano: soberania, solidariedade, e união latino-americana. Por outro lado, se opõe aos EUA e ao capitalismo, identificados como responsáveis pela situação de carência. Finalmente, como aparece na última passagem citada, a preocupação com a questão da fome, e sua articulação com outras demandas, aparece como o fundamento que possibilita a existência plena do povo (isto é, neste caso, soberana), e não o povo como *locus* da articulação: a política alimentar da ALBA é desenvolvida “para garantir a nuestro pueblo su soberanía alimentaria.” (38:41). Então, percebe-se somente na primeira demanda considerada, todo o complexo relacional estabelecido no discurso bolivariano.

A lógica do sentido dominante na formação discursiva hegemônica, não permite prever uma relação lógica de necessidade entre as demandas aqui articuladas. Novamente, um bom exemplo disso é o contraste com a forma na qual é abordada a questão da fome e a alta de

preços nos alimentos nos foros internacionais: luta contra os subsídios e liberalização das economias. A soberania, a união latino-americana e a economia solidária não tem nada a ver com o assunto. Essa articulação emerge como totalmente contingente: como a união latino-americana pode resolver a questão da fome? Os critérios de integração econômica dominantes recomendam a complementaridade, não a integração entre economias que produzem as mesmas *commodities*. De fato, não é difícil imaginar um funcionário do Banco Mundial advertindo que ligar a solução da fome à soberania alimentar e à economia solidária pode levar ao risco de ineficiência econômica. Dessa forma, é evidente o caráter contingente das relações postuladas pelo bolivarianismo entre estas demandas. O discurso bolivariano consegue estabelecer laços equivalenciais entre a fome e outras demandas, no contexto de uma cadeia mais ampla. Assim, a demanda pela solução à fome permite desenvolver o seguinte desenho, adaptado da proposta de Laclau:

Desenho 2. Formas da demanda pela solução ao problema da fome.



Fonte: gráfico elaborado pelo autor.

5.2.1.2 A pobreza

As demandas em relação à pobreza e a desigualdade também são outro assunto clássico no repertório das lutas sociais. Com a revolução industrial e a urbanização crescente das sociedades industriais, a pobreza começou a ser um problema central da agenda política nas sociedades

modernas. Em 1901 foi publicado o livro de Seebohm Rowntree intitulado *Poverty: A Study of Town Life* (2000), sobre a pobreza na cidade inglesa de York, que constitui um ponto de referência na questão, ao oferecer dados à opinião pública sobre o verdadeiro escopo do problema.

O que na análise denominamos “demanda pela pobreza” inclui as menções nos discursos a reclamações pela atenção ao problema da pobreza e sua erradicação na região, a demanda de igualdade social, e a denúncia da pobreza generalizada no terceiro mundo em geral.

Em termos de demanda democrática, novamente observa-se a intenção de apresentar a denúncia “objetivamente”, isto é, nas formas de argumentação previstas pela formação discursiva hegemônica. No caso da fome, observamos que isso se fazia citando um discurso autorizado pelo sistema de significação hegemônico (o discurso do diretor do BM Robert Zoellick). Neste caso, a legitimação da reivindicação se faz mediante a exposição de dados estatísticos: “el número de personas desempleadas en todo el mundo aumentaría en 50 millones este año, en tanto, los que viven en extrema pobreza podrían acercarse a la alarmante cifra de 300 millones.” (10:9); ou “cuando llegó la revolución más de la mitad del país vivía en pobreza, en miseria, en pobreza extrema.” (55:4); ou “De cada 100 venezolanos, 51 vivían en situación de pobreza. De cada 100 venezolanos, casi 25 vivían en pobreza extrema.” (38:2).

A utilização de “indicadores confiáveis” aceitos pelas organizações internacionais do sistema hegemônico são uma constante na apresentação das reivindicações como demandas democráticas:

Venezuela era uno de los países más desiguales del continente. [...]. Según cifras del PNUD, Naciones Unidas, Venezuela estaba hace 10 años en el rango medio del índice de desarrollo humano. [...], por allí, era de 0,6; 0,65. Son indicadores internacionales que dicen un poco lo que aquí ha ocurrido. (38:4).

Estas demandas pela superação da pobreza são colocadas em um contexto de antagonismo, no qual o espaço social é dividido. O poder, e portanto, a responsabilidade pela situação de carência, fica do lado dos ricos (os países desenvolvidos no nível internacional, a oligarquia no nível nacional), responsáveis por não solucionar a situação de pobreza. Em relação à crise econômica internacional de 2008-2009, Raúl Castro afirma: “En la búsqueda de soluciones, los máximos responsables

terminan concentrando aún más el poder y la riqueza, mientras los más pobres y explotados asumen el costo mayoritario.” (2:5).

A seguinte passagem de um discurso de Evo Morales mostra como a construção do campo antagônico envolve práticas discursivas de condensação, ao indicar conjuntamente os Estados Unidos, o neoliberalismo e o setor privado como responsáveis pela pobreza: “el sector privado en Bolivia jamás resolvía los problemas de la pobreza, del empleo, más bien en 20 años del neoliberalismo seguía creciendo la pobreza, la cooperación, [...] que venía de EUA, condicionado.” (35:4).

Logicamente o neoliberalismo é um significante privilegiado ao expor as demandas pela pobreza e desigualdade, sendo facilmente identificado pela população latino-americana que sofreu o aumento da desigualdade associado ao período das reformas estruturais, na década de 1990: “un neoliberalismo que ha conducido a un déficit en términos de la gobernabilidad democrática de nuestros pueblos, ha generado un conjunto de inequidades sociales y productivas.” (51:4).

Passando à sua expressão como demanda popular, a questão da igualdade e da erradicação da pobreza articula com uma enorme pluralidade de demandas: demandas pela integração regional, pela saúde, pelo respeito à diversidade étnica e pelo socialismo, além da mencionada relação com as demandas pela saúde e para acabar com a fome (citação 55:32-33, já apresentada no apartado relativo à demanda pela fome).

Começando novamente pelas áreas de irradiação equivalencial mais esperáveis (outra vez aquelas que também integram a família das demandas socioeconômicas) destaca-se como especialmente ilustrativa a seguinte passagem de um discurso de Chávez, que também envolve, novamente, o antagonismo com respeito ao capitalismo como sustento da equivalência:

Ese sistema de la desigualdad es el capitalismo. Si tienes dinero, tu hijo tiene derecho a la escuela, a la salud; si no tienes, estás excluido. Por eso es que el capitalismo es el camino a la destrucción de la sociedad, el capitalismo destruye la sociedad, destruye los valores. Sólo el socialismo nos puede permitir construir una nueva y verdadera sociedad de iguales, igualdad, libertad, justicia. (55:11-12).

As demandas pela solução dos problemas de saúde, educação e pobreza são assim enlaçadas equivalencialmente a partir da sua insatisfação pelo sistema capitalista.

Diante desta situação de carência, o socialismo emerge na citação como mais uma demanda: a demanda por uma solução socialista aos problemas do povo, definindo socialismo como a procura da igualdade, liberdade e justiça. Posteriormente, ao abordar a demanda pelo socialismo, vai-se aprofundar na questão, mas nota-se desde já, o seguinte ponto: como é esperável, a articulação pobreza-socialismo se apresenta um pouco mais complexa ou discutível que a relação entre pobreza e fome. Porém, isso é consequente deste novo laço equivalencial que mexe mais explicitamente com a lógica da diferença, desde a qual se pensam estas demandas sociais nos discursos nas organizações internacionais. De fato, o socialismo é uma demanda que assume mais a forma da reivindicação que de petição: reivindicação da soberania do povo para escolher a forma de organização social que considere mais adequada para a solução dos problemas sociais.

A equivalência entre as demandas pela igualdade e pelo socialismo também aparece no discurso de Correa na X cúpula da ALBA: “No vamos a descansar hasta que todos alcancemos un estatus de plena dignidad en pie de igualdad. Caminamos hacia el socialismo, hacia la sociedad inclusiva”. (23:2).

Em outra passagem do mesmo discurso Correa estabelece ligações entre a igualdade e a demanda pela integração: “Los países del ALBA estamos dando ejemplo de integración, porque estamos comprometidos a superar las condiciones de pobreza y exclusión, porque buscamos una adecuada distribución de la riqueza” (54:1).²⁹ Na citação, não emerge claramente o fundamento do vínculo entre as duas demandas, mas no contexto do discurso de Correa, a ligação se fundamenta no sustento que o bloco regional oferece para a defesa das políticas de redistribuição da renda desenvolvidas em vários dos países membros.

Finalmente, a questão da pobreza também aparece ligada às chamadas “novas demandas”, como as demandas pelos direitos dos povos indígenas (codificada como diversidade étnica) e pelo cuidado do meio ambiente. Em relação à primeira, no mesmo discurso que vem sendo analisado, Correa traz a questão das minorias étnicas:

el principal problema de nuestros pueblos ancestrales, de nuestros pueblos afrodescendientes, de nuestras comunidades, ha

²⁹ Os documentos 23 e 54, de onde são obtidas as duas últimas citações, correspondem ao mesmo discurso de Correa. Como não foi possível achar o discurso completo, analisaram-se dois documentos onde há extratos dele.

sido y sigue siendo la pobreza. Es intolerable que el nacer indio, el nacer negro, en nuestra América, sea prácticamente sinónimo de ser pobre, de nacer y morir pobre. Eso no es tolerable más tiempo. Tenemos que cambiarlo y de forma rápida, revolucionaria. Por supuesto, respetando la plurinacionalidad de las culturas. Pero no nos perdamos: el principal desafío es sacar de la pobreza a nuestros pueblos ancestrales, a nuestros pueblos afrodescendientes. Pobreza que significa exclusión, exclusión de siglos, que no podemos seguir manteniendo. (54:4).

Essa extensa citação é sugestiva em vários sentidos, que vão ser brevemente mencionados, para serem retomados ao abordar as reclamações pelo reconhecimento étnico. Em primeiro lugar, é interessante que a citação mostra como o discurso bolivariano se oferece como uma superfície de inscrição de um tópico característico da história social do continente, mas de inclusão sempre difícil no discurso da esquerda: a questão étnica. Neste caso, a temática étnica é articulada equivalencialmente com a da pobreza. A revalorização destas reivindicações na agenda dos movimentos sociais é associada à emergência de novas demandas contemporâneas: a questão étnica como uma nova fonte de identidades e demandas sociopolíticas, historicamente relegadas a um segundo plano nas lutas sociais latino-americanas.

Em segundo lugar, ao articular a pobreza com as populações indígenas e afro, o discurso bolivariano mostra que a questão de classes é tão importante como a questão étnica para explicar a desigualdade nas sociedades da América Latina, e não dá para abordar a primeira desconsiderando a segunda. Essa é uma das questões históricas de uma parte da tradição marxista latino-americana desde o ensaio sobre “O problema do índio” de José Carlos Mariátegui (1976) em diante, assim como também é um assunto discutido e frequentemente subestimado pela tradição comunista mais ligada aos mandatos da Internacional. Um problema paralelo é identificado por Laclau no caso da incapacidade demonstrada pelo comunismo para inscrever no seu discurso as questões nacionais e étnicas na Europa do Leste (LACLAU, 2010, p. 229). Destaca-se aí um ponto mencionado anteriormente: a grande capacidade articuladora do bolivarianismo, que consegue atingir

diversas tradições da esquerda política do continente, além das diferenças que historicamente os caracterizaram.

A questão da pobreza também é articulada com a demanda pelo cuidado do Meio Ambiente, uma das chamadas 'novas demandas':

terrorismo es imponerle al mundo un modelo económico y comercial de desarrollo que privilegia a pocos y empobrece a las grandes mayorías, eso es terrorismo, terrorismo es ese sistema que en su afán de enriquecimiento rápido viene contaminando, envenenando el planeta, se aferran a sus políticas y se niega a cumplir con lo que se había comprometido en los acuerdos de Kioto, eso es terrorismo, que mayor terrorismo que poner en riesgo la sobrevivencia de la especie humana, eso está en juego en estos momentos (12:24).

Desta forma, o discurso bolivariano incorpora, através do vínculo entre as demandas pela pobreza e pela deterioração do meio ambiente, duas temáticas que historicamente ficaram num segundo plano nas principais tradições de esquerda do continente, tal como foi originalmente proposto pelo discurso ambientalista, desde o Informe Brundtland em diante (COMISIÓN MUNDIAL DEL MEDIO AMBIENTE Y DEL DESARROLLO, 1992). A articulação entre essas duas demandas aparece novamente em várias outras passagens (por exemplo, 12:12), que são analisadas ao caracterizar a demanda pelo meio ambiente.

Em resumo, a demanda pela pobreza e a desigualdade é uma demanda clássica das lutas sociais, que é incorporada à cadeia equivalencial bolivariana. Como foi exposto, também atinge uma diversidade de relações com demandas e com elementos do campo antagônico. Por um lado, é colocada numa relação antagônica de face ao "poder dos ricos", quer sejam os Estados Unidos e os países desenvolvidos na desigualdade no plano internacional, ou a oligarquia no nível nacional. Também é oposta ao neoliberalismo e ao capitalismo, na condição de sistemas econômicos que mantêm as desigualdades. Por outro lado, é articulada equivalencialmente com uma ampla diversidade de demandas na cadeia bolivariana, estabelecendo relações esperáveis com as demandas pela educação, saúde, superação da fome; mas também com outras mais heterogêneas, como a ligação com as demandas pelos direitos dos povos indígenas e afro, pela integração latino-americana, pelo cuidado do meio ambiente e pelo socialismo.

5.2.1.3 As políticas sociais

A demanda por políticas sociais é o terceiro tipo de demanda considerada, também inclusa no conjunto de demandas socioeconômicas. O fortalecimento das políticas sociais é uma reivindicação não tão clássica como as relativas à fome e à pobreza, sendo somente incorporada às lutas sociais na sociedade contemporânea, particularmente a partir da generalização do Estado-Providência, no século XX. Na América Latina atingiu um papel central nas demandas sociais nas últimas décadas. As reformas estruturais de tipo neoliberal das décadas de 1990 e início de 2000 recortaram as funções do Estado, e, especialmente, o orçamento para políticas deste tipo (FFRENCH DAVIS, 2006; KLIKSBURG, 2001). Diante disso, um dos lemas da proposta política da esquerda no continente no século XXI é o aumento das responsabilidades do Estado em relação à proteção social.

As políticas sociais assumem um papel central na atribuição de novos significados ao Estado no processo associado à construção hegemônica iniciada na região a partir do giro à esquerda (ainda quando o Estado delegava frequentemente sua execução sobre parcerias com o terceiro setor). Esse ponto vai além da mencionada distinção entre governos das esquerdas “socialdemocrata” e “populista”, como exemplificam os programas Bolsa Família e Fome Zero do governo de Lula, ou o Programa da Assistência Nacional à Emergência Social (PANES) no governo da Frente Amplia no Uruguai.

No caso da Venezuela bolivariana as políticas sociais são reelaboradas desde a perspectiva da segunda geração de Direitos Humanos, assumindo o desafio de cumprir com o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU de 1966 (vigente desde 1976):

Con una concepción de política social activa, que privilegia la garantía de los derechos sociales, económicos y culturales, derechos humanos, independientemente de la condición social y de la vinculación con el mercado de trabajo de los sujetos. En consecuencia se hacen exigibles la educación, la salud, la vivienda en el marco de una seguridad social universal, basada en la ciudadanía y no en el empleo. (RIVAS, 2011, p. 269).

Levando o enfoque ao caso da ALBA, observa-se a tentativa de desenvolver programas de políticas sociais no nível internacional. Isso inclui os programas de alfabetização através do método cubano *Yo sí puedo* (Eu sim posso) e de saúde através dos programas de estágios de médicos cubanos no exterior, particularmente, a *Operación Milagro* (Operação Milagre, também chamada Missão Milagre), pela qual oftalmologistas cubanos fazem milhares de operações de cataratas. Existem na região outras iniciativas para “internacionalizar” as políticas sociais, como por exemplo, o financiamento de programas sociais no Mercosul através do FOCEM.

Essas experiências, além de inovadoras em relação às funções das organizações internacionais, resultam também como sugestivas em relação ao papel que têm as políticas sociais na construção hegemônica associada ao giro à esquerda (lembrando a hipótese que é uma construção hegemônica regional, e não só nacional). Tal papel é fortalecido como consequência da superação do período neoliberal, no qual a cobertura social foi particularmente fragilizada pelas reformas estruturais.

As políticas sociais emergem então como um significante fundamental do giro, e como tal é incorporado ao discurso das novas relações internacionais na América Latina. Em relação à teoria da hegemonia, isso leva a questão à guerra de posições, onde há um significado novo atribuído ao Estado que começa a formar parte do senso comum das sociedades. Os cidadãos começam a assumir que o Estado deve ser responsável por coisas tão diversas como a transferência de renda ou uma operação de cataratas.

Nos discursos dos mandatários, a demanda pelas políticas sociais é considerada em relação a três temas: educação, saúde e políticas sociais em geral (incluindo políticas de transferência de renda). No total, contabilizaram-se 20 menções a esta demanda no conjunto dos discursos.

A necessidade de políticas sociais emerge como demanda democrática expressada como necessidade de cobertura social universal da população:

un solo bebé, incluso antes de ser parido, cuando la mujer está embarazada ya necesita atención: Y eso no puede quedar sólo para las mujeres que tienen recurso económico y pueden pagar una clínica, un médico, o pueden pagarle a una maestra o un maestro para que su hijo o su hija entre a la escuela. (55:55).

A expressão antagônica desta demanda surge apontando o capitalismo, o neoliberalismo e os Estados Unidos como responsáveis pelos problemas na cobertura social: “El problema es que la calidad de la educación ha decaído mucho con el neoliberalismo.” (5:20); “Pero también, reflexionando sobre dos formas de cooperación, Estados Unidos -repito- las cooperaciones, o los créditos siempre condicionados a la privatización de los servicios básicos” (35:7) ou

la medicina capitalista no atiende a los pobres. Cuesta conseguir un médico formado con los valores del capitalismo que vaya atender a los pobres. Esa es otra de las perversiones, de allí de nuevo la tesis: solo el socialismo nos permite salvar a los pueblos de la exclusión, de la miseria. (55:30).

Nesta última citação observa-se a passagem da demanda antagônica à popular: o antagonismo perante o capitalismo permite desenvolver mais uma vez a articulação de demandas socioeconômicas com a demanda pelo socialismo. O caráter contingente (e eventualmente arbitrário) desta articulação entre reclamações de tipo socioeconômicas e a demanda pelo socialismo aparece novamente ancorada na possibilidade de existência plena do povo: sua existência, negada pelo campo antagônico (neste caso capitalismo, neoliberalismo e os Estados Unidos), é possibilitada (“salvada” diz Chávez) pela articulação das demandas por políticas sociais de saúde e por socialismo.

Na sua expressão como demanda popular, as políticas sociais também se articulam com a demanda pela cooperação, sublinhando o sentido solidário conferido pela ALBA à integração regional:

El enorme significado que representa la declaración de territorio libre de analfabetismo en tres países miembros del ALBA: Bolivia, Nicaragua y Venezuela, es un paso en el combate que continúa para erradicar completamente este flagelo social en todos los países miembros de este mecanismo de integración de nuevo tipo. (10:4).

Esta citação, além de articular as demandas pela alfabetização e pela integração regional ao nível de particularidades sociais, também mostra mais um exemplo do duplo sentido que assume a questão particularidade/universalidade ao pensar a hegemonia nas relações

internacionais: o sentido de particularidade que assume uma demanda não é restrito ao seu sentido relacional (sintagmático) com respeito às outras demandas, embora também em relação à mesma demanda em outros países (ou seja, ao que denominamos demanda-país-como-particularidade). Dessa forma, as particularidades não são apenas constituídas por demandas sociais, mas também por países. A situação de carência experimentada e partilhada por algumas das sociedades latino-americanas, neste caso o analfabetismo, não só é articulada na cadeia equivalência, como também reforça uma das demandas dessa cadeia: a demanda pela integração regional, numa visão que liga a integração à solidariedade e à cooperação. O analfabetismo é superado em três países da ALBA através da cooperação solidária cubana, particularmente pela aplicação do programa de alfabetização *Yo si puedo* (“Eu sim posso”), também aplicado em outros países não integrantes da ALBA, como, por exemplo, Haiti e Uruguai.

Na maioria das intervenções nas quais se observa a articulação entre a demanda por políticas sociais e a demanda por cooperação ou pela integração regional, ocorre em referência à aplicação nos países da ALBA de programas cubanos de assistência social, através da cooperação. Junto com o *Yo si puedo*, também são mencionadas a Escola Latino-Americana de Medicina onde médicos cubanos formam estudantes de toda a região, e a *Operación Milagro*, por meio da qual oftalmologistas cubanos viajam a países latino-americanos para fazer operações gratuitas de catarata, através dos sistemas de cobertura pública:

Sólo como presidente, como gobierno en Bolivia no hubiéramos podido erradicar el analfabetismo, pero otro, si resaltamos la Misión Milagro, me acuerdo siempre cuando era dirigente todavía, ha aparecido en alguna reunión del comandante Fidel Castro, nuestro querido presidente histórico, y con el comandante Hugo Chávez una reunión en La Habana, y decían: *Podemos operar 100 mil en Latinoamérica, Misión Milagro*. Yo en ese momento decía: *Perdone, compañero Hugo, ¿qué están hablando estos?, ¿cómo van a operar gratuitamente 100 mil en Latinoamérica?, eso cuesta carísimo*. [...]. Pero ahora, sólo en Bolivia se han operado más de 300 mil bolivianas y bolivianos. Es la solidaridad. Esa es la otra cooperación.” (35:10).

As referências à “outra cooperação” (citação 35:10) e à “integração de novo tipo” (citação 10:4) reforçam o antagonismo perante ao neoliberalismo, ao opor a solidária integração bolivariana e a integração meramente econômico-comercial promovida durante o período neoliberal.

Finalmente, outra variante muito interessante é a expressão popular da demanda por políticas sociais através da sua articulação equivalencial com a demanda pela mobilidade transnacional dos trabalhadores: “Cuba nos paga la factura petrolera con 30 mil médicos cubanos en Venezuela, viviendo en los barrios más pobres, odontólogos, médicos, especialistas, etc. Son mecanismos de cooperación.” (55:56). A reivindicação pelo direito à mobilidade internacional das pessoas, e, particularmente, dos trabalhadores, é uma demanda muito importante no contexto da globalização, contemplada pela ALBA (embora de uma forma heterodoxa). A demanda é expressa numa relação de antagonismo com respeito ao sistema hegemônico, ao ser uma das principais críticas ao capitalismo globalizado, a dificuldade para a mobilidade da mão de obra (perante as facilidades oferecidas à mobilidade dos outros fatores da produção, particularmente bens, serviços e capitais). De fato, isso é destacado em algumas análises como uma das principais inovações da ALBA como processo de integração regional (VAILLANT, 2007).

A demanda pela livre mobilidade de pessoas também é expressa como demanda antagônica perante os EUA, por exemplo, na declarativa final da V Cúpula:

Condenamos la discriminación de los migrantes en cualquiera de sus formas, la migración es un derecho humano, no un delito. Por tanto demandamos una reforma urgente de las políticas migratorias del Gobierno de los Estados Unidos con el objetivo de detener las deportaciones y redadas masivas, permitir la reunificación de las familias [...]. Los verdaderos culpables de la crisis financiera son los banqueros que se robaron el dinero y los recursos de nuestros países y no los trabajadores migrantes. Primero están los derechos humanos y en particular los derechos humanos del sector más desprotegido y marginado de nuestra sociedad, que son los migrantes sin papeles [...] (31:8).

Em resumo, a demanda por Políticas Sociais emerge, em quase todos os casos, no antagonismo ao capitalismo ou aos Estados Unidos

(enquanto operadores do neoliberalismo); e articulada com a solidariedade, a cooperação, a integração regional “bolivariana” (por oposição à integração comercialista) e o direito à mobilidade dos trabalhadores. A primeira questão resulta numa consequência lógica: o neoliberalismo remete à origem da ALBA (sua origem como oposição ao ALCA), assim como oferece uma vertente de articulação com as lutas sociais da década de 1990 em oposição à onda de reformas estruturais. A segunda, deve-se a intenção de contrastar o modelo de integração da ALBA, face aos modelos de integração “neoliberais”, de interesse meramente econômico-comercial; e de contrastar o nível de desenvolvimento social de Cuba na década de 1990, baseado no socialismo, com o nível dos demais países da ALBA no período, no contexto do neoliberalismo.

5.2.1.4 O desenvolvimento

Um quarto elo da cadeia equivalencial é a demanda pelo desenvolvimento, possivelmente a demanda mais característica da América Latina desde meados do século XX. Associada fortemente às demandas de Estados e governos (a diferença das anteriores demandas, geralmente mais ligadas à sociedade civil), a questão do desenvolvimento foi uma das preocupações centrais dos países do continente nos últimos cinquenta anos, assumindo um lugar fundamental na agenda das relações internacionais, incluindo, naturalmente, as relações com os Estados Unidos.

De fato, o conceito de desenvolvimento é utilizado pela primeira vez, no sentido atualmente conferido, pelo presidente dos Estados Unidos Henry Truman, em 1949, ao chamar a atenção sobre a situação social dos países não industrializados, que ameaçavam ser tentados pelo bloco comunista. Com base nessa origem, alguns autores pós-estruturalistas, como o antropólogo Arturo Escobar (2011) e o sociólogo Wolfgang Sachs (1992), interpretam o termo como uma ferramenta de dominação dos Estados Unidos e do capitalismo global perante os países periféricos.

Sem desconsiderar a advertência que oferecem estas perspectivas, a demanda pelo desenvolvimento assumiu um papel central nas reivindicações dos países pobres durante o período de descolonização e da Guerra Fria. Neste contexto, é associada a outras reclamações como o direito de livre determinação dos povos, a soberania econômica, a industrialização, e a geração de condições justas no comércio internacional e na divisão internacional do trabalho, entre outras. No

caso particular da América Latina, cabe destacar a geração de todo um corpus de pensamento próprio em torno do termo, chamado justamente de pensamento desenvolvimentista, associado ao pensamento cepalino e à Teoria da Dependência.

Esta tradição intelectual fica também ligada a importantes movimentos no plano internacional, com especial destaque para criação da CEPAL e, posteriormente, da UNCTAD, ambas iniciativas propostas pelo economista argentino Raúl Prebisch. No contexto da presente pesquisa (e considerando a importância da estrutura institucional de organismos internacionais para a teoria da hegemonia no campo das RRII) é essencial apreciar a importância que adquiriu a CEPAL como o primeiro organismo internacional de importância que funcionou no âmbito latino-americano, excluindo os Estados Unidos. Isso é destacado numa das crônicas do brasileiro Celso Furtado, um dos principais economistas do organismo:

A CEPAL era vista como uma instituição que atropelava a Organização dos Estados Americanos (OEA), de docilidade comprovada, localizada em Washington [...]. O Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) simbolizava a cômoda, ainda que falsa, harmonia nas relações hemisféricas. Por que desviar para as Nações Unidas, essa arena tão menos segura, assuntos que vinham sendo tratados com êxito no âmbito pan-americano? Essa a razão pela qual o governo do Washington empenhara-se em evitar a criação da CEPAL, abster-se no momento da votação e fazia, agora, *démarches* para liquidá-la. (FURTADO, 1997, p. 212).

Nos discursos analisados, a questão do desenvolvimento emerge em várias passagens, na maioria das quais são resgatadas as temáticas já presentes nas mencionadas tradições latino-americanas: a dependência tecnológica, o comércio justo (ligado à teoria da “deterioração dos termos do intercâmbio”, na qual Prebisch discutiu as teorias ricardianas do comércio internacional), a autonomia financeira, a integração regional, industrialização (em geral, geração de valor agregado) e o planejamento estatal da economia.

O desenvolvimento é expresso como demanda democrática numa forma similar às anteriores, apontando a formas de enunciação reconhecidas como válidas e pertinentes pelo sistema de significação hegemônico, isto é, a expressão quantitativa da demanda apoiada em

dados estatísticos de organismos internacionais associados ao sistema institucional hegemônico: “Según cifras del PNUD, Naciones Unidas, Venezuela estaba hace 10 años en el rango medio del índice de desarrollo humano. [...]. Son indicadores internacionales que dicen un poco lo que aquí ha ocurrido.” (38:42). Também é expressa em termos de demanda particular como um direito: “en estos nuevos tiempos los derechos de los pueblos y estados a participar del desarrollo son irrenunciables (50:28).³⁰

Também se observa novamente a crítica à absorção institucionalizada da demanda pela hegemonia dos países desenvolvidos, no contexto da crise econômica: “Tampoco ha sido visible un incremento en la Asistencia Oficial al Desarrollo.” (2:12). Esta crítica de Raúl Castro à absorção institucional no sistema hegemônica da demanda pelo desenvolvimento vem ligada a sua colocação como demanda articulada equivalencialmente com outras demandas, a partir da coincidência na atribuição de sua insatisfação comum aos países ricos e ao capitalismo:

La solución del G-20 no resuelve tampoco la inequidad, las injusticias y la insostenibilidad que implica el sistema capitalista. Es la misma retórica de las solemnes declaraciones de los países del Norte de que no aplicarán medidas proteccionistas y que destinarán nuevas ayudas, que no alteran los fundamentos del subdesarrollo al que se nos condena. (2:7).

Por um lado, a atribuição da origem da insatisfação aos países ricos e ao capitalismo surge claramente no discurso na ideia de “condena”. A expressão é bem direta: os países pobres são condenados ao subdesenvolvimento pelos países ricos. Por outro lado, a demanda pelo desenvolvimento (manifesta na condenação ao subdesenvolvimento), articula-se com as demandas pela iniquidade, pela injustiça, pelo protecionismo e pelo aumento da “assistência ao subdesenvolvimento”.

É interessante contextualizar a afirmação em relação às abordagens históricas da demanda pelo desenvolvimento: sua configuração em articulação com estas outras demandas (neste caso, uma articulação não tão contingente), e antagonica aos países ricos e ao

³⁰ Aqui já está presente a matiz recém mencionada, em relação à introdução dos Estados como titulares da demanda (papel que nas demandas anteriores ficava reservado à sociedade civil, ou, em termos do bolivarianismo “ao povo”).

sistema capitalista mundial, se contrapõe à interpretação histórica do desenvolvimento pelo sistema hegemônico. Tal “interpretação hegemônica” do desenvolvimento fundamenta-se na lógica da diferença, isolando a demanda pelo desenvolvimento de outras demandas presentes nos países pobres. Esta perspectiva é representada pelas teorias da modernização, desde o Rostow (1955) ao Inglehart (INGLEHART e WELZEL, 2005). Sem desconsiderar certas matizes, para estes autores, desenvolvimento e subdesenvolvimento não são dois estágios subsequentes na evolução das sociedades.

Pelo contrário, a percepção do subdesenvolvimento como uma consequência do capitalismo e do poder dos países ricos é uma interpretação histórica, afirmada pelos autores cepalinos, da Teoria da Dependência e da teoria do Sistema Mundo. Para eles, desenvolvimento e subdesenvolvimento são os dois lados da mesma moeda, no contexto da expansão mundial do capitalismo:

a) El subdesarrollo está conectado de manera estrecha con la expansión de los países industrializados; b) el desarrollo y subdesarrollo son aspectos diferentes de un mismo proceso universal; c) el subdesarrollo no puede ser considerado como primera condición para un proceso evolucionista. (BLOMSTRÖN e HETTNE, 1990, p. 15 *apud.*, DOS SANTOS, 2003, p. 25).

Paralelamente, algumas destas teorias também postulam a associação entre o subdesenvolvimento e outras demandas sociais (igualdade social, eliminação do autoritarismo, protecionismo industrial, intervenção estatal na economia, etc.). Dessa forma, a demanda pelo desenvolvimento se inscreve no discurso bolivariano em antagonismo perante o capitalismo e o poder dos países ricos, e em articulação equivalencial com outras demandas (*a priori* independentes e diferentes daquela, segundo a interpretação hegemônica). Esta articulação que o discurso bolivariano faz da demanda permite recolher interpretações que formam parte de importantes antecedentes identitários da América Latina, acrescentando as diversas particularidades inscritas na cadeia, a partir do antagonismo ao capitalismo e aos países ricos.

A insatisfação da demanda de desenvolvimento também é atribuída diretamente aos EUA, sendo o melhor exemplo disso a atribuição dos problemas de desenvolvimento de Cuba a: “el bloqueo económico, comercial y financiero que sufre el pueblo de Cuba, desde el

año 1962, por 46 años ininterrumpidos, y cuyos efectos atentan seriamente contra sus posibilidades de desarrollo.” (50:27).

A demanda pelo desenvolvimento também se articula com a reivindicação pela não intervenção de potências estrangeiras na política dos países latino-americanos (representada pela desestabilização destes), numa ligação baseada na demanda pela segurança energética:

Yo estoy seguro de que si Bolivia fuese desestabilizada y ocurriese lo que Fidel - alertándonos a todos-, llama una tragedia, el gas que fluye desde allí, desde esa región hacia Río de Janeiro, hacia San Pablo y que sostiene gigantescas industrias del complejo industrial brasileño, lo más seguro es que ese gas se detenga y entraría en crisis Brasil, crisis económica, energética, social y política, y lo mismo pudiera pasar con Argentina. Los que sabemos algo del tema energético, porque es por obligación, incluso lo hemos estado estudiando, sabemos que, como la presidenta Cristina lo ha dicho, hay una situación de altísima fragilidad energética en el Cono Sur, y el equilibrio tan inestable lo sostiene Bolivia, el gas de Bolivia está sosteniendo con grandes dificultades el ritmo de crecimiento de Brasil, de Argentina y de Chile en parte. (44:25).

Esta citação é particularmente interessante por sugerir que o poder dos EUA para desestabilizar a Bolívia (integrante da ALBA) ameaça o desenvolvimento industrial de outros países sul-americanos, incluindo as principais potências econômicas do continente (Argentina, Brasil e Chile), embora elas não integrem a ALBA. Assim, Chávez estabelece laços equivalenciais com outros Estados-como-particularidades (Estados vizinhos que não integram a ALBA), que no discurso ficam incorporados à cadeia equivalencial mediante sua ameaça comum pelo mesmo inimigo poderoso.

Finalmente, cabe mencionar brevemente algumas outras demandas que se articulam com a relativa ao desenvolvimento. Primeira, a demanda pela intervenção do Estado na economia (que inclui o planejamento econômico): "Yo creo que Honduras ha aprendido las lecciones, hoy necesitamos volver a la planificación del estado para favorece el crecimiento y desarrollo de nuestro país" (56:16). Segunda, a demanda pelo envolvimento do militares na vida cívica dos países: "la Fuerza Armada en nuestros países tienen un gran potencial para

participar en labores de desarrollo como lo estamos haciendo, batallones productivos, militares, civicomilitares, ¿ves?” (44:1). Terceira, a demanda pelo acesso à tecnologia, pela incorporação de valor agregado à produção de produtos primários e pela segurança alimentar:

estamos comenzando ya a montar aquí plantas madres, fábricas madres, fábricas de fábricas, las plantas de leche que tú viste por allá eso es parte, tiene que ser parte de este esfuerzo. Tecnología, y bueno equiparnos con las maquinarias necesarias para el desarrollo agroindustrial y el suministro de alimentos seguros a nuestros pueblos. (44:31).

A demanda pelo desenvolvimento também mostra, assim, um esquema complexo de ligações com outras demandas e oposição perante os atores incluídos no campo antagônico.

5.2.1.5 A economia alternativa

O que chamamos de demanda por uma “Economia Alternativa”, que é a última que integra a família de demandas socioeconômicas, consiste na reivindicação pela geração e promoção de alternativas ao capitalismo na organização da economia. De fato, é uma combinação de diversas demandas pela soberania financeira, pelo comércio justo e pela cooperação solidária, todas elas por sua vez associadas às demandas pelo controle aos efeitos negativos da economia capitalista.

A distinção entre a demanda pela economia alternativa e pelo desenvolvimento não é evidente. O critério utilizado, um pouco conceitual e um pouco operativo, foi incluir aqui as demandas por outras formas de organização da economia, alternativas ao capitalismo. A demanda pelo desenvolvimento é considerada como apenas uma reivindicação menos radical, pelo crescimento econômico, industrialização e geração de valor agregado, sem questionar o caráter alternativo (ou não) ao capitalismo.

A proposta de implementar um conjunto heterogêneo de diversas alternativas pontuais ao capitalismo, sem formar um conjunto único coerente (como seria o caso do socialismo), é associada aos movimentos antiglobalização e altermundistas. Esses movimentos, arraigados nas organizações da sociedade civil, têm atingido grande crescimento no mundo desde finais do século XX (HALLOWAY, 2005). Na América Latina ficaram fortemente ligados aos protestos sociais e às condições de descontentamento popular que caracterizaram a transição do período

neoliberal ao giro à esquerda. Um exemplo disso é o movimento gerado em torno do Foro Mundial Social. Ainda mais recentemente adquiriram uma força renovada, a partir da crise econômica internacional de 2008, especialmente associada ao processo de globalização financeira.

No discurso bolivariano, a associação entre as propostas altermundistas e alguns temas clássicos da história latino-americana resultam na especial atenção conferida a alguns dos temas que integram o repertório antiglobalização. Em primeiro lugar, a questão do acesso ao crédito com condições justas de interesse, uma demanda histórica na qual é possível rastrear até a origem dos estados latino-americanos (HALPERIN DONGHUI, 1969), e que, a partir da crise da dívida na década de 1980, renova seu peso nas relações internacionais dos Estados da região (TUSSIE, 1988). Durante o período neoliberal essa mesma demanda gera fortes mobilizações sociais, ao ficar a oferta de crédito dos organismos internacionais condicionada ao avanço dos governos nas reformas estruturais.

Em segundo lugar, a demanda pelo comércio justo, ligada à situação histórica dos países latino-americanos como tomadores de preços na venda de produtos primários, ponto central das análises cepalinas, e que no contexto do movimento antiglobalização assumiu uma renovada importância, associada aos protestos contra a liberalização comercial. Em terceiro lugar, a demanda pela cooperação solidária, como alternativa à cooperação condicionada oferecida pelos países desenvolvidos.

A articulação no discurso bolivariano entre a temática da 'economia alternativa' reivindicada pelo movimento altermundista com o pensamento latino-americano vai além destas perspectivas clássicas sobre o desenvolvimento. O bolivarianismo leva o assunto até as revoluções da independência, momento referido como o passado mítico de plenitude da comunidade: “Simón Rodríguez llamaba a [...] hacer dos revoluciones: la política y la revolución económica. [...] llamaba a la construcción de un modelo de economía social y un modelo de economía popular.” (1:14).

A ALBA, principalmente, aborda a demanda pela economia alternativa através de quatro linhas de ação: o Tratado de Comércio entre os Povos (TCP), acordo básico da ALBA, que em relação à economia, dá lugar ao desenvolvimento do “comércio justo”, manifesto principalmente no intercâmbio de petróleo venezuelano por diversos produtos produzidos por outros países da região (café, leite, etc.); o SUCRE, um sistema de compensação de pagos que permite evitar o uso do dólar no comércio entre os países da ALBA; O Banco da ALBA e as

“empresas *grannacionais*”, que financiam diversos projetos de cooperação internacional, incluindo cooperativas, empresas recuperadas pelos trabalhadores e projetos para pequenos produtores; e PetroAmérica, que oferece condições vantajosas para a compra de petróleo venezuelano.

A expressão particular desta demanda surge como reivindicação da necessidade de instaurar outra organização da economia. Em relação ao comércio justo, Ortega diz o seguinte:

estamos apostando a un modelo alternativo al capitalismo, un modelo que parte del principio de la Humanidad, la dignificación del ser humano, del comercio justo, del mercado justo, de la complementariedad. ¡Esos son los principios! El día que la Humanidad realmente ponga en práctica esos principios [...], el mundo estará caminando en la dirección correcta.” (5:10). Em relação à demanda pelo crédito, Machado Ventura diz: “La crisis que afecta a la economía internacional tiene impacto sobre todas nuestras naciones. [...] La contracción de los mercados de los países desarrollados afecta a casi todos, y la contracción del crédito agrava una situación financiera ya precaria. (34:12).

A demanda pela geração de alternativas à economia capitalista logicamente responde a uma relação de antagonismo com o sistema hegemônico: “Ese creemos nosotros que es el camino. Y el comercio justo: el libre comercio no existe en verdad; eso es una falacia, es una de las grandes falacias de la dictadura global.” (55:42). Mas nos discursos analisados a responsabilidade pela imposição da “ditadura global” não fica só na impessoal acusação ao sistema capitalista, mas também que os problemas do capitalismo são ligados ao poder dos EUA e aos países ricos, tal como acontecia na demanda por desenvolvimento: “un comercio justo alejado del capitalismo hegemónico que está en crisis. Para liberarnos de la dictadura del dólar que el imperio yanqui le impuso al mundo” (7:6).

Embora haja outras passagens nas quais o antagonismo seja estabelecido face aos EUA, ao capitalismo e ao neoliberalismo, é interessante aprofundar na questão da “ditadura do dólar”, por ser um significante de grande simbolismo que consegue condensar vários significados de interesse na luta hegemônica. Primeiro, associa o mau

do capitalismo a um ator concreto e poderoso, os EUA. Segundo, questiona o *statu quo* do sistema internacional no conjunto: “El Sucre [...] para impulsar el comercio entre nosotros mismos [...]. Esto nos va a permitir comenzar a quitarnos de encima la dictadura del dólar que nos impusieron desde allá, de Bretton Woods y más acá.” (45:34). Terceiro, oferece um novo exemplo de como o bolivarianismo estabelece a luta ao nível da significação, propondo uma lógica equivalencial perante a lógica da diferença.

Este último ponto se observa na intenção de levar à esfera econômica a demanda pela democracia (no sentido de igualdade), relegada pela lógica da diferença do sistema hegemônico institucionalizado à esfera política (e até a esfera da política interna, se for pensada a desigualdade institucionalizada no sistema internacional, por exemplo, no funcionamento do Conselho de Segurança da ONU). Assim, a ruptura equivalencial proposta pelo discurso bolivariano tenta primar pela lógica da diferença do sistema institucional. A demanda pela democracia (incluindo seu sentido de igualdade) não fica circunscrita ao âmbito da política interna. Pelo contrário, atinge também a política internacional (que todos os países têm de ter igualdade nas decisões coletivas) e na economia (que não é justo que o dólar seja o padrão internacional de troca).

Semelhante aos casos anteriormente abordados, a demanda pela economia alternativa articula com várias outras, formando uma cadeia heterogênea: se articula com as demandas pela seguridade alimentária, pelo socialismo, pela autogestão operária da produção e por poder aos trabalhadores: “hoy se van a aprobar 10 proyectos de ALBA-Alimentos, 10 proyectos de producción de alimentos. [...]: “Venezuela socialista”, todo eso son empresas socialistas en manos del pueblo y los trabajadores. (53:50); articula com as demandas pelo crédito, pela soberania, pela igualdade e pelo desenvolvimento: “el Banco del ALBA, [...] millones de dólares priorizados para el esfuerzo del desarrollo social y la colaboración con quienes más lo necesiten. Sin imposiciones obscenas de ningún tipo, respetando la soberanía. (45:26).

Por último, observa-se o mesmo procedimento que já foi exposto no caso do desenvolvimento: os laços equivalenciais dispostos atingem países da região que não integram a ALBA, mas com os quais se estabelecem relações que permitem ampliar a cadeia além daquele organismo:

Con Uruguay, por ejemplo, allá había, los trabajadores uruguayos con sus luchas salvaron muchas empresas de la voracidad neoliberal,

impidieron de mil maneras que las privatizaran, pero quedaron secas, nadie las financiaba, no tenían materia prima y los trabajadores en muchos casos viviendo en la miseria; hicimos un acuerdo con Tabaré, unos pequeños recursos en forma de crédito a unas fábricas que trabajan con el vidrio, recuerdo; con el cuero, y el último informe que el mismo Tabaré me daba hace poco, en una conversación que sostuvimos hace pocos meses, es que esas empresas están ahora funcionando. ¿Y con qué cancelan el crédito? Con productos. (29:4).

Em resumo, novamente observa-se nesta demanda a mesma dinâmica exposta para as anteriores, em relação à construção hegemônica. Primeiro, sua presença numa relação de antagonismo perante um amplo campo antagônico, cujo centro simbólico é o imperialismo dos EUA. Segundo, sua inscrição junto com outras demandas, muitas delas totalmente heterogêneas com respeito a ela, numa variedade de elos da cadeia equivalencial bolivariana.

5.2.2 As demandas políticas

A segunda família de demandas considerada se compõe do conjunto das demandas relativas ao que Laclau chama “la Política *tout court*” (2010 p.33) ou *politeia* (2010, p. 214): a prática de constituição e contínua reinvenção da comunidade política, diferenciável da política como simples administração.

No discurso bolivariano isso emerge na articulação de uma série de demandas tradicionais na política nacional dos países latino-americanos: a demanda pelo direito a estabelecer uma luta armada como via legítima de acesso ao poder; a demanda pelo envolvimento dos militares na vida política; as demandas pela aplicação de soluções revolucionárias e/ou refundacionais; a demanda pela criação de novas constituições; as demandas pelo socialismo e/ou pelo nacionalismo. Além destas sete demandas, há também um conjunto de demandas associadas ao apelo a recursos plebiscitários para resolver problemas de governabilidade, particularmente, aqueles relativos às disputas entre o mandatário e os outros poderes públicos. Isso inclui tipos particulares de procedimentos plebiscitários, como a possibilidade de permanência do mandatário no governo (além do período inicial e legalmente previsto),

e a aprovação de reformas constitucionais, mudanças nas regras eleitorais e a aprovação de normativas transitórias ou provisórias.

As demandas desta família são fundamentais para compreender o modo como a tentativa hegemônica bolivariana consegue influir na política interna dos países da região. O principal fator, neste sentido, é a possibilidade de implementar procedimentos políticos *a priori* incompatíveis com alguns dos princípios da democracia representativa, como por exemplo, o da alternância de governante. Por sua vez, o uso frequente de mecanismos considerados excepcionais, como os plebiscitos, as reformas constitucionais ou disposições transitórias do executivo (por exemplo, a lei transitória eleitoral em Bolívia, que permitiu a reeleição de Evo Morales) explica a manutenção destes governos no poder. Chávez explicitou desde o ano 2001 sua disposição para discutir e propor alternativas ao conceito de democracia representativa defendido pelo pan-americanismo na OEA, quando em oportunidade de discussão da Carta Democrática Interamericana defendeu a inclusão de cláusulas relativas à democracia participativa (ROMERO e CARDOZO, 2002).

5.2.2.1 O envolvimento de militares na vida cívica e a reivindicação da luta política armada (guerrilha)

Estas duas demandas ficam originalmente associadas aos acontecimentos bélicos que levaram à independência da maioria dos países da região, particularmente, das ex-colônias espanholas. Posteriormente, durante os séculos XIX e XX, os militares continuaram ocupando um papel central nas decisões políticas nacionais. Através de iniciativas golpistas, ou agindo como juízes nas disputas entre poderes civis, “La imagen de una Hispanoamérica prisionera de los guardianes del orden (y a menudo causantes del desorden) comienza a difundirse” (HALPERIN DONGHI, 1969, p. 137). Além do envolvimento dos exércitos nacionais na política, também emerge a demanda pela colaboração dos militares nas tarefas comunitárias e de desenvolvimento social, o que frequentemente é argumentada pela enorme importância relativa dos exércitos no gasto público dos países latino-americanos.

No discurso bolivariano, essa demanda é importante, dado o caráter militar de Hugo Chávez, militar guerrilheiro dos líderes cubanos (Machado Ventura e os irmãos Castro) e do Ortega, fato que é destacado nos discursos de Chávez: “Aquí, a pesar de que estamos uniformados Raúl [Castro] y yo, no hay dictadura: somos militares de la

democracia. Daniel Ortega, algún día, pronto lo veremos uniformado otra vez...” (45:33). Por outra parte, recolhe o sentido que adquire no pensamento bolchevique a integração dos militares na articulação dos diferentes setores populares, de onde é gerado o povo:

El ALBA es la vanguardia de la unidad del pueblo de nuestra América, y tiene que construirse con el calor de los pueblos indígenas, afrodescendientes, trabajadores, campesinos, soldados, que también somos pueblo (19:1).

A expressão democrática desta demanda fica associada ao pensamento de Bolívar, que fornece um fundo de legitimidade à reivindicação pela participação política dos militares: “La idea de aquel Bolívar que desde su tumba casi, ya en Santa Marta, dijo: ‘Los militares deben empuñar su espada para defender las garantías sociales’.” (1:12).

A demanda coloca-se no discurso bolivariano em uma relação antagônica perante o imperialismo dos EUA e à oposição política interna:

Estados Unidos no tiene ninguna moral ni autoridad para hablar de la democracia, porque desde allá se gestaban golpes de Estado, golpes militares, como ahora gestan golpes de civiles en Bolivia. Felizmente las Fuerzas Armadas se suman a este proceso revolucionario en Bolivia. Como las Fuerzas Armadas no hacen caso a la derecha ni al imperio, pues quieren dar golpe de estado civil esos grupos. (50:21-22).

O envolvimento dos militares nos atuais processos revolucionários opõe-se às tentativas de desestabilizar estes processos, que no fundo, quase sempre são atribuídas ao imperialismo dos EUA. O mesmo é afirmado com relação ao caso nicaraguense, num discurso que acrescenta outro ponto: o caráter revolucionário das forças armadas leva os EUA a encaminhar seu enfraquecimento, ou ao menos, evitar a cooperação no setor, mesmo durante os períodos de governos de direita:

en Nicaragua no podrán hacer lo mismo que en Honduras debido a que nuestro Ejército y nuestra Policía son hijos de la revolución, cuyos altos mandos e intermedios son ex-guerrilleros que combatieron por la liberación de Nicaragua contra la dictadura somocista. [...] debido a eso, los Estados Unidos, en los 16 años de gobiernos neoliberales jamás reemplazaron un fusil, un

tanque o un helicóptero a nuestro Ejército. (15:11).

Face a este antagonismo, a demanda também articula equivalencialmente com outras da mesma família. No seguinte episódio que Chávez conta ao Ortega, se observa a articulação com a demanda pelo direito à luta armada revolucionária (guerrilha) como via legítima para aceder ao poder:

yo era capitán, teniente, capitán y ya andábamos creando las primeras células del movimiento bolivariano en los cuarteles y mirábamos hacia allá, cuando yo te vi hace 20 años un día como hoy exacto tú estabas aquí, viniste uniformado a la toma de posesión de Carlos Andrés [Pérez], vino Fidel, yo andaba uniformado también con mi estrellita de mayor y un cordón aquí de ayudante de un general y me pasaron los dos por ahí cerquita. No me vieron, por supuesto, pero yo les saludé revolucionariamente [...]. (38:24).

Durante todo o século XIX, a existência de grupos políticos armados ou forças irregulares que ameaçavam ao poder soberano foi uma constante em todos os países da região, muitas vezes associada às guerras civis. Durante a guerra fria esta prática passou a ficar frequentemente associada à esquerda (particularmente através das ideias do castrismo e do foquismo) e oposta ao poder dos EUA e sua influência na região. O bolivarianismo também integra ao discurso esta demanda pela legitimidade da luta armada, articulada às demandas pelo direito à existência dos grupos políticos de esquerda, ambas as duas em antagonismo à democracia representativa, liberal ou burguesa, que impede sua existência:

No olvidemos que esos espacios se abrieron por la vía armada revolucionaria, la democracia burguesa tenía proscritas a las fuerzas de izquierda en Centroamérica y fue la lucha del pueblo salvadoreño, guatemalteco y nicaragüense la que permitió abrir estos espacios. (12:17).

Finalmente, a demanda pelo envolvimento dos militares na vida cívica também articula com demandas mais heterogêneas, correspondentes a outras famílias, como, por exemplo, a demanda pelo desenvolvimento: “la Fuerza Armada en nuestros países tienen un gran

potencial para participar en labores de desarrollo como lo estamos haciendo, batallones productivos, militares, civicomilitares” (44:1).

5.2.2.2 A revolução e a refundação nacional

A demanda pelo estabelecimento de governos revolucionários para solucionar os problemas políticos e sociais do continente também é tradicionalmente associada à história do continente. Novamente, em Hispano-América sua história pode rastrear até a própria origem da vida independente dos países, surgidas de lutas revolucionárias. Posteriormente, durante o século XX, numerosas revoluções nacionais atingiram o poder e numerosos governos iniciaram processos de refundação nacional, desde a Revolução Mexicana ao Estado Novo. Este tipo de processos incorpora uma diversidade de demandas por profundas transformações, que, por exemplo, podem incluir a reforma agrária ou a nacionalização de setores centrais da economia (como o petróleo ou a mineração). Atualmente, a existência de muitos partidos do sistema político latino-americano cujas siglas incluem a letra R reflete estes processos nacionais, assim como sua posterior institucionalização: o PRI mexicano, o MIR boliviano, o APRA peruano, ou o PRD panamenho, entre muitos outros casos.

Como foi mencionado no primeiro capítulo, a maioria dos governos dos países da ALBA autodenominam-se 'revolucionários' e efetuam mudanças de tipo refundacional, desde a modificação do nome do país ou dos símbolos pátrios, até a aprovação de constituições inteiramente novas.

O apelo à refundação nacional está no pensamento de Chávez mesmo antes da ascensão ao governo. Na I Cúpula da ALBA Fidel Castro lembrava a seguinte passagem de um discurso de Chávez em La Havana no ano de 1994 (depois de sua tentativa frustrada de golpe de Estado na Venezuela e sua posterior anistia):

Un mango madura cuando está verde, pero un mango podrido jamás va a madurar; de un mango podrido hay que rescatar su semilla y sembrarla para que nazca una nueva planta. Eso pasa en Venezuela hoy. Este sistema no tiene manera de recuperarse a sí mismo. (1:21).

Observa-se aqui a enunciação da demanda pela refundação nacional expressada em termos de demanda democrática, sustentada no diagnóstico generalizado da existência de grandes problemas na

sociedade. Outros exemplos similares são o anúncio de Zelaya da “instalación de la Tercera República” (56:1) na ocasião da adesão de Honduras à ALBA e do giro ideológico do seu governo, durante a II Cúpula Extraordinária de Tegucigalpa; ou a referência de Morales à ALBA como “La segunda liberación de nuestros pueblos, de nuestros países en Latinoamérica.” (50:6).

As demandas pela refundação e pela revolução também se apresentam como antagônicas face ao imperialismo dos EUA. No primeiro caso, a potência não permite o avanço das tentativas refundacionais que são percebidas pela potência como ameaças aos seus interesses na região:

Sucedió que cuatro meses y medio después del triunfo, el 17 de mayo de 1959, se aprobó la primera Ley de Reforma Agraria en nuestro país; [...]. Yo digo que ese es nuestro Rubicón, que cruzarlo significó la condena a pena de muerte a la Revolución Cubana [...]. Foster Dulles era abogado de la United Fruit Company, la misma que en Cuba en vez de Fruit, era United Sugar Company, y parte de sus tierras fueron afectadas por esa reforma agraria. (3:5).

No segundo caso, as demandas de revoluções também emergem opostas ao Imperialismo dos EUA, basicamente pelo mesmo motivo: “Bernardo Álvarez, [...] tiene en su récord [...] haber sido expulsado, siendo embajador de Venezuela en Washington. Lo cual es un honor para un revolucionario, que un Gobierno imperialista lo expulse.” (38:8).

A reivindicação da instauração de processos revolucionários, assim como outras demandas desta família, também inscrevem seu antagonismo perante a democracia representativa. Esta é considerada um mecanismo imposto pelos EUA, através do Pan-americanismo, para impedir qualquer tipo de mudança na região. Dessa forma, integra o campo antagônico do discurso bolivariano. Um bom exemplo disso, constantemente referido nos discursos, é a exclusão de Cuba do sistema interamericano como consequência da insaturação de um sistema socialista que não utiliza a democracia representativa. Além do antagonismo face à democracia representativa, a demanda pela revolução também se opõe mais amplamente às normas políticas que caracterizam os sistemas republicanos:

Bolívar escribió en una carta a un cura, [...] “en los gobiernos populares y sobre todo en

revolución se necesita de mucha política para poder mandar y las circunstancias actuales son tan críticas que usted no se lo puede imaginar, así pues es preciso atender más al espíritu que reina en el momento que a los principios que se deben seguir en un sistema regular y ordinario, gobiernos populares y sobre todo en revolución” digo yo, cuál es el espíritu que hoy reina para tomar la frase de bolívar, es preciso atender más al espíritu que reina que a los principios ordinarios irregulares de la política, nuestros pueblos piden cambios, hay un espíritu sin duda revolucionario recorriendo estos pueblos, [...] pero ese espíritu sabemos tiene que hacerse carne en la masa popular, en las estructuras políticas, en las estructuras económicas, [...]. (38:34-35).³¹

A seguinte citação é ilustrativa de como os conceitos de democracia representativa, liberal ou burguesa são associados no discurso bolivariano ao imperialismo dos EUA. Paralelamente, há uma articulação entre as demandas pela revolução, pelo socialismo e com Cuba como demanda-país-como-particularidade, postulando uma equivalência entre as três, sustentada na sua tentativa de insatisfação por aquele campo antagonico:

Cuba, un pueblo, una nación, una revolución que porque ha decidido mantener la defensa de su proyecto revolucionario socialista, ahí esta el imperio enconado y la condición que pone es que tiene que desaparecer el proceso socialista, tiene que desaparecer el socialismo de Cuba ¿para qué?, para que se establezca el modelo que existía antes de la revolución cubana, ese modelo pluripartidista que está dirigido precisamente para entronizar el control del poder económico del imperio sobre nuestros pueblos. (12:6).

Para finalizar são apresentados dois outros exemplos da articulação equivalencial das reivindicações da revolução e da

³¹ A citação também é sugestiva para fazer interpretações a partir da questão do “Estado de exceção” e sua relação com o Estado de Direito (AGAMBEN, 2004). Porém, desenvolver essa linha de análise excederia amplamente as possibilidades do presente trabalho.

refundação como demandas populares. A refundação articula com a demanda por uma nova constituição:

la solicitud en la calle, con el pueblo, del llamado a elecciones para una Asamblea Nacional Constituyente, para redefinir las bases fundamentales de la república que se vinieron abajo; las bases jurídicas, las bases políticas, las bases económicas, las bases morales incluso, [...]” (1:19).

A demanda pela revolução, por sua vez, articula com a reivindicação do envolvimento dos militares na política, a partir do antagonismo de ambas as demandas perante o corrupto sistema político:

nosotros tuvimos la osadía de fundar un movimiento dentro de las filas del ejército nacional de Venezuela, hastiados de tanta corrupción, y nos juramos dedicarle la vida a la construcción de un movimiento revolucionario y a la lucha revolucionaria en Venezuela, ahora, en el ámbito latinoamericano. (1:7).

5.2.2.3 Os procedimentos plebiscitários e as reformas constitucionais

Esta demanda fica historicamente associada ao populismo na América Latina (ZIMMERMAN, 1992). Além do populismo, a democracia plebiscitária é um assunto amplamente abordado por autores clássicos da ciência política e da sociologia (MARX, 2003; WEBER, 1991, 2002; SCHMITT, 1990; TOCQUEVILLE, 1978 *apud*. BOBBIO et al., 1998). Estes autores estudaram o apelo às consultas plebiscitárias por parte do governo para solucionar os conflitos entre poderes do Estado (particularmente entre o executivo e o legislativo), geralmente com resultados favoráveis àquele, que sai fortalecido. É possível sugerir uma distinção entre dois tipos de democracia plebiscitária, uma elitista, que utiliza o procedimento para limitar a participação das massas à aprovação das elites governantes (WEBER, 1994; SCHMITT, 1990), e outra associada à democracia participativa, que acha no plebiscito uma via pertinente para promover o envolvimento da sociedade nos assuntos públicos (MOUFFE, 1999). Além disso, a questão plebiscitária também fica ligada ao cesarismo ou ao bonapartismo, na hora de compreender determinados procedimentos políticos, opostos à tradição da democracia

representativa (MARX, 2003; GRAMSCI, 1966 *apud*. BOBBIO et al., 1998; JAGUARIBE, 1973).³²

No bolivarianismo, os procedimentos plebiscitários são uma prática muito frequente, como foi apontado no primeiro capítulo.³³ Na Bolívia, Equador, São Vicente e Granadinas e Venezuela houve ao menos um processo plebiscitário desde a ascensão dos governos que aderiram à ALBA, e na maioria destes países houve vários processos desse tipo. Os mesmos foram realizados com diferentes motivos: quer seja para aprovar reformas constitucionais ou novas constituições, para reeleições ou ratificações de mandatários, ou por consultas legislativas pontuais, às vezes ligadas às normas eleitorais. Entre estes motivos, destacam-se a reforma constitucional e a aprovação de novas constituições, procedimentos também de uso estendido nos governos bolivarianos (NEGRETTO, 2010). Além disso, em Honduras o presidente Zelaya tentou realizar uma consulta popular similar a um plebiscito com respeito a sua possibilidade de reeleição (embora não vinculante), iniciativa que valeu o golpe de Estado. O vínculo entre os procedimentos plebiscitários e o bolivarianismo é abordado por numerosos autores (MOLINA, 2003; RAMOS JIMÉNEZ, 2002). Assim, por exemplo, Viola e Leis referem-se ao “populismo plebiscitário” de Chávez (2007, p. 177).

A expressão da reivindicação do uso de procedimentos plebiscitários baseia-se no seu caráter de mecanismo republicano de manifestação soberana do povo, associado ao ato de sufrágio:

Como decía el compañero Chávez, creo que por primera vez, así he entendido, que en Venezuela ha habido un referéndum, consultar al pueblo, en Bolivia también estamos profundizando el referéndum, hasta el año 1952 no había el voto universal, el voto universal ha costado dos años, [...] me acuerdo perfectamente cuando era diputado, queríamos someter unas propuestas al pueblo; decían, referéndum no es constitucional, [...]Intentamos, nunca nos pedían, obligados a ir a una pequeña reforma para incorporar el

³² Os conceitos de cesarismo e bonapartismo oferecem uma sugestiva linha de interpretação do discurso bolivariano, devido ao uso frequente de procedimentos plebiscitários e à importância que o conflito externo ocupa nele. Porém, não é possível a sua abordagem considerando o escopo da dissertação.

³³ Os termos plebiscito e referendo são utilizados indistintamente, com base na impossibilidade de fixar um critério para sua distinção (BOBBIO et al., 1998).

referéndum, y ahora el pueblo son los que deciden con su voto, el destino del país. (35:17).

Nessa mesma linha de argumentação, o plebiscito é postulado como o mecanismo de expressão do povo, perante o poder do campo antagônico, integrado pelo imperialismo dos EUA, pela democracia representativa, pela imprensa e pelas tentativas desestabilizadoras:

Lo que ocurre hoy en Venezuela es otro impresionante ejemplo. Ni golpe de estado, ni golpe petrolero, ni referendo revocatorio con el apoyo de la casi totalidad de los medios masivos, pudieron impedir una victoria aplastante del movimiento bolivariano que alcanzó casi un 50 por ciento más de votos a favor del NO el 15 de agosto. [...]. La batalla, además, se desarrolló dentro de las mismas normas y reglas que el imperio ha impuesto para debilitar y dividir a los pueblos e imponer su podrida y desprestigiada democracia representativa. (1:37-39).

Finalmente, a reivindicação do uso de mecanismos plebiscitários é expressa como demanda democrática, através da sua inscrição em práticas discursivas de articulação equivalencial. No caso do referendo de São Vicente e Granadinas, a demanda se articula com o reclamo de uma reforma constitucional refundacional, perante o colonialismo britânico (o plebiscito foi para se independizar do *Commenwealth*): “En San Vicente y las Granadinas, para poder actuar en el marco de la Constitución, tendría que haber un referendo para dejar de ser una colonia británica” (9:4). No caso do primeiro referendo do primeiro governo de Chávez, também se articula com a refundação e a reforma constitucional, perante o sistema político anterior:

Diez años después podemos decirlo: lo logramos, logramos sacar a Venezuela del laberinto violento, terrible en el que se encontraba. Ese día firmé el decreto convocando al primer referéndum nacional de nuestra historia, el cual se hizo una verdadera batalla abierta tres meses después, y luego a los pocos meses se eligió a la Asamblea Constituyente, y a finales de año, el 15 de diciembre del 89, aprobamos nuestra Constitución Bolivariana. (32:19).

5.2.2.4 A reeleição de governantes

A tentativa dos governantes de ficar no poder além do período previsto na sua eleição é uma prática ligada a algumas das outras demandas abordados nesta análise. Em relação aos plebiscitos, desde Napoleão I e III, o plebiscito associa-se à continuidade de governantes no poder além do período previsto, a conferir a eles poderes especiais, ao cesarismo, etc. No caso da América Latina, a reeleição de governantes é ligada a outros elementos atribuídos ao populismo (militarismo, democracia plebiscitária, etc.).

Além desta discutível caracterização do populismo latino-americano, é interessante conferir o seguinte dado com respeito à relação entre reformas constitucionais, reeleição de presidentes e períodos dos mandatos:

Tomando en cuenta las reformas que se dieron durante todo el siglo veinte en esta materia, es posible concluir que las reglas de reelección presidencial, junto con los términos de mandato de los Presidentes, han sido históricamente las reglas constitucionales más inestables en América Latina. (NEGRETTO, 2010, p. 19).

No movimento bolivariano, como já foi mencionado, destaca-se dois dados ilustrativos da importância que assume essa questão, exceto no caso de Cuba, em todos os países que integram a ALBA ainda governam os mandatários que ficavam no poder no momento das respetivas adesões ao organismo, e todos eles foram reeleitos ao menos uma vez.

Nos discursos analisados, o assunto da reeleição é reivindicado como uma demanda democrática do povo ao sistema institucional. Num discurso Chávez diz a Skerit “Y si yo fuese un ciudadano de Dominica, lucharía con toda mi fuerza para que tú sigas siendo Primer Ministro de Dominica, por muchísimo tiempo más.” (38:11). Logo depois desse convite à reeleição do seu colega, Chávez expõe a demanda nas suas relações antagônicas e equivalenciais.

Hasta que el pueblo decida, pues. Ustedes saben que estamos aquí dando ese debate, rompiendo complejos, sin ceder a chantajes mediáticos. Porque lo primero que te dicen cuando se plantea el tema de la eliminación de las restricciones

impuestas, desde hace tiempo, a los liderazgos de América Latina, y que han impedido consolidación de proyecto alguno, al menos en Suramérica durante mucho tiempo, lo primero que te dicen desde las televisoras, los periódicos: ¡Tirano! Te quieres perpetuar en el poder, aquí no le hacemos caso a lo que digan las burguesías, a lo que digan en cualquier parte del mundo.

Estamos dando un debate, [...] 'que nosotros no estamos maduros en Venezuela para un sistema como ese, porque es contrario a la idiosincrasia', contrario a nuestra idiosincrasia es el modelo de democracia burguesa que nos impusieron, eso sí es contrario a la idiosincrasia de nuestros pueblos. Simón Bolívar fue presidente de la Gran Colombia, desde que nació la Gran Colombia, 1819 hasta que murió, él junto con la Gran Colombia. Y precisamente, lo echaron para destruir la Patria, y a quien veían como posible sucesor para mantener el ritmo de la Revolución, lo mataron también: al Mariscal Sucre.

Entonces, estamos discutiendo por qué alguien, un ciudadano o ciudadana que esté en una Alcaldía, en una Gobernación, en una diputación o en la Presidencia de la República, por qué, de dónde salió eso de que sólo es válida la reelección, como aquí la tenían, después de dos períodos, o una sola reelección, ¿de dónde salió eso?

Si es un buen gobernante y el pueblo quiere que siga, ¿por qué? Es una arbitrariedad impuesta en las constituciones. ¡Ah! Dicen los burgueses aquí, que la alternabilidad, ellos entienden la alternabilidad como aquello que aquí hubo: un ratico para ti y un ratico para mí, déjame robar cinco años que después yo te dejo robar cinco años; y el pueblo nada.

Es un debate que vamos dando, Daniel, [...], igual como empezamos a dar el debate sobre el socialismo. (38:12-20).

Igualmente nos casos anteriores desta família de demandas, a reivindicação da reeleição é atribuída ao povo, e oposta a um amplo campo antagonico, que inclui a burguesia, as potências estrangeiras, a imprensa, a democracia burguesa e o corrupto sistema político anterior.

Estes atores e mecanismos negam ao povo a possibilidade de atingir seu desejo, através de mecanismos institucionais que impedem a reeleição do governante.

Paralelamente, é interessante observar que desse antagonismo surge a equivalência com a demanda pelo socialismo. No discurso de Chávez, reeleição e socialismo são dois “debates” que estão acontecendo, perante inimigos poderosos opostos, que tiram do povo a possibilidade de escolher esses caminhos.

Finalmente, a demanda pela permanência no poder também se articula com a demanda pela cooperação internacional solidária:

no quiero interferir en una situación política de Venezuela, pero quiero decir que estaríamos privilegiados que usted pueda seguir siendo Presidente de Venezuela, [...] disfrutando de este sentido de cooperación y de solidaridad que hemos disfrutado en los últimos 10 años (36:4).

5.2.2.5 O socialismo

O último elemento do discurso bolivariano a considerar desta família é uma reivindicação tradicional das lutas sociais desde o século XIX: a demanda pelo socialismo. Desde os inícios do século XX o socialismo ficou como uma demanda amplamente presente na América Latina, embora só conseguisse se apresentar como hegemônica no nível nacional em contadas ocasiões.

Embora a situação de carência ou insatisfação não seja tão evidente como em alguns dos casos anteriores, igualmente é uma demanda, ao envolver a reivindicação de uma alternativa para solucionar situações de deficiência (deficiência de igualdade, por exemplo), cujo acesso pela comunidade fica impedido por conta da ação de um inimigo poderoso.

No caso do bolivarianismo, a ALBA é fundada em 2004, ano em que Chávez triunfa no plebiscito revocatório, logo depois anuncia a virada socialista da revolução bolivariana e funda o PSUV. O governo venezuelano já tinha estabelecido contatos com alguns intelectuais historicamente associados à esquerda na região, que contribuiriam na formulação e discussão das aproximações teórico-políticas do movimento, como, por exemplo, Martha Harcknecker (2003, 2008) ou Heinz Dieterich (2001, 2005, 2007). Porém, tem que ser sublinhados alguns detalhes que especificam ou relativizam a importância desse fato, e o papel que o socialismo tem no bolivarianismo. Primeiro, com

relação à complexa relação entre bolivarianismo e socialismo, Chávez conta que quando foi à Cuba em 1994, Fidel Castro explicou o seguinte:

La lucha por la igualdad, ustedes allá la llaman bolivarianismo, aquí en Cuba, bien sabido, la llamamos socialismo. Tú la llamas bolivarianismo y dice, estoy de acuerdo y si la llamas cristianismo -dijo- también estoy de acuerdo, [...] aquí estamos, bueno, inventando el socialismo bolivariano, la vía venezolana al socialismo. (38:21).

O segundo detalhe é que nem todos os países que integram a ALBA consideram-se socialistas, e esta ideologia não fica inclusa nos princípios da organização. O terceiro é que vários dos governos da ALBA que se declaram socialistas referem-se a um tipo particular: o socialismo do século XXI. Esse é, ao menos, o caso do Equador, Nicarágua e Venezuela. O termo refere-se a uma doutrina proposta pelo filósofo Heinz Dietrich (2002), que reserva um lugar muito importante aos mecanismos de democracia participativa, como a autoorganização operária e as organizações de base comunal (que no caso bolivariano correspondem às missões bolivarianas, conselhos populares, gabinetes do poder cidadão); enquanto evita apelar aos mecanismos tradicionais do socialismo real, como o partido único, e à democracia representativa.

O assunto emerge como demanda democrática, sustentada nas dificuldades atuais das sociedades latino-americanas, agravadas pela crise econômica mundial: “¿cuál es la alternativa? La alternativa es, [...] esta que se viene construyendo en esa Cuba heroica de Fidel, desde hace 50 años. Cuba se ha mantenido firme e imbatible con su proyecto socialista.” (37:2). A expressão isolada do socialismo é apresentada como uma reivindicação com um forte componente utópico. As seguintes citações são exemplo disso: Chávez afirma “Sólo el socialismo nos puede permitir construir una nueva y verdadera sociedad de iguales” (55:12); Correa diz: “Caminamos hacia el socialismo, hacia la sociedad inclusiva, y pondremos lo que esté en nuestras manos para que ese empeño se haga realidad en los países del ALBA”. (23:3); e no último exemplo de demanda democrática o chanceler de Equador demanda:

avanzar hacia lo que nosotros creemos necesario en el momento actual, que es una nueva visión de socialismo, un socialismo moderno, integral, que dé cabida a las demandas y aspiraciones de nuestros pueblos; que ponga al ser humano en la

definición y en la cúspide de los problemas sociales. (51:9).

Sua expressão como demanda antagônica se inscreve nas ações do imperialismo dos EUA tendentes a impedir a instauração de regimes socialistas na região, e atacar os países que avançam nesse sentido: “48 años de aquel día en que, [...] en la coyuntura de la invasión imperialista de Playa Girón, y en plena invasión Fidel declaró el carácter socialista de la Revolución cubana, ¡viva el socialismo!” (45:3).

Novamente, semelhante a vários dos outros casos desta família de demandas políticas, os reclamos por socialismo são impedidos de concretizar-se pelos instrumentos pan-americanos nos quais se sustenta a hegemonia dos EUA: “Cuba ha sido expulsada porque es leninista, marxista, comunista. Yo quiero decir a los miembros de la OEA: aquí yo quiero declararme marxista, leninista, comunista, socialista.” (50:20). E, também semelhante aos casos anteriores, o campo antagônico que luta por impedir a constituição da alternativa socialista é composto por atores internos e externos:

Esta batalla por nuestro socialismo, demanda de nosotros, además de una lucha sin tregua contra el coloniaje como estructura y sistema de dominación externa, una lucha permanente contra el colonialismo interno que domina, explota, oprime y discrimina con base en criterios étnicos y raciales. (18:4).

Na citação anterior já se percebe a articulação equivalencial com a demanda pelo respeito à diversidade étnico-racial, diante da insatisfação de ambas perante o colonialismo externo e interno. O socialismo também emerge como demanda popular articulando com outras demandas inscritas no discurso da ALBA, a partir do antagonismo face ao imperialismo dos EUA: articula assim com as demandas pela revolução, pelo cristianismo, pela solidariedade e pela união latino-americana:

Estados Unidos no aceptan que con nuestras propias fuerzas se esté abriendo un nuevo espacio en América Latina, de carácter revolucionario, cristiano, solidario y socialista, encabezado por la revolución bolivariana y su presidente Hugo Chávez, por lo que el imperio le ha declarado la guerra y viene conspirando para tratar de liquidar el modelo de unidad del ALBA. (15:3).

A citação anterior é interessante por mostrar o potencial de irradiação equivalencial da demanda pelo socialismo. Os casos anteriores desta família tendiam a compor um sistema mais ou menos fechado de articulação de demandas (plebiscito - reforma constitucional – reeleição). Agora, o caráter utópico do socialismo permite ampliar a capacidade articuladora desta demanda, atingindo demandas mais heterogêneas (como, por exemplo, o cristianismo), agindo em forma contingente. Algo similar acontecia com as demandas pela refundação e pela revolução, que também refletem uma maior capacidade de condensação de significados em torno delas.

Nesse sentido, a reivindicação do socialismo também articula contingentemente com outras demandas heterogêneas: com a fome “En el socialismo tenemos que producir alimentos.” (55:19); com o respeito pela diversidade étnicas: “Un socialismo nuevo, nuestro, americano, como decía Mariátegui: 'indoamericano, caribeño'. Afincado en nuestras realidades.” (55:40); e com o cristianismo: “Nosotros decimos en Nicaragua: cristianismo, socialismo, solidaridad, amar al prójimo como uno mismo, que lo ha practicado Cuba a lo largo de su heroica historia revolucionaria, y es lo que está poniendo en práctica el ALBA (12:8).

5.2.3 As novas demandas

Para finalizar a exposição particularizada das demandas, aborda-se as chamadas novas demandas. Isto remete à ideia de Laclau e Mouffe sobre a importância que novas reivindicações assumem nas lutas sociais, independentemente da luta de classes (LACLAU e MOUFFE, 1987). A análise vai se centrar em dois casos: a demanda pelo cuidado e conservação do meio ambiente; e a demanda pelo respeito e reivindicação da diversidade étnica, considerando, especialmente, as identidades indígenas e afro. No discurso bolivariano também se inclui como uma demanda deste novo tipo o reconhecimento dos movimentos sociais e seu envolvimento na vida política. Porém, não é analisado, pois a complexidade dessa demanda contrapõe-se ao limitado escopo da dissertação.

Certamente, são três demandas diversas em relação a sua antiguidade e história nas lutas sociais no continente, mas todas elas caracterizam-se pela sua recente revalorização no discurso da esquerda política, assim como na agenda internacional em geral. Dito processo é, em boa parte, resultado do fortalecimento das mobilizações sociais nas

décadas de 1990 e 2000, como consequência do descontentamento popular perante a globalização e o neoliberalismo.

5.2.3.1 A proteção e o cuidado do meio ambiente

Os reclamos pela temática ambiental começaram na década de 1970. Em 1972 aconteceu a primeira Conferência Internacional do Meio Ambiente, organizada em Estocolmo pela ONU. Posteriormente, em 1987, publicou-se o Informe Brundtland, onde se avançava em dois passos fundamentais: definir o desenvolvimento sustentável como um compromisso com as futuras gerações, e reconhecer que as situações de pobreza em vários países do mundo especificam o problema ambiental. Esse ponto iniciou a proposta de que os países desenvolvidos têm que assumir compromissos diferenciais em relação com a temática. Em 1991 a Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e do Caribe publica o informe *Nossa própria agenda sobre desenvolvimento e meio ambiente* (COMISIÓN DE DESAROLLO Y MEDIO AMBIENTE DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 1991), que constitui a primeira tentativa de abordar o problema, desde uma perspectiva regional. Finalmente, a celebração em 1992, no Rio de Janeiro, da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento demonstrou o compromisso da região com a questão.

Na agenda da ALBA, o assunto do meio ambiente tem uma importância considerável, embora os limitados avanços na implementação dos programas desse tipo (fenômeno que, por outra parte, é recorrente em quase todos os processos de integração regional, talvez com exceção da União Européia). Isso se verifica no programa ALBA-AMBIENTE e na declarativa aprovada na Conferência de Cambio Climático de Copenhague.

No discurso bolivariano, a questão do meio ambiente novamente emerge como uma demanda democrática sustentada em dados estatísticos confiáveis, que demonstram o grave da situação:

Se estima que desde que el hombre empezó a medir la temperatura, hace unos 150 años, en la época industrial, ésta ha aumentado en 0.5 grados centígrados y se prevé un aumento de un grado centígrado en el 2020 y de dos grados centígrados en el 2050. (5:2).

Logo depois, o argumento de Ortega mostra as deficiências da consideração do problema como demanda democrática, como é previsto pelo sistema institucional hegemônico:

34 países industrializados firmaron el Protocolo de Kyoto y ahí se comprometieron a tomar acciones para combatir, de forma conjunta, las emisiones de gas [...]. Estamos hablando del año 1997, es decir hace 11 años se reunieron y ¿qué han hecho hasta esta fecha...? ¡Después de años de negociación! (5:2).

Perante esta crítica à absorção isolada da reclamação pelo cuidado do meio ambiente como demanda democrática e institucionalizada, o discurso bolivariano continua atribuindo a situação de deficiência ao capitalismo:

¿En función de qué intereses se da el uso de recursos de una forma totalmente desproporcionada, desigual? En función del sistema capitalista. El capitalismo es el que absorbe, en su afán de generar riquezas, va absorbiendo, va produciendo sin ningún tipo de límite y al final va provocando la destrucción del Planeta (5:3).

A situação de carência também é atribuída mais especificamente aos Estados Unidos, esclarecendo assim as responsabilidades, que ficam muito genéricas no tom impessoal da acusação ao 'sistema capitalista':

en su afán de enriquecimiento rápido viene contaminando, envenenando el planeta, se aferran a sus políticas y se niega a cumplir con lo que se había comprometido en los acuerdos de Kioto, eso es terrorismo, que mayor terrorismo que poner en riesgo la sobrevivencia de la especie humana, eso está en juego en estos momentos (12:12).

Ao colocar o assunto como um problema global em relação à agenda internacional, e, particularmente, perante a Conferência de Copenhague de 2009, o discurso bolivariano faz um duplo movimento que permite avançar no desafio hegemônico: critica à inscrição isolada da demanda numa totalidade institucional/diferencial; e estabelecer laços equivalenciais com outros países não industrializados: “con los pueblos africanos buscando cómo acercar posiciones y hacer un frente común

con los países en vías de desarrollo incluyendo países emergentes como la República Popular China y la India.” (12:12).

A citação permite perceber novamente uma situação de guerra de posições, neste caso, gerada em torno do tema ambiental. O reconhecimento de responsabilidades diferenciais dos países desenvolvidos perante a deterioração ambiental global é um ponto central na determinação das clivagens do debate. A aceitação do ponto pela maioria dos países do sistema internacional, e até a ascensão por muitos países desenvolvidos destas responsabilidades diferenciais, envolve um avanço no desafio à hegemonia dos EUA. Por sua vez, diante da situação antagônica, o ponto também é uma fonte de articulação equivalencial entre países do Terceiro Mundo (considerados como demanda-país-como-particularidade), que pretendem que a proteção do ambiente não seja um novo obstáculo imposto pelos países industrializados ao seu desenvolvimento.

A articulação entre as demandas pelo cuidado ao meio ambiente e pelo desenvolvimento, diante do poder dos países industrializados, surge também claramente nesta outra passagem, de aparente inspiração cepalina:

La crisis tiene una dimensión ambiental y esto se expresa fundamentalmente por un deterioro de los términos de intercambio ecológico. América Latina y nuestras economías cada vez venden productos primarios subvaluados en términos ambientales, productos que no incorporan pérdidas de fusiones y servicios ambientales, que no incorporan costos y daños sociales y ambientales de los procesos y productos inherentes a su producción. (51:6).

A articulação entre cuidado ambiental e desenvolvimento, acrescentando também, a demanda pelo respeito à diversidade étnica, emerge no uso do termo *Buen vivir*, amplamente difundido nos discursos indígenas andinos nas últimas décadas. O conceito refere-se ao oferecimento de garantias sociais e direito a boas condições de vida à população, através da solidariedade e da distribuição da riqueza, controlando ao mesmo tempo, a procura de lucro e o compromisso com as gerações futuras no cuidado do meio ambiente (GUDYNAS, 2011).

Los países del ALBA estamos dando ejemplo de integración, porque estamos comprometidos a superar las condiciones de pobreza y exclusión, porque buscamos una adecuada distribución de la

riqueza, porque queremos alcanzar un porvenir compartido con todas las ciudadanas y ciudadanos, el buen vivir de nuestros pueblos ancestrales, el buen vivir, *sumak kawsay*, del pueblo aymara boliviano. Un inmenso abrazo a tu pueblo, querido canciller David Choquehuanca, el buen vivir de nuestros pueblos quichua también *suma qamaña*. (54:1).

A enunciação do conceito *buen vivir* em línguas *quichua* e *aymara* também ilustra a ligação entre a demanda pelo cuidado do meio ambiente e o reconhecimento da diversidade étnica. A tradução não tem um objetivo informativo, considerando que o resto do discurso é dito em espanhol. Pelo contrário, o objetivo é performativo e indexical:

Así, para que el reclamo funcione, para que concite consenso, y para que, performativamente, promulgue la universalidad misma que enuncia, debe experimentar un conjunto de traducciones a los diversos contextos retóricos y culturales en los cuales se forjan el significado y la fuerza de los reclamos universales. (BUTLER, 2011, p. 43).

Finalmente, o tema ambiental também articula com a demanda pela soberania energética, em base ao antagonismo perante o Imperialismo e as transnacionais:

Llegará el día, así lo sueño yo, lo soñamos nosotros, en que Haití, por ejemplo, y los países de nuestra América, del Caribe, consumamos en vez de gasolina en los vehículos, no el etanol ese que dice Bush, que va acabar con el maíz y con los alimentos, no, el gas. [...]. Y el gas es limpio, no contamina y es muchísimo más barato, menos costoso que el petróleo y sus derivados. [...] a partir de este convenio nosotros queremos empezar ya a hacer el plan porque ya comenzamos a perforar y a explotar gas. [...]. Bolivia y Venezuela tenemos la más grande reserva de gas natural de este continente y aquí estamos en el ALBA. [...] Lo que pasa es que tanto Bolivia como Venezuela éramos colonia. ¿De quién?, de las transnacionales comandadas o dirigidas por el imperio.

Ahora que somos libres, nos estamos liberando, estamos avanzando en esa dirección. Nosotros

hemos roto viejos contratos con las transnacionales que los gobiernos anteriores habían firmado en Venezuela, para explotar el gas y llevárselo; todo se lo iban a llevar, no había ningún compromiso, ni siquiera para el mercado interno venezolano. Ahora nosotros hemos roto con esto, tuvimos que esperar varios años, aguantar no sé cuántas demandas, etc. Y ahora ya tenemos el control del gas y de todo el negocio del gas. (24:1-3).

Em relação a esta citação, também é possível fazer uma breve digressão para avançar num outro elemento de interesse, no qual imediatamente se aprofunda ao analisar as demandas de tipo étnico: os limites na extensão da cadeia equivalencial. Quanto mais extensa é a cadeia, aparecem maiores possibilidades de contradições ou incompatibilidades entre as unidades nela articuladas. A referência crítica do Chávez ao etanol é repetida em outras passagens, e também nos discursos de outros mandatários. Isso é argumentado em relação à preocupação pela fome, devido ao uso de alimentos para produzir combustível. Mas a oposição ao etanol também pode se relacionar ao fato que as exportações de combustíveis fósseis são a principal fonte de recursos econômicos da maioria dos países da ALBA (Bolívia, Equador e Venezuela). A crítica à produção de etanol é referida geralmente ao antagonismo face aos EUA. Porém, como é sabido, dois dos principais produtores mundiais de etanol são dois países sul-americanos, Argentina e Brasil, vizinhos da Venezuela, e com os quais -como já foi exposto- o bolivarianismo tenta articular laços equivalenciais (embora não integrem a ALBA). Observa-se assim um primeiro exemplo de problemas em relação à inclusão na cadeia de demandas cujo interesse particular é contraditório. A contradição é ainda mais evidente, ao lembrar que o exemplo analisado da tentativa de inscrever esses países no discurso bolivariano (em termos de demanda-país-como-particularidade), justamente corresponde à articulação entre suas demandas pelo desenvolvimento e a demanda dos países da ALBA pela soberania energética (citação 44:20-22, já analisada). Como explica Laclau: “una demanda puede no ser incorporada a la cadena equivalencial porque se opone a los objetivos particulares de demandas que ya son eslabones de esta cadena.” (2010, p. 175). Na situação analisada, esse é justamente o caso da demanda pela substituição das energias fósseis por energias renováveis, incompatível com o interesse da maioria dos países da ALBA.

5.2.3.2 O reconhecimento e o respeito à diversidade étnico-racial

No caso das demandas étnicas, como já foi mencionado, as tradições da esquerda latino-americana tenderam a subordinar a questão étnico-racial à luta de classes. Isso sem esquecer-se da importância de algumas contribuições fundamentais, mas também, excepcionais, como as de Mariátegui (1976) e Franz Fanon (1965). Esse fato representa uma diferença notória entre as situações da América Latina e do Caribe saxão. Nestas sociedades caribenhas, de independência recente, cujas lutas sociais ficaram ligadas ao processo de descolonização, no qual o assunto racial assumiu um papel cardinal, associado aos descendentes das populações trazidas da África e da Índia. Na história da América Latina o assunto só assume maior importância durante alguns períodos excepcionais, principalmente no México, América Central e alguns países da região andina. Justamente, na última década, apareceram numerosos movimentos sociais deste tipo na região andina, cuja consideração é imprescindível para explicar os triunfos de Correa e Morales. De fato, o caso de Morales é significativo por ser o primeiro presidente índio do país com maior proporção de população indígena da América do Sul. Tais mudanças coincidem com uma tendência recente nas lutas sociais ao nível mundial, onde “hay una politización de vastas áreas de la vida social que abre el camino para una proliferación de identidades particularistas.” (LACLAU, 1994, p. 4 *apud*. BUTLER, 2011, p. 38). Entre essas novas identidades particulares, o exemplo analisado nesta seção apresenta um caso típico: “Una identidad particular es entendida como aquella que está atada a un contenido específico, tal como el género, la raza o la etnia.” (BUTLER, 2011, p. 39).

No discurso bolivariano, a questão étnica é expressa como demanda democrática a partir de sua enunciação isolada, que postula uma continuidade entre as lutas históricas dessas populações e o recente acesso ao poder de governos apoiados nos movimentos sociais indígenas: “esa lucha social, esa lucha del movimiento indígena desde hace 500 años atrás continúa. En algún momento yo pensé que llegando a la presidencia, al gobierno, ya estaba todo resuelto, pero no ha sido así [...]” (43:2). A identificação dos líderes da ALBA com populações indígenas e afro é uma constante sublinhada nos discursos, que envolve a demanda por dar poder a esses setores:

Roosevelt Skerit, bienvenido, hermano, primer ministro de las nuevas generaciones de líderes del Caribe, de ese Caribe nuestro y además, Caribe

negro. Se incrementan los negros en posiciones de gobierno. Ojalá que todos sean como Roosevelt Skerrit, comprometidos con los pueblos de verdad y con su raza y su estirpe. (32:11).

A reivindicação pelo acesso ao governo de líderes indígenas ou afro é uma aresta da demanda que permite passar a sua expressão antagônica, ao ser àquele um dado utilizado pela oposição política para desprestigiar as lideranças desde posições racistas:

La solidaridad del pueblo cubano, de otros pueblos como Venezuela, en Bolivia se siente, cómo entonces estos sectores oligárquicos no van a radicalizar sus posiciones, se reducen numéricamente, pero se radicalizan provocando. El año pasado, por ejemplo, al compañero Chávez lo trataban de macaco mayor y yo era el macaco menor, [...] si a los presidentes los tratan de monos, de animales, qué será el pueblo, cómo verán al pueblo, a ese pueblo indígena sobre todo. (43:23).

A citação também permite observar a ligação entre o povo e o líder, através da revalorização das identidades étnicas.³⁴ O antagonismo também emerge em oposição às civilizações estrangeiras que colonizaram o continente: “en lo que hoy es América Latina y el Caribe vivían cerca de 90 millones de aborígenes [...] ¡Siglo y medio después quedaban 3 millones! ¿Eso qué fue? ¿Se esfumaron? ¡Un genocidio, un genocidio!” (53:18). Sobre esse antagonismo, já se estabelece uma equivalência entre a reivindicação pelo reconhecimento dos povos indígenas e a soberania sobre os recursos naturais, fazendo um paralelismo entre a exploração de minerais preciosos pelas metrópoles na época da colônia e pelas transnacionais estrangeiras na década de 1990:

hemos recuperado las minas de diamantes nuestras, y tenemos unas minas muy ricas de diamantes. [...]. Una de las minas de oro más grandes del mundo está ahí, al sur del Orinoco. ¿Y

³⁴ A relação entre o líder e o povo é um ponto central na conceitualização do populismo de Laclau, e que no discurso bolivariano emerge como uma linha de interpretação sugestiva. Porém, o escopo do trabalho não permite avançar nesse ponto, ao ser privilegiada a análise da construção hegemônica a partir da dicotomização do espaço e da articulação equivalencial.

qué pasó? Las tenían en concesión grandes grupos económicos nacionales e internacionales. ¡Lasss!: Estamos rescatando eso. Y ahora es posible. Hay más de un ente internacional interesado en darnos financiamiento contra las reservas de oro de Venezuela; [...].

Imagínense ustedes entonces, Evo, cuántas minas de oro... Aunque los españoles se llevaron casi toda la plata y las minas de Bolivia. Dice Eduardo Galeano en *Las venas abiertas de América Latina* que España se llevó tanta plata del Potosí que bien se hubiese podido construir un puente de plata entre el Potosí y el Palacio de La Moncloa. Ojalá que no se ponga bravo nuestro amigo el Rey de España porque yo digo estas cosas, [...].” (53:12).

A questão étnica também articula com a demanda pela igualdade social (sendo o sentido tradicionalmente atribuído a esta demanda pela esquerda latino-americana), e, através dela, com o socialismo. Repetindo a habitual referência aos heróis da independência, Chávez cita um decreto de Antonio José Sucre:

Fíjense, esto es cortico, este decreto de Sucre, Daniel [Ortega]. Leo: “El General en Jefe del Ejército Libertador, encargado del mando de estos departamentos...”, esto es en Chuquisaca, 19 de febrero de 1826, era Sucre presidente de Bolivia, “considerando, primero, que los principios del Gobierno están opuestos a toda especie de desigualdades entre los ciudadanos. Segundo, que en esta ciudad de Potosí están clasificadas las parroquias por españoles e indios. Ha venido en decretar:

1. El prefecto del departamento, de acuerdo con el gobernador del Arzobispado, dividirá a la ciudad en cuatro parroquias por barrios.
2. Los habitantes de estos barrios, sean blancos, indios o de cualquier clase indistintamente, son feligreses de la parroquia a que pertenece el barrio.
3. Los prefectos de los departamentos cuidarán de que en todos los pueblos se haga esta misma división de parroquias, sin distinción alguna de clases.

[...]. 'Sin distinción alguna de clases': la sociedad sin clases, y esto fue mucho antes de Carlos Marx, ¿cuántos años, Raúl? Tú que eres experto marxista, leninista, Evo... el experto; 1826, 20 años, 22 años antes del Manifiesto Comunista, que fue en 1848. (53:42).

A passagem é particularmente sugestiva, por abordar novamente a articulação entre a questão de classes e a questão étnica (já mencionada ao abordar a demanda pela erradicação da pobreza). O bolivarianismo oferece assim, uma superfície discursiva de inscrição de um tópico característico -mas também obscuro- da história social do continente, definido pelo Mariátegui como “O problema do índio”.

Além do esquema teórico da passagem da demanda democrática à demanda popular, exposto até agora para todas as demandas descritas, a reivindicação pelo reconhecimento étnico permite exemplificar um outro ponto importante do esquema teórico de Laclau. Segundo o autor, todas as demandas que integram a cadeia equivalencial estão internamente divididas, entre a própria reivindicação particular, e sua existência equivalencial como elo da cadeia. Na análise realizada até agora, tentou-se expor esta divisão: o caráter particular das demandas foi descrito ao mencionar os seus antecedentes no espaço social latino-americano e suas expressões isoladas como demanda democrática nos discursos analisados; enquanto seu caráter equivalencial, como elo da cadeia, foi exposto ao apresentar sua articulação equivalencial com outras demandas.

Na maioria dos casos analisados essa divisão interna não explicitou nenhum caráter conflitivo, exceto a situação brevemente mencionada ao final da exposição da demanda pelo cuidado do meio ambiente. Porém, isso só é um esquema ideal da configuração necessária para o estabelecimento do desafio pela luta hegemônica. Na realidade, a tensão entre o caráter particular da demanda e sua articulação na cadeia equivalencial é a situação predominante. No caso que predomine o interesse particular, a tensão eventualmente pode ser irradiada ao conjunto da cadeia, através da contradição ou incompatibilidade entre essa demanda e as outras. A situação é resumida na ideia que a diferença entre as demandas continua operando dentro da equivalência:

Para cualquier demanda democrática, su inscripción dentro de una cadena equivalencial constituye un arma de doble filo. Por un lado, esa inscripción sin duda otorga a la demanda una

corporeidad que de otra manera no tendría: deja de ser una ocurrencia fugaz, transitoria, y se convierte en parte de lo que Gramsci denominó una ‘guerra de posición’, es decir, un conjunto discursivo-institucional que asegura su supervivencia en el largo plazo. Por otro lado, el ‘pueblo’ (la cadena equivalencial) posee sus propias leyes estratégicas de movimiento, y nada garantiza que estas últimas no conduzcan a sacrificar, o al menos comprometer sustancialmente, los contenidos implicados en algunas de las demandas democráticas particulares. Esta posibilidad es aún más real porque cada una de estas demandas está ligada a las otras sólo a través de la cadena equivalencial, la cual resulta de una construcción discursiva contingente y no de una convergencia impuesta a priori. (LACLAU, 201, p. 116-117).

A demanda pelo respeito à diversidade étnica frequentemente entra em conflito com o resto da cadeia, e, particularmente, com a demanda pelo desenvolvimento (igual ao que acontece no caso do cuidado do meio ambiente). Exemplo disso são as mobilizações de movimentos sociais indígenas que ocorreram nos últimos anos nestes países, em protesto pelos projetos de construção de rodovias, oleodutos, gasodutos e novos campos de mineração e extração de hidrocarbonatos. Correa abordou esses conflitos durante sua intervenção na X Cúpula, quando os protestos indígenas chegaram a Otavalo, cidade onde se celebrou o evento:

Es intolerable que el nacer indio, el nacer negro, en nuestra América, sea prácticamente sinónimo de ser pobre, de nacer y morir pobre. [...]. Tenemos que cambiarlo y de forma rápida, revolucionaria. Por supuesto, respetando la plurinacionalidad de las culturas. Pero no nos perdamos: el principal desafío es sacar de la pobreza a nuestros pueblos ancestrales, a nuestros pueblos afrodescendientes. (54:4)

Nessa passagem, Correa tenta superar a eventual contradição entre as demandas pelo desenvolvimento e pelo respeito à diversidade étnica, apelando à articulação equivalencial, face a insatisfação de ambas pelo sistema político anterior. Porém, no caso que a contradição

subsiste, esclarece a escolha pelo desenvolvimento, sustentada na necessidade de “sacar da pobreza os povos ancestrais e afro”. Isso pode envolver a exclusão das demandas étnicas da cadeia, no caso que predomine nelas seu caráter particular. A necessidade de avançar na satisfação das demandas pelo desenvolvimento e pela erradicação da pobreza faz com que não haja lugar para tratamentos especiais aos territórios das comunidades indígenas. Ou seja, que a particularidade da demanda pelo respeito à diversidade étnica fique subordinada a sua articulação na cadeia equivalencial:

El pueblo indígena de América, igual que el pueblo afrodescendiente, fue víctima por siglos de toda clase de abusos, de segregación, de racismo; tenemos que estar atentos y no caer en lo mismo que decimos combatir: en un etnocentrismo que reclama tratamientos especiales, existir por encima de las normas de convivencia a las que estamos sujetos todos. (23:1)

Na Teoria do Discurso de Laclau, a emergência de conflitos deste tipo é parte sustancial do processo de extensão da cadeia equivalencial:

cuando estoy intentando construir una identidad popular más amplia y un enemigo global mediante la articulación de demandas sociales, la identidad tanto de las fuerzas populares como del enemigo se vuelve más difícil de determinar. (LACLAU, 2010, p. 128).

Na passagem do discurso de Correa observa-se o primeiro ponto mencionado por Laclau, relativo à dificuldade na construção do campo popular. O segundo ponto, referido à determinação da identidade do inimigo, também emerge nessa mesma cúpula, quando o discurso de Chávez acusa os protestos indígenas de serem vítimas da infiltração pela CIA (ou seja, novamente o imperialismo dos EUA é o responsável):

No se dejen los hermanos penetrar por la CIA. Cuesta mucho entender que un movimiento indígena salga a enfrentar o a desafiar al gobierno del compañero Correa, no lo puedo entender ni ayer, ni hoy, ni mañana ni nunca. Eso se detecta con las infiltraciones de la CIA en esos movimientos.³⁵

³⁵ Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2010/06/25/mientras-haya-imperialismo-y-capitalismo-seguira-la-lucha-resumen-de-los-debates-de>

A demanda pelo reconhecimento étnico acaba agindo assim, como um significante flutuante, que pode ser articulado indistintamente por qualquer um dos dois campos antagônicos: pelo discurso hegemônico (os EUA, as ONGs da União Européia, a ONU), ou pelo discurso bolivariano. Laclau explica que esses significantes são eventualmente incompatíveis com outras demandas da cadeia, e, ao mesmo tempo, potencialmente incorporáveis por outros discursos, opostos à tentativa hegemônica emergente: “su sentido permanece indeciso entre fronteras equivalenciales alternativas. A los significantes cuyo sentido está 'suspendido' de este modo los denominamos significantes flotantes.” (LACLAU, 2010, p. 165).

Um último ponto interessante do assunto (que de qualquer modo não vai ser possível aprofundar) é a ligação que Laclau postula entre os significantes flutuantes e a heterogeneidade social radical dos “povos sem história” (2010, p. 186 e ss.). No discurso bolivariano, assim como nas lutas sociais do século XIX citadas por Laclau, a questão étnica e identitária aparenta ser também o maior desafio à tentativa de articulação equivalencial. Isto leva novamente a questão ao Mariátegui: daí as dificuldades na integração de “O problema do índio” à luta socialista. Em relação a esse ponto, ainda há dúvidas se o bolivarianismo consegue ser mais eficiente que a Internacional Comunista. O fundamento da dificuldade é atribuído por Laclau ao historicismo teleológico que fica no fundamento das diferentes tentativas hegemônicas: “Los 'pueblos sin historia' han ocupado el centro de la escena hasta el punto de destrozarse la noción misma de una historicidad teleológica.” (2010, p. 186). Seguindo essa ideia, o sentido teleológico envolvido no conceito de “desenvolvimento”, e o conflito demonstrado pelos movimentos sociais indígenas face essa demanda, dão conta de um dos desafios que o bolivarianismo tem pela frente.

5.3 A IDENTIDADE BOLIVARIANA E A CRIAÇÃO DO POPULISMO

As duas seções anteriores deste capítulo se aprofundaram, especialmente, nos dois primeiros passos da proposta de Laclau para a configuração do campo estrutural que permita estabelecer um desafio

la-cumbre-del-alba-en-ecuador/>. Acesso em: 23 jan. 2012. As partes do discurso expostas neste site não foram consideradas na análise no Atlas.ti por terem sido identificadas posteriormente.

hegemônico, ou seja, novamente: a dicotomização do espaço através do antagonismo em face de um inimigo poderoso e a articulação equivalencial de demandas insatisfeitas. Não obstante, também apareceu em várias passagens a emergência de uma subjetividade popular, a partir da articulação de demandas. No fio condutor das argumentações dos mandatários nas cúpulas, essas articulações geralmente eram destinadas à salvação do povo. Porém, como foi explicado, na perspectiva política, essas articulações criam “o povo” do bolivarianismo.

Similarmente, também apareceram nas seções anteriores, várias referências a Bolívar (às vezes junto com seus camaradas da luta independentista) como signifiante que condensa diversos significados envolvidos nas demandas articuladas: desde a luta pelo respeito à diversidade étnica até as reivindicações pelo envolvimento dos militares na vida cívica ou pela reeleição do líder, passando, sobretudo, pelo anti-imperialismo e pela luta pela união latino-americana.

Nesse contexto, o objetivo deste bloco final é analisar qual das demandas articuladas consegue hegemonizar a cadeia equivalencial (ou seja, definir que particularidade consegue representar à cadeia como totalidade):

las relaciones equivalenciales no irían más allá de un vago sentimiento de solidaridad si no cristalizaran en una cierta identidad discursiva que ya no representa demandas democráticas *como* equivalentes sino el lazo equivalencial como tal. Es sólo ese momento de cristalización el que constituye al ‘pueblo’ del populismo. Lo que era simplemente una mediación entre demandas *adquiere* ahora una consistencia propia. Aunque el lazo estaba originalmente subordinado a las demandas, ahora reacciona sobre ellas y, mediante una inversión de la relación, comienza a comportarse como su fundamento. (LACLAU, 2010, p. 122).

A tarefa consiste então em observar se existe no discurso bolivariano “un denominador común que encarne la totalidad de la serie.” (LACLAU, 2010, p. 125), ou seja, que represente o conjunto. Como foi explicado no capítulo II, O denominador comum é geralmente o signifiante de alguma demanda, a qual, ao mesmo tempo, vai perder parte de sua particularidade para representar à totalidade. Esse é o sacrifício da liderança, tal como foi originalmente postulado por Gramsci nas *Notas sobre a questão Meridional* (2004).

Laclau explica que os significantes formados com base em nomes, têm maior potencialidade para a representação da totalidade: “porque temos uma série de demandas absolutamente heterogêneas, e o que as leva a seu ponto de unidade é simplesmente a presença do nome.” (LALCLAU, 2006b, p. 27). Isto aconteceu, por exemplo, com o movimento *solidariedade* na Polônia da década de 1980 (LACLAU, 2008, 2010). Os significantes que remetem à nomes demonstram uma potencialidade maior para hegemonizar a cadeia do que significantes mais claramente ligados a conteúdos ideológicos ou conceituais, cujo significado resulta mais ou menos unívoco para as pessoas, ou à certos significados mais frequentemente atribuídos a eles (por exemplo “socialismo”).

Nesse contexto teórico, o próprio nome do movimento analisado já oferece um indício do termo que pode cumprir a função de representar o conjunto: “Bolívar”. O termo Bolívar apresenta-se teoricamente pertinente, pois não tem um significado conceitual necessariamente unívoco. Pelo contrário, como foi observado ao longo da dissertação, pode referir várias coisas ao mesmo tempo. A maioria das interpretações históricas o associa com a luta pela independência da América do Sul e com o projeto de federação latino-americana. Entretanto, García Márquez também identifica a Bolívar com a luta antioligárquica e anti-imperialista, assim como com a preocupação pela soberania financeira. O discurso bolivariano acrescenta ainda muitos mais significados sobre seu nome, incluindo as reivindicações do socialismo, da reeleição de mandatários e do respeito à diversidade étnica, para relembrar somente alguns exemplos. A capacidade de condensar uma sobreabundância de significados é um primeiro ponto que permite pensar no termo Bolívar como o significante vazio que represente a cadeia.

Um segundo ponto que destaca a pertinência do termo Bolívar para essa função é o fato de que o termo é um nome, e ainda mais um nome que também remete a um líder histórico. Dessa forma, fica ainda mais liberado de significados conceituais e aberto a desenvolver a função condensadora. Laclau exemplifica isso com o peronismo (2010). Os nomes de líderes demonstram uma capacidade maior de representar a cadeia: “la forma extrema de la singularidad es la individualidad. [...], la lógica de la equivalencia conduce a la singularidad, y ésta a la identificación de la unidad del grupo con el nombre del líder.” (LACLAU, 2010, p. 130).

Finalmente, um terceiro ponto envolvido na avaliação da capacidade do termo Bolívar de atuar eficazmente como significante vazio é sua disposição para sacrificar seu significado particular. Na

tensão interna que, como foi explicado, subsiste em toda demanda entre seu significado particular (baseado na lógica da diferença) e seu significado como elo da cadeia (baseado na lógica da equivalência), nos significantes vazios necessariamente deve predominar o segundo polo, até o limite de abandonar o primeiro. Como destaca um comentarista de Laclau: “a função do significante vazio reside justamente em renunciar a sua identidade diferencial para representar o espaço comunitário, ou seja, o sistema de diferenças.” (DE MENDOÇA, 2006, p. 148).

Isso leva a análise a uma questão cardinal, evadida até o momento: qual é a demanda representada por Bolívar, antes de representar o conjunto da cadeia? No primeiro capítulo foi observado que o significado historicamente predominante atribuído ao termo foi de união latino-americana e independência (ou soberania, ou liberdade) (TORRES CAICEDO, 1865; GARCÍA MÁRQUEZ, 1998). Esses significados são recolhidos, sublinhados e ligados numa relação de interdependência pelo discurso bolivariano. Na Cúpula de lançamento da ALBA, Fidel Castro já ligava os dois significados a partir da figura de Bolívar: “Martí, admirador de Bolívar, bolivariano hasta la médula, compartió con éste hasta la muerte su sueño de liberación y unión de los países de nuestra América” (1:41). No discurso de Chávez união e liberdade também ficam interligadas:

El ALBA se va a convertir, nos decían algunos de ustedes hace un rato, Zelaya, es la convocatoria del Congreso Anfictiónico de Panamá, es esta, es la continuación, Daniel.[...]. Esto es Bolívar, esto es Sucre, esto es Morazán, Sandino, Martí. [...] los que dieron su sangre por la liberación y por la unidad, por la unidad para lograr la verdadera liberación. (53:36)

Dado que antes do surgimento movimento bolivariano, o termo Bolívar principalmente significava estas duas demandas (união latino-americana e independência), o sacrifício do conteúdo particular que hegemoniza a cadeia não é especialmente problemática. Ou seja, o alvo da demanda é a união dos países latino-americanos e sua independência face às potências estrangeiras, é a totalidade que passa a representar como significante vazio é, justamente, a união dos povos latino-americanos e caribenhos, formando uma única subjetividade popular, a partir da articulação equivalencial de demandas, contra o poder antagônico dos EUA. Até ainda é possível pensar se a federação latino-

americana significada tradicionalmente por Bolívar não fica refletida na ideia de articulação de demandas-países-como-particularidades.

Essa utilização da figura de Bolívar como significante da nova tentativa hegemônica é sumamente sugestiva, ao envolver a re-significação do sentido histórico de um símbolo nacional também valorado pelo *establishment* político anterior (ao menos nos casos da Bolívia, Equador e Venezuela), antagônico ao movimento bolivariano. Butler destaca especialmente o poder performativo desse tipo de prática:

'Recurrir' a un discurso establecido puede, al mismo tiempo, ser el acto de 'hacer un nuevo reclamo', y esto no es necesariamente extender una vieja lógica o entrar en un mecanismo por el cual el demandante es asimilado por un régimen existente. El discurso establecido permanece establecido sólo por ser restablecido de manera perpetua; por lo tanto, se arriesga en la propia repetición que requiere." [...]. Esta forma de performatividad política no absolutiza de manera retroactiva su propio reclamo, sino que recita y replantea un conjunto de normas culturales que desplazan la legitimidad desde una autoridad supuesta hacia el mecanismo de su renovación. Tal giro hace más ambigua –y más abierta a reformulación– la movilidad de la legitimidad en el discurso. (BUTLER, 2011, p. 50) .

Até agora, Bolívar aparenta ser o significante vazio ideal para assumir a representação da subjetividade popular à qual evolucione a cadeia equivalencial, cumprindo as condições teóricas previstas por Laclau. Permite assim, a ruptura hegemônica na qual a unidade da formação discursiva interamericana ameaça ser transferida da ordem conceitual (o pan-americanismo) à ordem nominal, aproveitando a retirada da lógica institucional hemisférica, gerada pelo descontentamento popular generalizado na década de 1990. É a singularidade com capacidade de unificar a heterogeneidade articulada equivalencialmente, face ao imperialismo dos EUA.

Não obstante, percebem-se ainda dois problemas. O primeiro é relativo à capacidade de significar eficazmente a totalidade da cadeia, ou seja, que todas as unidades dela percebam-se representadas pelo termo. Ao abordar anteriormente essa condição, foi aceito que a performance do termo era eficaz, observando a sobreabundância de demandas sociais nele condensadas pelo discurso bolivariano, assim como também por

outros discursos. Porém, ao pensar as especificidades da construção da hegemonia no nível internacional, através da articulação das demandas-país-como-particularidades, é bom se perguntar se efetivamente todas as sociedades são representadas pelo significante Bolívar. Voltando ao sentido histórico envolvido na figura de Bolívar, e considerando a citação de Bulter: o movimento bolivariano consegue que as sociedades saxãs do Caribe se identifiquem com Bolívar?

A análise de discursos realizada demonstra que não. Dos oito discursos considerados, dos líderes das ilhas angloparlantes (Antigua e Barbuda, Dominica, e São Vicente e Granadinas), só no discurso do Ralph Gonsalves se faz uma menção pontual e relativamente imprecisa a Bolívar:

Y voy a explicar exactamente qué quiere decir esta palabra ALBA, es una Alternativa Bolivariana para Nuestra América Bolivariana porque está fundada en la ideología de nuestro gran Libertador, Simón Bolívar. Su vida y obra política estuvo siempre fundamentada en valores fundamentales como la paz, la justicia y la fraternidad. (27:2-3)

Os demais discursos apenas referem-se à ALBA como organização, e depois à região. Não aparece nenhuma lembrança à figura histórica de Bolívar, nem ao bolivarianismo como movimento ou ideologia. Dessa forma, não é claro que a identidade bolivariana consiga verdadeiramente representar a estas sociedades. A situação contrasta com a constante menção do bolivarianismo nos discursos de absolutamente todos os presidentes dos países hispanoparlantes (incluindo Cuba e Honduras, cujas independências não ficaram ligadas ao prócer). Logicamente, isso atinge extremos maiores nas intervenções de Chávez, que tende permanentemente a sugerir ligações entre o atual movimento bolivariano e a ação heroica de Simão Bolívar.

O segundo problema, também associado às especificidades da construção da hegemonia no nível internacional e à articulação das demandas-país-como-particularidades, consiste na ligação privilegiada de Bolívar a um dos países do bloco: a Venezuela. Sem dúvidas, é um problema identificado pelos atores, os quais até o tentam conjurar nas suas intervenções. Correa, por exemplo, afirma: “Simón Bolívar no se le puede llamar venezolano, sino más bien como el más grande latinoamericano de toda la historia” (16:3). Ainda é possível acrescentar o fato que sua ação heróica não fique somente ligada à independência

venezuelana, senão à libertação de vários outros países da região, onde também é considerado herói nacional (Colômbia, Equador, Bolívia, e Peru). O próprio Chávez é consciente disso, e também faz ênfase na tentativa de atribuir a Bolívar um caráter supra-venezuelano:

Hoy nosotros desenvainamos la espada de Bolívar, y la desenvainamos porque nos sentimos con derecho a hacerlo. Somos los legítimos herederos de aquel hombre, de aquella idea y de esa espada. Somos los legítimos portadores de aquel legado. Todos los que estamos aquí, *no sólo los venezolanos y las venezolanas*. (32:24, texto em caixas itálicas destacado pelo autor).

Mesmo assim, sua ligação privilegiada com a Venezuela é uma questão inevitável, que acrescenta-as ao papel de liderança ocupado por esse país na ALBA:

Y fue en medio de esa oscuridad, que apareció brillando la bandera de la Revolución Bolivariana, [...], apareció brillando la espada de Bolívar, levantada por el pueblo bolivariano, levantada por su presidente, el comandante, Hugo Chávez. (37:4).

Em resumo, o bolivarianismo significa união latino-americana, ou união latino-americana com liderança venezuelana? É interessante sublinhar que essa mesma suspeita também recaiu sobre o projeto federalista de Bolívar:

En el año 1826, cuando su poder comenzaba a declinar, logró reunir un congreso en Panamá, con el objetivo aparente de aprobar un nuevo código democrático internacional. [...]. La intención real de Bolívar era unificar a toda América del Sur en una república federativa, cuyo dictador sería él mismo. (MARX, 2011).

Essa dúvida envolve várias consequências em relação à teoria da hegemonia. Aparentemente, ainda subsiste no significativo vazio uma tensão entre as lógicas da diferença e da equivalência; uma tensão entre a lealdade com a particularidade da demanda que o originou, e a representação de uma totalidade absolutamente nova e independente daquela. A capacidade dos atores de deslocar os significados atribuídos ao significativo vazio, particularmente, entre seu significado particular e a representação da totalidade, é um ponto central do problema, talvez

não suficientemente teorizado. Lembrando a análise de Althusser sobre condensação e deslocamento (1971), estima-se que esta segunda prática discursiva também tem um importante papel no processo bolivariano, cujas consequências já têm mais a ver com as disputas pela liderança regional. Logicamente, a maior capacidade da Venezuela (e Chávez) de incidir nessa prática de deslocamento sobre o significante 'Bolívar' não fica somente apoiada na ligação entre Bolívar e Venezuela, senão também na liderança efetivamente cumprida até agora por aquele país, assim como no seu maior potencial econômico.

Mesmo assim, trata-se somente de cuidados que devem ser considerados, sem tampouco exagerar, e desconsiderar o espírito federalista envolvido no termo 'Bolívar'. O uso de Bolívar também deve relativizar essa liderança: ao menos o movimento é chamado de bolivariano, e não de chavista. Se o objetivo é unir os países da região, isso não pode acontecer a partir de um significante univocamente ligado a um país em particular. Voltando à comparação com a construção da hegemonia pan-americana, se a ideia era criar uma identidade hemisférica, o monroeismo, por exemplo, não podia cumprir a função de significante que representar a totalidade da cadeia.

6 CONCLUSÕES

A dissertação tentou cumprir com o objetivo inicial, previsto no projeto de pesquisa, vale lembrar: conhecer quais são as características determinantes do processo de construção de sentido proposto pelo movimento bolivariano no contexto da ALBA, na sua tentativa de desafiar a histórica hegemonia pan-americana e gerar uma nova hegemonia emergente?

Para isso, no segundo capítulo, depois da introdução, foi caracterizado o movimento bolivariano e o contexto histórico e político de seu surgimento. O alvo fundamental desse capítulo foi mostrar que o bolivarianismo, como tentativa de construção hegemônica, faz parte de processos mais amplos. Isso envolveu o exercício de apresentar as condições que possibilitam a emergência do bolivarianismo, e com as quais este interage no seu desenvolvimento. Entre elas, cabe destacar principalmente o declínio da hegemonia estadunidense e sua estrutura pan-americana, o giro à esquerda que aconteceu em vários países latino-americanos no início do século XXI, a procura de novas formas de coordenar a política internacional entre os governos da região e o êxito na Venezuela da revolução bolivariana liderada pelo presidente Hugo Chávez. Também se abordou, nesse capítulo, a relação do bolivarianismo com a figura histórica de Bolívar, seu pensamento e as posteriores interpretações em relação a ele. O objetivo dessa última seção foi apresentar a variedade de significados e sentidos atribuídos a Bolívar, gerados pelos diversos traços que ligaram o nome do herói com a política, a literatura e a sociedade latino-americana.

Posteriormente, o terceiro capítulo, foi dedicado à explicação do marco teórico desde o qual foi abordada a pesquisa. Primeiro, apresentou-se uma breve discussão sobre o uso do termo no campo das RRII; aprofundando depois com maior grau de detalhe, a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. Não obstante a divisão do capítulo nestas duas seções, procurou-se, em todo momento, superar a diferença no uso do termo hegemonia nos níveis internacional e nacional (uso predominante na Teoria do Discurso), através de exemplos que permitiram pensar aplicações do corpus conceitual de Laclau em ambos os níveis. O uso de exemplos (fictícios e reais) tentou manter um fio condutor, além da separação entre esses dois campos de estudo.

O quarto capítulo corresponde à exposição da metodologia da pesquisa, incluindo a apresentação da informação utilizada, o processo da análise do discurso e da construção dos dados. Um ponto importante desse capítulo foi o esforço em demonstrar a pertinência das fontes com

que se trabalhou, embora a quantidade de discursos considerados não permitisse dar conta da totalidade das intervenções presidenciais nas cúpulas da ALBA. Também se explicou aqui o critério de codificação numérica das citações, segundo o formato oferecido pelo programa da análise de discurso utilizado, o Atlas ti.

Finalmente, o quinto e anterior capítulo, se fez uma exposição detalhada da análise dos discursos das cúpulas da ALBA. Estes foram interpretados segundo os três passos previstos por Laclau para a emergência de novas hegemonias, com capacidade de desafiar as hegemonias institucionalizadas. Isto é, novamente: primeiro, a dicotomização do espaço social e o estabelecimento de um antagonismo perante um inimigo poderoso; segundo, a articulação contingente entre demandas insatisfeitas a partir do dito antagonismo, formando assim, uma cadeia equivalencial; e, terceiro, a emergência de uma identidade popular positiva que hegemoniza e nomeia a cadeia. Devido ao volume dos dados analisados (55 discursos e mais de mil citações), o capítulo só aborda uma parte do fenômeno analisado.

Na primeira seção desse capítulo final analisa-se a forma como o discurso bolivariano postula a dicotomização do espaço social hemisférico, a partir do antagonismo das demandas das sociedades latino-americanas e caribenhas, de face ao imperialismo dos EUA, a quem é atribuída a insatisfação daquelas. Isso se faz apresentando especialmente esta prática de dicotomização do espaço através de três demandas, cuja insatisfação é ligada ao imperialismo dos EUA: a demanda pelas carências socioeconômicas, pela soberania energética e pelas ingerências e agressões dos EUA. Também se mostrou como os outros inimigos que são responsabilizados pelas situações de insatisfação são condensados discursivamente num único campo antagonico. O agir desses outros inimigos sempre acaba referindo-se, em última instância, ao imperialismo dos EUA. O final da seção é dedicado a explicar as particularidades derivadas do sentido geográfico, que assume a dicotomização do espaço social hemisférico, já que a “fronteira social” teorizada por Laclau assume também, neste caso, um caráter manifestamente territorial.

A segunda seção, de maior extensão, apresenta de que forma o bolivarianismo age como uma superfície discursiva aberta à inscrição de diversas demandas insatisfeitas das sociedades, governos e Estados latino-americanos. É descrita aqui com maior exaustividade a cadeia equivalencial composta pelas relações de articulação contingente entre demandas, assim como pelas relações de antagonismo de cada uma destas demandas face ao campo antagonico. Na análise originalmente

realizada isto envolvia quatro famílias de demandas (socioeconômicas, políticas, novas demandas e utópicas), que abarcavam mais de vinte demandas. Porém, por motivos de espaço, apenas se apresentaram algumas demandas correspondentes às três primeiras famílias mencionadas. Um dos maiores interesses dessa descrição foi destacar o caráter contingente de muitas das articulações postuladas pelo discurso bolivariano, assim como o papel protagonístico que algumas demandas cumprem para superar a lógica diferencial estabelecida desde a formação discursiva hegemônica. Finalmente, nesta seção também foi reservado um espaço para dar conta dos problemas envolvidos na construção da cadeia equivalencial, particularmente, em relação aos significados flutuantes e às demandas que mantêm relações manifestamente contraditórias.

Por último, a seção final deste quarto capítulo mostrou o mecanismo pelo qual o bolivarianismo consegue tornar-se o significante vazio que expressa a totalidade da cadeia equivalencial. Simultaneamente, tal significante oferece um campo de deslocamento entre vários possíveis significados, incluindo a liderança venezuelana. Faltou aprofundar na análise das implicações da ligação entre Bolívar e Venezuela. Outros significantes que poderiam ocupar este lugar, como o socialismo, o cristianismo, o latino-americanismo ou o desenvolvimento, de fato, são articulados no discurso; porém, no momento, parecem longe de poder hegemonizar a cadeia equivalencial e representar-lhe em sua totalidade.

O longo percorrido da pesquisa permite aportar várias conclusões que estimam-se de interesse para a compreensão da temática. Ao retornar ao objetivo e à pergunta da pesquisa, verifica-se que o esquema teórico proposto por Laclau permite uma interpretação plausível e pertinente para identificar as características do discurso bolivariano (e do processo de construção de sentido a ele associado) que configuram um campo adequado para desafiar à hegemonia institucionalizada. Estas características são definíveis, novamente, a partir do esquema teórico de Laclau: dicotomização do espaço e estabelecimento de um antagonismo, articulação contingente de demandas numa cadeia equivalencial, e representação positiva da cadeia por uma particularidade que hegemoniza o processo. Agora, além do esquema teórico, observe-se que ditas características dotam ao movimento bolivariano de um potencial estrutural para desafiar à hegemonia pan-americana e, eventualmente, construir uma nova hegemonia emergente. Ou seja, abrem novas possibilidades no campo de variação da política internacional continental. Certamente, o conjunto do discurso

bolivariano mostra o desenvolvimento de práticas discursivas de constante dicotomização do espaço, baseado num antagonismo totalmente plausível face ao imperialismo dos EUA. Com base nesse antagonismo, o discurso bolivariano mostra uma enorme capacidade de articulação, atingindo algumas demandas de grande importância na história latino-americana e caribenha. Verificou-se como essa capacidade articuladora tenta superar algumas incompatibilidades historicamente manifestadas entre algumas das demandas, como, por exemplo, entre a luta de classes e as reivindicações étnicas. Também permite articular processos nacionais que já atingiram a hegemonia no nível interno, como o caso cubano, boliviano, brasileiro, haitiano, argentino e nicaraguense, entre aqueles mais facilmente identificáveis.

Porém, também se observou que, além dessa capacidade articulatória, há alguns pontos nos quais a cadeia começa a ficar mais instável, e algumas demandas ficam na alternativa entre o sacrifício do seu conteúdo particular pelo projeto hegemônico, ou sua saída do campo popular: esse é o caso das demandas pela procura de alternativas ao uso de combustíveis fósseis ou pelo reconhecimento da diversidade étnica.

Lembrando também das duas ambições intelectuais lançadas na introdução, uma teórico-metodológica e a outra empírica, a pesquisa permitiu avançar em relação a ambas. Em relação à primeira, a Teoria do Discurso de Laclau, seu *corpus* conceitual e sua conceitualização da hegemonia resultaram de grande pertinência teórica e metodológica para sua aplicação no campo das RRII.

Três características particulares dos fenômenos internacionais que apareceram durante a pesquisa permitem prever um enorme potencial para a aplicação da Teoria do Discurso nesse campo de estudos. Primeiro, a ausência de um poder central institucionalizado no sistema internacional (justamente, por isso, é frequentemente definido com um sistema anárquico), o que torna muito mais poderosa a capacidade explicativa do poder hegemônico sobre os processos políticos. Segundo, a variedade reticular de combinações resultante dos cruzamentos entre níveis nacional e internacional, bilateral e multilateral, e entre Estado e sociedade civil. Terceiro, a existência de um conjunto de dados autolegitimado, bastante definido e -sobretudo- limitado, que fazem de “o internacional” um campo facilmente demarcável, devido ao caráter explícito e institucional de suas práticas discursivas (declarações, comunicados oficiais, acordos, tratados, convenções internacionais, e intervenções de mandatários ou chanceleres nas cúpulas e visitas oficiais).

Em relação à segunda ambição, de tipo empírica, -novamente- estima-se que o movimento bolivariano demonstra cumprir com os passos previstos por Laclau para o estabelecimento de um desafio hegemônico, e, eventualmente, a construção de uma nova hegemonia. Porém, fica muito longe da análise feita a possibilidade de arriscar alguma hipótese sobre o eventual êxito (ou não) que o bolivarianismo possa atingir nessa tarefa, ou mesmo, uma proposta prospectiva para explorar os cenários possíveis nos próximos anos. Para isso, é necessário, primeiramente, analisar o contexto de circulação e recepção do discurso bolivariano nas sociedades latino-americanas e caribenhas. Logicamente, tal análise não pode surgir do estudo dos discursos dos mandatários nas Cúpulas, senão seria necessário uma coleta de dados sobre a recepção do bolivarianismo na sociedade civil do continente, assim como entre os governos e Estados que não integram a ALBA. Também é necessário para avançar nesse sentido considerar a concorrência de outros projetos de construção hegemônica, particularmente o sul-americanismo, e da liderança brasileira.

Sem possibilidades de avançar ainda nesses análises mais complexas, só é possível pelo momento sublinhar, novamente, a capacidade deste movimento em inscrever na sua superfície discursiva uma enorme diversidade de demandas. E, com base nisso, destacar também que essa mesma capacidade tem um papel central para compreender três elementos surpreendentes do bolivarianismo. Primeiro, sua capacidade de sobrevivência: catorze anos depois do triunfo inicial, Chávez ainda governa a Venezuela e a revolução bolivariana continua aprofundando-se, sem que seu caráter democrático tenha sido seriamente questionado no sistema internacional. Segundo, sua capacidade de influência e expansão: além da saída forçada de Honduras (depois do golpe de Estado de 2009) a ALBA não para de crescer, sendo também que a expansão do movimento bolivariano age muito além desse conjunto de países. Por último, o bolivarianismo segue sendo percebido pelo atual poder hegemônico como uma séria ameaça.

REFERÊNCIAS

ACOSTA ESPINOSA, N. Venezuela cultura y política en cuatro tiempos. **Espacio Abierto. Cuaderno Venezolano de Sociología**. 13, 2, 2004, p. 203 – 228.

ALBUQUERQUE BURITY, J. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: DE MENDOÇA, D.; PEIXOTO RODRIGUES, L. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008, p. 35-51.

ALTHUSSER, L. **La revolución teórica de Marx**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971.

ARDITI, B. Arguments about the left turn in Latin America. A post-liberal politics? **Latin American Research Review**. 43, 3, 2008, p. 59-81.

ARENAS, N. El populismo de Hugo Chávez: ¿revirtiendo la democracia venezolana? (2004-2007). **Araucaria**, 11, 22, 2009, p. 152-185.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

ATTINÀ, F. **El sistema político global**. Barcelona: Paidós, 2001.

AYERBE, L. F. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BERTRAM, B. New Reflections on the "Revolutionary" Politics of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe. **Boundary 2**, 22, 1995, p. 81-110.

BIGO, D.; WALKER, R.B. International, Political, Sociology. **International Political Sociology**. 1, 1, 2007, p. 1-5.

BIZZOZERO, L. Contenido y funcionalidad de BRIC y de Unasur en la política internacional de Brasil. Em: BIZZOZERO, L. e

CLEMENTE, I. **La Política Internacional en un mundo en mutación.** Montevideo: EBO, 2011.

BLANEY, D. L. Gramscian Readings of the Post-Cold War Transition, **Mershon International Studies Review**, 38, 2, 1994, p. 282-284.

BLOMSTRÖN, M. e HETTNE, B. **La teoría el desarrollo en transición.** México d.f.: FCE. 1990.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (orgs.). **Diccionario de Política.** Brasíla: UnB, 1998.

BORÓN, A. La mentira como principio de la política exterior de Estados Unidos. **Foreign Affairs en Español**, 6, 1, 2006, p. 61-68.

BROWN, D. Sandinismo and the Problem of Democratic Hegemony. **Latin American Perspectives**, 17, 2, 1990, p. 39-61.

BOLÍVAR, S. **Carta de Jamaica.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010.

BUTLER, J. Replantear lo universal. In: BUTLER, J.; LACLAU, E.; ZIZEK, S. **Contingencia, Hegemonía, Universalidad.** Buenos Aires: FCE, 2011, p. 17-51.

CALDERAS, F. **Bolívar frente a Estados Unidos.** Buenos Aires: Alborada. 1984.

CALDERÓN, E. **Brasil y el Consejo de Defensa Sudamericano: ¿liderazgo de la cooperación o gestión pragmática del disenso?** Buenos Aires: FLACSO. 2010.

CAMEROM, M. Latin American's left turns: beyond good and bad **Third World Quarterly**. 30, 2, 2009, p. 331-348.

CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. **Subdesarrollo y dependencia en América Latina.** México d.f.: Siglo XXI, 1969.

CARRANZA, M. E. Mercosur and the End Game of the FTAA Negotiations: Challenges and Prospects after the Argentine Crisis. **Third World Quarterly**, 25, 2, 2004, pp. 319-337.

CASTAÑEDA, J. G. **La utopía desarmada. Intrigas, dilema y promesa de la izquierda en América Latina.** Buenos Aires: Ariel, 1995.

---- Latin America's Left Turn. **Foreign Affairs**, 85, 2006. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.org/20060501faessay85302/jorge-g-castaneda/latin-america-s-left-turn.html>>. Acesso em: 22 fev. 2009.

CASTRO, E. J. Gaddafi and Latin America. **Soc**, 48, 2011, p. 307–311.

ÇELİK, N. B. The constitution and dissolution of the Kemalist imaginary. In: HOWARTH, D. et al. **Discourse Theory and Political Analysis. Identities, Hegemonies and Social Change.** Manchester & New York: Manchester University Press, 2000, p.193-204.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil.** Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora UNB. 2002.

CHAVEZ, H. **Con el ALBA despiertan los pueblos.** Caracas: Ministerio del poder popular para la Información y la Comunicación, 2008.

CLOHESY, A. Provisionalism and the 'im'possibility of justice in Northern Ireland In: HOWARTH, D. *et al.* **Discourse Theory and Political Analysis. Identities, Hegemonies and Social Change.** Manchester & New York: Manchester University Press, 2000, p. 70-86.

COMISIÓN DE DESARROLLO Y MEDIO AMBIENTE DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Nuestra propia agenda sobre desarrollo y medio ambiente.** México d.f.: FCE, 1991.

COMISIÓN MUNDIAL DEL MEDIO AMBIENTE Y DEL DESARROLLO. **Nuestro futuro común.** Madrid: Alianza, 1992.

CONNELL-SMITH, G. **Los Estados Unidos y América Latina.** México D.F.: FCE, 1977.

CORRALES, J e FEINBERG, R. E. Regimes of Cooperation in the Western Hemisphere: Power Interests and Intellectual Traditions. **International Studies Quarterly**, 43, 1999, p. 1-36.

COX, M American power before and after 11 September: dizzy with success? **International Affairs**, 78, 2, 2002, p. 261-276.

---- Is the United States in decline—again? An essay **International Affairs**, 83, 4, 2007, p. 643-653.

COX, R. Hegemony and Social Change – Forum. **Mershon International Studies Review**, 38, 2, 1994.

---- **Approaches to world order**. New York: Cambridge university press, 2009.

DE MENDOÇA, D. A impossibilidade da emancipação: notas a partir da teoria do discurso In: DE MENDOÇA, D. e PEIXOTO RODRIGUES, L. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008, p. 53-69.

---- A condensação do 'imaginário popular oposicionista' num significante vazio: as 'diretas já' In: DE MENDOÇA, D. e PEIXOTO RODRIGUES, L. **Ernesto Laclau e Niklas Luhmann: pós-fundacionalismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2006, p. 146-169.

DE MENDOÇA, D. e PEIXOTO RODRIGUES, L. Em torno de Ernesto Laclau. In: DE MENDOÇA, D. e PEIXOTO RODRIGUES, L. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008, p. 25-33.

DER DERIAN, J. Introducing Philosophical Traditions in International Relations, **Millennium**, 17, 1988, p. 189-193.

----**Antidiplomacy. Spies, Speed, Terror and War**. Oxford: Blackwell, 1992.

DER DERIAN, J. e SHAPIRO, M. (eds.) **International / Intertextual Relations. Postmodern Readings of World Politics.** Lexington: Lexington Books, 1989.

DIETERICH, H. **Hugo Chávez, un nuevo proyecto latinoamericano.** La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2001.

---- **El socialismo del Siglo XXI. La democracia participativa.** Bilbao: Baigorri, 2005

---- **Hugo Chávez: el destino superior de los pueblos latinoamericanos y el gran salto adelante.** Madrid: Alcalá Grupo Editorial, 2007.

DMITRIEV, B. **La biografía del "Gran Garrote".** Moscú: Editorial de la Agencia de Noticias Nóvosti, 1987.

DOS SANTOS, T. **La teoría de la dependencia. Balance y perspectivas.** Buenos Aires: Plaza Janés, 2003.

DUARTE VILLA, R. Novas lideranças sul-americanas: clivagens sobre o binomio estabilidade-instabilidade política **Rev. Sociol. Polít.,** Curitiba, 17, 32, 2009, p. 71-82.

ESCOBAR, A. **Encountering development: the making and unmaking of the third world.** Nueva York/Londres: Princeton University Press, 2011.

FARER, T. J. Contadora: The Hidden Agenda. **Foreign Policy,** 59, 1985, p. 59-72.

FERNÁNDEZ RETAMAR, R. Calibán. **Casa de las América,** 68, 1971.

FFRENCH DAVIS, R. **Reformas para América Latina. Después del fundamentalismo neoliberal.** Buenos Aires: Siglo XXI-CEPAL, 2006.

FURTADO, C. **Obra autobiográfica.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GALEANO, E. **Las venas abiertas de América Latina**. México d.f.: Siglo XXI, 2006.

GANDASEGUI Jr., M. A. The Military Regimes of Panama. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, 35, 3, 1993, pp. 1-17.

GARCÍA MÁRQUEZ, G. **El general en su laberinto**. Bogotá: Editorial Oveja Negra, 1989.

GERVASONI, C. “Debilidad Política y Crisis Financieras: Una Explicación del Fracaso de De la Rúa en Argentina”. Trabajo apresenado no Lasa. Texas, 2003. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/members/congresspapers/lasa2003/files/GervasoniCarlos.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

GILLS, B Hegemony and Social Change – Forum. **Mershon International Studies Review**, 38, 2, 1994.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research**. Chicago: Aldine, 1967.

GONZÁLEZ URRUTIA, E. Las dos etapas de la política exterior de Chávez. **Nueva Sociedad**, 205, 2006, p. 159-171.

GRAMSCI, A. **El Risorgimento**. México d.f.: J P editor, 1986a.

---- **Cuadernos de la cárcel**. México d.f.: ERA, Tomo 4, 1986b.

---- Notas sobre o problema meridional e sobre a atitude diante dele dos comunistas, dos socialistas e dos democratas. In: GRAMSCI, A. **Escritos políticos. Vol. 2 (1921-1926)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 405-435.

---- **Noie sul Machiavelli, sulla politica e sullo Stato moderno**. Torino: Einaudi, 1966.

GRATIUS, S. **La ‘tercera ola populista’ de América Latina**. Madrid: FRIDE, 2007.

GUDYNAS, E. Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo. **América Latina en Movimiento**, 462, 2011, p. 1-20.

GUILLÉN, N. **El son entero. Cantos para soldados y sones para turistas.** Buenos Aires: Losada. 2006.

HALLOWAY, J. **Cambiar el mundo sin tomar el poder.** Caracas: Vadell Hermanos editores, 2005.

HALPERIN DONGHI, T. **Historia contemporánea de America Latina.** Madrid: Alianza editorial, 1969.

HARNECKER, M. **Venezuela, militares junto al pueblo.** Madrid: Ediciones de Intervención cultural/El viejo topo, 2003

---- **Reconstruyendo la izquierda.** México d.f.: Siglo XXI, 2008

HART, G. Changing Concepts of Articulation: Political Stakes in South Africa Today. **Review of African Political Economy**, 34, 111, 2007, p. 85-101.

HIRST, M. Los desafíos de la política Sudamericana de Brasil. **Nueva Sociedad**, 205, 2006, p. 131-140.

HOWARTH, D. The difficult emergence of a democratic imaginary: Black consciousness and non-racial democracy in South Africa In: HOWARTH, D. et al. **Discourse Theory and Political Analysis. Identities, Hegemonies and Social Change.** Manchester & New York: Manchester University Press, 2000, p.168-192.

HUNTINGTON, S. **La tercera ola: la democratización a finales del siglo XX.** Barcelona: Paidós, 1994.

INGLEHART, R; WELZEL, C. **Modernization, cultural change and democracy: the human development sequence.** New York: Cambridge University Press, 2005.

JÁCOME, F. Seguridad e integración Bolivariana en el marco de la política exterior de Venezuela (1999-2006). In: MAGNOLI, D., et al. **Venezuela y el Mercosur.** Rio de Janeiro: Europa – América Latina: Análisis e informaciones. Fundación Konrad Adenauer, 2007, p. 13-37.

JAGUARIBE, H. **Desarrollo económico y político**. México d.f.: FCE. 1973.

KEOHANE, R. O. **Después de la hegemonía**. Buenos Aires: GEL, 1988.

---- **International Institutions and State Power. Essays in International Relations Theory**, Boulder: Westview Press, 1989.

---- How the West Was Won: Representational politics of NATO, **International Studies Quarterly**, 34, 1990, p. 311-326.

---- **Instituciones internacionales y poder estatal**. Buenos Aires: GEL, 1993.

KEOHANE, R. O. e NYE, J. **Poder e Interdependencia. La Política Mundial en Transición**. Buenos Aires: GEL, 1989.

KLIKSBERG, B. **Diez falacias sobre los problemas sociales de América Latina**. Caracas: Banco Central de Venezuela, 2001.

LACLAU, E. **Del Post-Marxismo al radicalismo democrático. Entrevista a Ernesto Laclau**. Montevideo: CLAEH, 1987.

---- La deriva populista y la centroizquierda latinoamericana. **Nueva Sociedad**, 205, 2006a, p. 56-61.

---- Inclusão, exclusão e a construção de identidades. In: AMARAL Jr., A.; BURITY, J. **Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social**. São Paulo: Annablume, 2006b, p. 21-37.

---- Posfácio. In: DE MENDOÇA, D.; PEIXOTO RODRIGUES, L. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008, p. 189-191.

---- **La razón populista**. Buenos Aires: FCE, 2010.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista**, Madrid: Siglo XXI, 1987.

LAGOS, M. A. Apearse de la fantasía: Hugo Chávez y los liderazgos en América Latina. **Nueva Sociedad**, 205, 2006, p. 92-101.

LAMBERG, R. F. La formación de la línea castrista desde la Conferência Tricontinental. **Foro Internacional**. 8, 3, 31, 1968, p. 278-301.

LANZARO, J. La 'Tercera Ola' de las izquierdas latinoamericanas. Entre el populismo y la socialdemocracia. **Encuentros Latinoamericanos**. 1, 1, 2007, p. 20-57.

LODOLA, G. Neopopulismo y compensaciones a los perdedores del cambio económico en América Latina. **Diálogo Político**, 92, 2004.

LOZANO, L. La iniciativa para las Américas. El comércio hecho estrategia. **Nueva Sociedad**, 125, 1993, p. 121-134.

LOWENTHAL, A. F. Two Hundred Years of American Foreign Policy: The United States and Latin America: Ending the Hegemonic Presumption. **Foreign Affairs**, 55, 1, 1976.

---- From Regional Hegemony to Complex Bilateral Relations: The United States and Latin America in the Early 21st Century, **NUEVA SOCIEDAD**, 206, 2006, p. 1-14.

LOPES DE OLIVEIRA, M. Nacionalismo e bonapartismo do governo de Hugo Chávez: paradoxos da revolução bolivariana na Venezuela. In: **II Congreso Internacional de Historia Inmediata**, 2011, Maracaibo. 2011.

LUNA, J. P. *The Rise of the Left and Latin American Party Systems*. Trabalho apresentado no workshop "Left Turns? Progressive Parties, Insurgent Movements, and Policy Alternatives in Latin America". Vancouver: Peter Wall Institute for Advanced Studies, UBC, 2007. Disponível em http://weblogs.elearning.ubc.ca/leftturns/Microsoft%20Word%20-%20Juan_Pablo_Luna_Paper.pdf Acesso em: 2 jan. 2012.

LUPU, N. Who Votes for chavismo?: Class Voting in Hugo Chávez's Venezuela. **Latin American Research Review**. 45, 1, 2010, p. 7-32.

MACHADO, C. (selección e comentarios). **Estados Unidos y América Latina de 1811 a nuestros días. Documentos**. Montevideo: Patria Grande, 1968.

MAGNOLI, D. Mercosur + 1: El chavismo contra el Mercosur. In: MAGNOLI, D., et al. **Venezuela y el Mercosur**. Rio de Janeiro: Europa – América Latina: Análisis e informaciones. Fundación Konrad Adenauer, 2007, p.13-37.

MAIRA, L. El próximo gobierno estadounidense y la 'América Latina del Sur'. **Foreign Affairs**. 8, 4, 2008, p. 73-82.

MARCHART, O. Apresentação In: DE MENDOÇA, D. e PEIXOTO RODRIGUES, L. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2008, p. 9-13.

MARIÁTEGUI, J. C. **7 ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Lima: Amauta, 1976.

MARX, K. **El dieciocho brumario de Luis Bonaparte**. Madrid: Alianza editorial, 2003.

---- Bolívar y ponte. In: **The New American cyclopedia**. Alemanha: MEU, v. III., 1858. Em: <www.marxists.org/espanol/m-e/1850s/58-boliv.htm>. Acesso em: 01fev. 2012.

MODELSKI, G. Hegemony and Social Change – Forum. **Mershon International Studies Review**, 38, 2, 1994.

MOLINA, J. E. Izquierda y estabilidad de la democracia en América Latina: la ideología de la revolución bolivariana y su repercusión sobre el proceso político en Venezuela y América Latina. **América Latina hoy**. 35, Dic de 2003, 2003, p. 169-198.

MOULIAN, T. **Chile actual: anatomía de un mito**. Santiago: Arcis Universidad-Lom Ediciones, 1997.

NEGRETTO, G. L. **Régimen Presidencial y Cambio Institucional en América Latina. Dimensiones de un Diseño Contradictorio**. México D. F.: CIDE, 2010.

PARAMIO, L. **Giro a la izquierda y regreso del populismo**. Nueva Sociedad, 205, 2006, p. 62-74.

PESSOA, C. Hegemonia em tempos de globalização. In: DE MENDOÇA, D. e PEIXOTO RODRIGUES, L. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008, p. 134-143.

PINHEIRO GUIMARAES, S. El Mercosur en el escenario internacional. In: BARBATO, C. (coord.); **Transformación estructural en América Latina**. Montevideo: Trilce/ INTAL/ CEPAL, 2002.

RAMOS, J. A. **Historia de la nación latinoamericana**. Buenos Aires: Peña Lillo. 1968.

RAMOS JIMÉNEZ, A. Partidocracia y democracia plebiscitaria. El ascenso de un 'nuevo régimen' en Venezuela. **Íconos**. 013, 2002, p. 111-121.

RAPKIN, D. P. The contested concept of hegemonic leadership. In: RAPKIN, D. P. (org.) **World leadership and hegemony**. Boulder, CO: Lynne Reiner, 1990, p. 1-19.

REAL DE AZÚA, C. **Tercera posición, nacionalismo revolucionario y Tercer Mundo**. Montevideo: Cámara de Representantes, 1996.

RIVAS, O. “Estrategia bolivariana de política social”. En: VALDÉS PAZ, J. e ESPINA, M. (eds.) **América Latina y el Caribe: La políticas social en el nuevo contexto. Enfoques y experiencias**. Montevideo: FLACSO-UNESCO. 2011.

RODÓ, J. E. **Ariel**. Madrid: Red ediciones, 2011.

ROETT, R. United States – Latin American relations: The current state of play **Nueva Sociedad**, 206, 2006.

ROMERO, M. T. e CARDOZO, E. Aproximación a la propuesta internacional de Hugo Chávez: las concepciones de democracia e integración. **Revista venezolana de análisis de coyuntura**. VIII, 001, 2002, p. 153-173.

ROSTOW, W. W. **Las etapas del crecimiento económico: Un manifiesto no comunista**. México d.f.: FCE, 1961.

ROWNTREE, S. **Poverty: A Study of Town Life**. Southampton: The Policy Press, 2000.

RUDÉ, G. **La multitud em la historia**. Madrid: Siglo XXI, 1989.

RUSSELL, R. América Latina para Estados Unidos: ¿especial, desdeñable, codiciada o preciada? **Nueva Sociedad**, 206, 2006.

SACHS, W. (ed.) **The development dictionary**. Londres: Zed books, 1992.

SALES Jr. Laclau e Foucault: desconstrução e genealogia. In: DE MENDOÇA, D. e PEIXOTO RODRIGUES, L, **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2008, p. 145-163.

SALOMÓN, M. La Teoría de las Relaciones Internacionales en los Albores del Siglo XX: Diálogo, Disidencia, Aproximaciones. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, 56, 2002, p. 7-52.

SCHLESINGER, S. e KINZER, S. **Bitter Fruit: The Untold Story of the American Coup in Guatemala**. New York: Anchor Books, 1990.

SCHMITT, C. **Sobre el parlamentarismo**. Madrid: Tencos, 1990.

SERBIN, A. Cuando la limosna es grande. El Caribe, Chávez y los límites de la diplomacia petrolera. **Nueva Sociedad**, 205, 2006, p. 75-91.

---- Entre UNASUR y ALBA: ¿otra integración (ciudadana) es posible? **Anuario CEIPAZ**, 1, 2008, p. 183-207.

SIMÕES REIS, G.; MARCELINO VIEIRA, S. **Esquerdas populistas na América Latina? Uma análise dos governos Hugo Chávez e Evo Morales.** Rio de Janeiro: IUPERJ. 2002. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/snep/1SNCP/artigos_partidos_eleicoes_instituicoes_politicas_comparadas/Guilherme%20Simoes%20Reis.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2012.

SUÁREZ SALAZAR, L. Las interacciones de la revolución cubana con “los nuevos liderazgos latinoamericanos”: una mirada desde sus utopías. **Perspectivas**, 33, 2008, pp. 191-211.

SUÁREZ SALAZAR, L; GARCÍA LORENZO, T. **Las relaciones interamericanas: continuidades y cambios.** Buenos Aires: CLACSO, 2008.

TAYLOR, P. Hegemony and Social Change – Forum. **Mershon International Studies Review**, 38, 2. 1994.

TOCQUEVILLE, A. de. **La democracia en América.** México d.f.: FCE, 1978.

TODOROV, T. **Théories du symbole.** Paris, s/ed., 1977.

TORRES CAICEDO, J. M. **Unión Latino-americana. Pensamiento de Bolívar para formar una liga latino-americana; su origen y sus desarrollos.** París: Rosa y Bouret. 1865.

TUSSIE, D. La coordinación de los deudores latinoamericanos: ¿cuál es la lógica de su accionar? **Desarrollo Económico**, 28, 109, 1988, p. 67-88.

UGARTE, M. **La patria grande.** Santiago: Ediciones Ercilla, 1939.

VAILLANT, M. **Convergencias y divergencias en la integración sudamericana.** Santiago de Chile: CEPAL, 2007.

VAN KLEVEREN, A. El lugar de Estados Unidos en la política exterior latinoamericana. In: DREJONKA, G. e TOKATLIAN, J. G. (comps.) **Teoría y práctica de la política exterior latinoamericana.** Bogotá: FESCOL, 1983.

VIOLA, E. e LEIS, H. R. **Sistema internacional com hegemonia das democracias de mercado.** Florianópolis: Insular, 2007.

WEBER, M. **Economia e sociedade.** Brasília: UnB, 1994.

---- **Estudos políticos: Rússia (1905 e 1917).** Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.

ZIMMERMAN, J. F. **Democracia participativa: el resurgimiento del populismo.** México d.f.: Limusa, 1992.

APÊNDICE A - Lista das cúpulas da ALBA

CÚPULAS ORDINÁRIAS

I Cúpula	Havana, Cuba	14 dez. 2004
II Cúpula	Havana, Cuba	27-28 abr. 2005
III Cúpula	Havana, Cuba	28-29 abr. 2006
IV Cúpula	Managua, Nicarágua	11 jan. 2007
V Cúpula	Tintorero, Venezuela	28-29 abr. 2007
VI Cúpula	Caracas, Venezuela	26 jan. 2008
VII Cúpula	Cochabamba, Bolívia	17 out. 2009
VIII Cúpula	Havana, Cuba	13-14 dez. 2009
IX Cúpula	Caracas, Venezuela	19 abr. 2010
X Cúpula	Otavaló, Equador	25 jun. 2010
XI Cúpula	Caracas, Venezuela	3 abr. 2011 (Não considerada na análise)

CÚPULAS EXTRAORDINÁRIAS

I Cúpula Extr.	Caracas, Venezuela	23 abr. 2008
II Cúpula Extr.	Tegucigalpa, Honduras	25 ago. 2008
III Cúpula Extr.	Caracas, Venezuela	26 nov. 2008
IV Cúpula Extr.	Caracas, Venezuela	02 fev. 2009
V Cúpula Extr.	Cumaná, Venezuela	16-17 abr. 2009
VI Cúpula Extr.	Maracay, Venezuela	24 jun. 2009

OUTRAS CÚPULAS

Reunião ALBA Caribe	Kingstown, S. Vicente e Granadinas	17 fev. 2007
---------------------	------------------------------------	--------------

APÊNDICE B - Lista numerada dos discursos analisados

1- Fidel Castro	I Cúpula	14-12-2004	Comp.
2- Raul Castro (Clausura)	V Cúpula Extr.	16-4-2009	Comp.
3- Raul Castro	V Cúpula Extr.	16-4-2009	Comp.
4- Rafael Correa	VI Cúpula	26-1-2008	Extr. (imp.)
5- Daniel Ortega	VI Cúpula	26-1-2008	Comp.
6- José Machado Ventura ³⁶	VII Cúpula	17-10-2009	Extr. (imp.)
7- Hugo Chavez	VII Cúpula	17-10-2009	Extr. (imp.)
8- Evo Morales	VII Cúpula	17-10-2009	Extr. (imp.)
9- Ralph Gonsalves (imp.) ³⁷	V Cúpula Extr.	16-4-2009	Extr.
10- Raul Castro (Inauguração)	VIII Cúpula	13-12-2009	Comp.
11- Raul Castro (clausura)	VIII Cúpula	14-12-2009	Completo
12- Daniel Ortega	VIII Cúpula	14-12-2009	Comp.
13- Raul Castro	IX Cúpula	19-4-2010	Comp.
14- Roosevelt Skerryt	IX Cúpula	19-4-2010	Extr. (imp.)
15- Daniel Ortega	IX Cúpula	19-4-2010	Extr. (imp.)
16- Rafael Correa	IX Cúpula	19-4-2010	Extr. (imp.)
17- Esteban Lazo ³⁸	X Cúpula	25-6-2010	Extr. (imp.)
18- Hugo Chavez	X Cúpula	25-6-2010	Extr. (imp.)
19- Hugo Chavez	X Cúpula	25-6-2010	Extr. (imp.)
21- Evo Morales	X Cúpula	25-6-2010	Extr. (imp.)
22- Rafael Correa	X Cúpula	25-6-2010	Extr. (imp.)
23- Rafael Correa	X Cúpula	25-6-2010	Incomp.
24- Hugo Chavez (clausura)	V Cúpula	29-4-2007	Comp.
25- Baldwin Spencer	Reunião Caribe	17-2-2007	Comp.
26- Hugo Chavez	Reunião Caribe	17-2-2007	Comp.
27- Ralph Gonsalves	Reunião Caribe	17-2-2007	Comp.
28- Roosvelt Skerrit	Reunião Caribe	17-2-2007	Comp.
29- Hugo Chavez (clausura)	V Cúpula Extr.	17-4-2009	Incomp.

³⁶ Vice presidente do Conselho de Estado de Cuba.

³⁷ Inclui diálogos com Chávez.

³⁸ Vice presidente do Conselho de Estado de Cuba.

30- Vários mandatários (clausura)	V Cúpula Extr.	17-4-2009	Comp.
31- Hugo Chavez (clausura)	V Cúpula Extr.	17-4-2009	Incomp.
32- Hugo Chavez	IV Cúpula Extr.	2-2-2009	Comp.
33- Manuel Zelaya	IV Cúpula Extr.	2-2-2009	Comp.
34- Machado Ventura	IV Cúpula Extr.	2-2-2009	Comp.
35- Evo Morales	IV Cúpula Extr.	2-2-2009	Comp.
36- Roosevelt Skerrit	IV Cúpula Extr.	2-2-2009	Comp.
37- Daniel Ortega	IV Cúpula Extr.	2-2-2009	Comp.
38- Hugo Chavez (clausura)	IV Cúpula Extr.	2-2-2009	Comp.
39- Hugo Chavez	I Cúpula Extr.	23-4-2008	Comp.
40- Daniel Ortega	I Cúpula Extr.	23-4-2008	Comp.
41- Carlos Lage	I Cúpula Extr.	23-4-2008	Comp.
42- Evo Morales	I Cúpula Extr.	23-4-2008	Comp.
43- Evo Morales (segunda intervenção)	I Cúpula Extr.	23-4-2008	Comp.
44- Hugo Chavez (clausura)	I Cúpula Extr.	23-4-2008	Comp.
45- Hugo Chavez (inauguração)	V Cúpula Extr.	16-4-2009	Comp.
46- Manuel Zelaya (inauguração)	V Cúpula Extr.	16-4-2009	Comp.
47- Roosevelt Skerrit (inauguração)	V Cúpula Extr.	16-4-2009	Comp.
48- Miguel Descoto ³⁹ (inauguração)	V Cúpula Extr.	16-4-2009	Comp.
49- Manuel Zelaya (inauguração, segunda intervenção)	V Cúpula Extr.	16-4-2009	Comp.
50- Evo Morales (inauguração)	V Cúpula Extr.	16-4-2009	Comp.
51- Fander Falconi ⁴⁰ (inauguração)	V Cúpula Extr.	16-4-2009	Comp.
52- Ralph Gonsalves (inauguração)	V Cúpula Extr.	16-4-2009	Comp.
53- Hugo Chavez (inauguração, segunda intervenção)	V Cúpula Extr.	16-4-2009	Comp.

³⁹ Presidente da Assembleia-Geral da ONU e ex chanceler nicaraguense.

⁴⁰ Chanceler equatoriano.

54- Rafael Correa	X Cúpula	25-6-2010	Incomp.
55- Hugo Chavez	VI Cúpula	26-1-2008	Incomp.
56- M. Zelaya e outros	II Cúpula Extr.	25-8-2008	Extr. (imp.)